

FABIO MELO MINERVINI

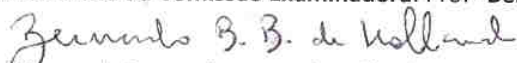
**"IMAGEM E AÇÃO: A MOBILIZAÇÃO DE IMAGINÁRIOS E REPERTÓRIOS NO RECRUTAMENTO DE IMIGRANTES SUÍÇOS PARA NOVA FRIBURGO (1818-1819)".**

Dissertação apresentado(a) ao Curso de Mestrado em História, Política e Bens Culturais do(a) Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil para obtenção do grau de Mestre(a) em História, Política e Bens Culturais.

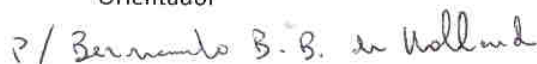
Data da defesa: 05/03/2021

**ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA**

**Presidente da Comissão Examinadora: Prof<sup>o</sup> Bernardo Borges Buarque de Hollanda**

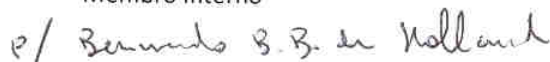
  
Bernardo Borges Buarque de Hollanda

Orientador



Lúcia Maria Lippi Oliveira

Membro Interno



Marieta de Moraes Ferreira

Membro Externo

Nos termos da Lei nº 13.979 de 06/02/20 - DOU nº 27 de 07/02/20 e Portaria MEC nº 544 de 16/06/20 - DOU nº 114 de 17/06/20 que dispõem sobre a suspensão temporária das atividades acadêmicas presenciais e a utilização de recursos tecnológicos face ao COVID-19, as apresentações das defesas de Tese e Dissertação, de forma excepcional, serão realizadas de forma remota e síncrona, incluindo-se nessa modalidade membros da banca e discente.



Celso Corrêa Pinto de Castro  
Diretor



Antonio de Araujo Freitas Junior  
Pró-Reitor de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação FGV

Antonio Freitas, PhD  
Pró-Reitor de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação  
Fundação Getúlio Vargas

**Instrução Normativa nº 01/19, de 09/07/19 - Pró-Reitoria FGV**

Em caso de participação de Membro(s) da Banca Examinadora de forma não-presencial\*, o Presidente da Comissão Examinadora assinará o documento como representante legal, delegado por esta I.N.

\*Skype, Videoconferência, Apps de vídeo etc

Minervini, Fabio Melo

Imagem e ação: a mobilização de imaginários e repertórios no recrutamento de imigrantes suíços para Nova Friburgo 1818-1819 / Fabio Melo Minervini. – 2021.

104 f.

Dissertação (mestrado) - Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.

Orientador: Bernardo Buarque de Hollanda.

Inclui bibliografia.

1. Suíços - História - Nova Friburgo (RJ). 2. Nova Friburgo (RJ) - História - 1818-1819. 3. Imigrantes - Nova Friburgo (RJ). 4. Suíços - Migrações. I. Hollanda, Bernardo Borges Buarque de. II. Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. III. Título.

CDD – 981.53

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA  
CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS  
CULTURAIS  
MESTRADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS

Professor Orientador Acadêmico  
BERNARDO BORGES BUARQUE DE HOLANDA

FABIO MELO MINERVINI  
Imagem e ação: a mobilização de imaginários e repertórios no recrutamento de  
imigrantes suíços para Nova Friburgo 1818-1819.

Dissertação de Curso apresentada ao Centro de Pesquisa e  
Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC  
como requisito para a obtenção do grau de  
Mestre em História, Política e Bens Culturais

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA  
CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS  
CULTURAIS  
MESTRADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS

Imagem e ação: a mobilização de imaginários e repertórios no recrutamento de  
imigrantes suíços para Nova Friburgo 1818-1819.

Tese de Curso apresentada por  
FABIO MELO MINERVINI

BANCA EXAMINADORA

PROF. DR. BERNARDO BUARQUE DE HOLLANDA

Professor Orientador

DR<sup>a</sup>. MARIETA FERREIRA

Professora Associada do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências  
Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

DR<sup>a</sup>. LUCIA MARIA LIPPI OLIVEIRA

Professora Emérita do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea  
do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV)

DR<sup>a</sup>. ALEJANDRA JOSIOWICZ

Professora Adjunta do Departamentos de Letras Neolatinas (LNEO) do Instituto de  
Letras (ILE) da Universidade Estadual de Rio de Janeiro (UERJ)

## RESUMO

Este trabalho investiga as iniciativas e a política de recrutamento de colonos suíços para a fundação da vila de São Sebastião de Nova Friburgo, em 1819, para refletir acerca do imaginário sobre o Rio de Janeiro na Europa da virada dos séculos XVIII e XIX e o repertório cultural vinculado às ações de enfrentamento do problema da migração na Suíça deste período. A partir do relato repleto de intenções de promoção da iniciativa migratória feito pelo comerciante franco-suíço Sebastién-Nicolás Gachet, seu principal responsável, dando conta das condições do local de fundação da colônia, visitada pessoalmente por ele em 1818, articulo-o com outros documentos literários e jornalísticos cuja circulação contribuíram para moldar a ideia de Brasil na Europa desde o século XVI. Com base nesse cotejo de fontes, conclui-se que, servindo-se de representações já familiares ao imaginário europeu, Gachet escolhe ignorar as características próprias do local e se vincular à tradição de descrições de inspiração romântica dos viajantes estrangeiros. Com efeito, apresenta a localidade de destino dos colonos como dotada de natureza exuberante e abundante, sem deixar de lado a mobilização do repertório cultural de enfrentamento da histórica questão migratória no passado suíço, antecipando estratégias de ação também familiares aos potenciais migrantes.

## AGRADECIMENTOS

Há um mundo de gente a agradecer pelo resultado desta pesquisa. Seria injusto tentar aqui em apenas poucas palavras dar conta de cada par de olhos que leram as claudicantes primeiras linhas, de cada par de mãos que se puseram a manusear livros e documentos imprescindíveis e a cada par de braços que me acolheram ao longo dessa jornada.

Mas é necessário aqui prestar homenagem pelo menos àqueles cujo apoio foi fundamental para que, nesse estranho ano de 2020, em meio a uma pandemia, tomasse corpo essa dissertação.

Nada, absolutamente nada do que há nas linhas que se seguem seria possível sem a parceria, a paciência e a generosidade de meu orientador Bernardo Buarque Borges de Holanda que, na confiança no meu trabalho, me deixou livre o suficiente para que eu seguisse meu caminho de pesquisa, mas sem deixar de estar sempre atento e contribuir com sugestões cirúrgicas de leitura e encaminhamento do trabalho. Mesmo tendo eu decidido mudar meu projeto preliminar, totalmente inserido à sua linha de pesquisa, por outro apenas tangencialmente alinhado, ele teve o carinho e a coragem intelectual de aceitar o desafio e manter-me como seu orientando. Agradeço também a Ângela Moreira, cuja solidariedade quanto aos motivos dessa mudança de rumos foi fundamental.

Agradeço ao corpo docente do PPGHPBC como um todo e, particularmente, às professoras Paula Vedoveli, Jaqueline Zulini e ao professor Jimmy Medeiros cujas sugestões e incentivo a produzir alinhado com as Humanidades Digitais me despertaram para a necessidade de aprendizado nesse sentido. Devo fazer uma menção honrosa especial ao professor João Ehlert Maia a quem agradeço a introdução à escrita criativa científica e por me ajudar a identificar Gachet como meu “mico-leão-dourado”.

Agradeço ao corpo administrativo do CPDOC na figura de Daniela Aires pela ajuda nos labirintos das formalidades e burocracias da instituição e à coordenação do CPDOC, por ter ativamente se organizado no acolhimento dos alunos e na abertura de canais para que pudéssemos compartilhar nossas dificuldades e experiências. Também aos funcionários da Biblioteca da FGV, em especial à Ligia Alves Cruz, doce e incansável em sua busca por parcerias, nacionais e internacionais, que viabilizassem acesso a documentos, artigos e livros espalhados em vários acervos e bibliotecas. Sem sua ajuda, este trabalho não estaria completo.

Na necessidade de substituir a pesquisa presencial em arquivos e bibliotecas por conta do isolamento social pela pesquisa online em acervos digitais e bases de dados digitalizadas, agradeço principalmente a Nelson Bohrer e Fernando Folly do Instituto Pró-Memória da Fundação Dom João VI, em Nova Friburgo, não apenas pelo excelente trabalho na disponibilização da farta documentação e bibliografia sobre o passado de Nova Friburgo, mas também por terem se disposto a me auxiliar no contato com o Arquivo de Estado de Fribourg para acesso a vários documentos lá existentes e ainda não disponíveis digitalmente. Assim como a Pedro Capra e Monika Cornelia Füger, ambos do Consulado Suíço no Rio de Janeiro, por se disponibilizarem a ser intermediários entre as instituições suíças. Agradeço também a Thomas Schmid, da Biblioteca de Berna, pela gentileza de me enviar documentos do acervo que não se encontravam digitalizados, e a Sarah Hammel, curadora do Project Murat, pela ajuda na tentativa de localizar Gachet na biografia de Murat, sua especialidade. E não posso esquecer do acolhimento, mesmo que remoto, dado a mim por Antonio Lacerda, do Arquivo Diocesano de Nova Iguaçu.

Apreendi muito sobre migrações internacionais com diversas leituras que descobri e me foram sugeridas. Agradeço as sugestões de Maria Beatriz Rocha-Trindade pelo envio de obras seminais do debate sobre a Sociologia das Migrações em Portugal e na Europa, a Paulo César Gonçalves, professor da UNESP-Assis, por ter me colocado em contato com o debate mais recente sobre o tema e a Jean Marcel Carvalho França, da UNESP-Franca, que, além da extensa produção sobre os relatos dos viajantes, me pôs em contato com a obra de Paulo Berger, essencial para este trabalho.

Essenciais também foram as contribuições de Gisele Sanglard, Maria Ana Quaglino e Isabel Lustosa. As duas primeiras, especialistas na história de Nova Friburgo e generosas a ponto de compartilhar comigo suas impressões, seus trabalhos e material de suas próprias pesquisas. A última por suas contribuições importantíssimas durante a banca de qualificação dessa dissertação, essenciais para que eu pudesse acertar o rumo de minha pesquisa.

Agradeço a amizade de André Amud, cujas conversas ao longo desse desastroso período pandêmico pelo qual passamos me deram a força necessária para continuar em firme, e a atenção zelosa e leitura atenta feita por Aline de Sá Cotrim e Regiane Matos das versões iniciais deste trabalho. São três amigos que fiz na FGV e pretendo levar para a vida.

Por fim, e propositadamente deixo para o final o mais importante, gostaria de agradecer à minha família, aos meus filhos Julia e João que, mesmo pequenos, souberam ter maturidade e manter harmonia fraternal durante as minhas ausências e, principalmente, à minha esposa Beatriz Jardim pelo apoio incessante, o incentivo carinhoso e a disposição de estar sempre ao meu lado diante de tantos e tão grandes desafios. Ela de quem tento copiar, sempre sem sucesso, a excelência acadêmica, a atenção aos detalhes e a confiança em um mundo que pode ser melhor do que é. A quem eu devo não apenas este trabalho, mas tudo o mais.



*Aos mais de 225 mil brasileiros mortos pela  
COVID-19, que se contam no dia em que  
escrevo essas linhas, incluindo, entre eles,  
meu sogro e meu pai.*

*No mundo em que viajo, estou continuamente a criar-me. E é passando além da hipótese histórica, instrumental, que iniciarei meu ciclo de liberdade.*

*Homi K. Bhabha*

## ACERVOS CONSULTADOS

Archives de l'Etat de Fribourg ([http://www2.fr.ch/aef\\_query/suchinfo.aspx](http://www2.fr.ch/aef_query/suchinfo.aspx))

Archives Historiques Feuille D'Avis de Neuchâtel / FAN / L'Express / L'Impartial / ARCINFO ([lexpressarchives.ch](http://lexpressarchives.ch))

Archives Nationales ([archives-nationales.culture.gouv.fr](http://archives-nationales.culture.gouv.fr))

Arquivo Nacional ([sian.an.gov.br](http://sian.an.gov.br))

Biblioteca Brasileira Guita e José Midlin – USP ([bbm.usp.br](http://bbm.usp.br))

Biblioteca da Câmara dos Deputados ([www2.camara.leg.br](http://www2.camara.leg.br))

Biblioteca do Senado Federal (<https://www2.senado.leg.br/bdsf/>)

Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital (<http://memoria.bn.br>)

Bibliothèque Nationale de France (BnF)

Burgerbibliothek Bern ([burgerbib.ch](http://burgerbib.ch))

Digital Library RERO DOC ([explore.rero.ch](http://explore.rero.ch))

E-newspaper Archives ([e-newspaperarchives.ch](http://e-newspaperarchives.ch))

E-periodica ([e-periodica.ch](http://e-periodica.ch))

E-Rara ([e-rara.ch](http://e-rara.ch))

Freiburger Historische Bestände – digital / Universitäts Bibliothek Fribourg ([ub.uni-freiburg.de](http://ub.uni-freiburg.de))

Fundação Dom João VI – Pró-Memória Digital (<https://www.djoaovi.com/arquivo/promemoriadigital>)

HathiTrust Digital Library ([hathitrust.org](http://hathitrust.org))

Impresso Project – Media Monitoring of the Past ([impresso-project.ch](http://impresso-project.ch))

Info CLIO ([infoclio.ch](http://infoclio.ch))

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ([ihgb.org.br](http://ihgb.org.br))

Internet Archive ([archive.org](http://archive.org))

Le Temps Archives ([letempsarchives.ch](http://letempsarchives.ch))

Retro News ([retronews.fr](http://retronews.fr))

Société Typographique de Neuchâtel (STN) Online Database Archive (<http://fbtee.uws.edu.au/stn/interface/>)

Swiss Society for Genealogical Studies (SSGS) ([sgffweb.ch](http://sgffweb.ch))

SwissBib ([swissbib.ch](http://swissbib.ch))

## Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>11</b>
<b>1 Migrações internacionais, imaginário e repertório .....</b>	<b>14</b>
1.1 Teorias em migrações internacionais.....	14
1.2 Os conceitos de imaginário e repertório .....	31
<b>2 O Brasil na Europa .....</b>	<b>42</b>
2.1 Circulação de relatos de viajantes.....	43
2.2 O Rio de Janeiro sob a pena dos viajantes estrangeiros e o imaginário do Brasil na Europa .....	53
2.3 Descrições do Brasil na imprensa suíça.....	58
2.4 A real Nova Friburgo aos olhos dos colonos .....	62
<b>3 Gachet e o projeto colonial de Nova Friburgo.....</b>	<b>67</b>
3.1 Emigração e imigração – as vocações complementares de Suíça e Brasil .....	67
3.2 As duas vidas de Sebastièn-Nicolás Gachet .....	79
3.3 A <i>Notices</i> e a descrição do Brasil pela pena de Gachet .....	90
<b>4 Disposições Finais.....</b>	<b>94</b>
<b>5 Bibliografia .....</b>	<b>97</b>

## **Introdução**

No estado do Rio Grande do Sul, há uma cidade chamada Bento Gonçalves, onde se estabeleceram imigrantes italianos a partir da segunda metade do século XIX. Um dos cartões postais da cidade hoje é a antiga estrada feita ponto turístico onde se mantêm preservadas algumas casas dos colonos originais, o Caminhos de Pedra. Lá, uma dessas casas chama especial atenção.

Construída toda em dois pavimentos de pedra sobre um porão, lugar onde eram curtidas as salmouras, envelhecidos os vinhos, maturados os queijos e outras conservas, a casa se ergue ao lado de uma imensa árvore de umbu ou, como a chamam no local, maria mole. De caule largo e claro, copa repleta de pequenas folhas e raízes que se escondem sob a terra e dela emergem como imensas barbatanas. Em um dos pontos onde as raízes aéreas se encontram com o largo tronco, forma-se uma pequena gruta.

A uma família italiana foi dado o direito a cultivar aquele terreno, mas ao serem apresentados ao novo lar, não havia nada senão a gruta ao pé da árvore. Sem alternativa, a família – um casal e duas crianças pequenas – lá habitou durante dois anos até que pudessem construir a casa ao lado para abrigá-los. Teriam eles embarcado no vapor que os trouxe do Velho Continente se soubessem desde o primeiro momento que essas seriam suas condições de vida iniciais no Brasil? Mais ainda, o que sabiam sobre o Brasil, este “colosso sul-americano” que só se abriu oficialmente ao mundo após 1808, antes de se admitirem na travessia transatlântica?

O trabalho do historiador dedicado a desvendar os matizes dos processos migratórios o obriga a ter em mente não apenas os fluxos coletivos contados em números de sete dígitos, as relações e negociações internacionais entre as burguesias, elites e nobrezas ou os fatores macroeconômicos, mas também as trajetórias familiares ou, em última instância, o nível micro, individual, que ilustra e dá vida ao panorama geral, estando repletos de idiosincrasias que confirmam e, algumas vezes, refutam sentidos comuns generalizantes.

Por isso, este trabalho parte justamente desta interseção entre as condições de influência coletiva e as especificidades com potencial de influência individual. Propõe-se a uma investigação acerca do imaginário sobre o Brasil na Europa e compara-o aos estímulos para aderência a um projeto migratório específico. Parto de uma análise sobre

o processo de formação da colônia suíça de Nova Friburgo no Rio de Janeiro, entre 1816 e 1820, para responder meu principal questionamento: em que medida a descrição feita sobre a localidade de destino por um de seus mentores, Sebastièn-Nicolás Gachet, e utilizada como instrumento de incentivo para a adesão de imigrantes, se aproximava ou se distanciava da imagem que os europeus tinham do Brasil naquele período?

Argumento que, em seu esforço narrativo e persuasório, Gachet reivindica aspectos positivos desse imaginário, ao mesmo tempo em que escolhe ignorar por completo aspectos negativos. Ainda, insere aproximações entre Brasil e Suíça com o intuito de incrementar o interesse pelo projeto migratório e antecipa possibilidades de ação no destino sugerindo ações familiares ao repertório dos colonos.

Para responder à pergunta acima, articulo três níveis de análise e suas respectivas fontes, colocando seus conteúdos em diálogo com as descrições produzidas por Gachet. O primeiro passo é traçar panoramicamente o imaginário acumulado e manifestado sobre o Novo Mundo, o Brasil e o Rio de Janeiro nas representações feitas na Europa por diversos viajantes que aqui estiveram e como elas se consolidaram ao longo do tempo. Isso é feito partir da análise de uma bibliografia já disponível e dedicada a esse fim que analisa as representações feitas desde o Descobrimento até o período imperial, principalmente pelas autoras Flora Sussekind, Ana Maria Belluzo, Ana Lucia Araujo e Lilia Schwarcz, e pelos autores Sergio Buarque de Holanda e José Carlos Barreiro.

Visando uma escala inferior, valho-me das descrições sobre o Rio de Janeiro disponíveis nos relatos de viajantes publicados na Europa entre 1750 e 1820 a partir do levantamento do historiador Paulo Berger e na pesquisa sobre este conteúdo feita pelo professor Titular de História do Brasil na Universidade Estadual Paulista (UNESP-Franca) Jean Marcel Carvalho França e sua circulação na Europa durante esse período. E, finalmente, no intuito de descer um pouco mais nessa escala e fazer uma aproximação ao conteúdo cotidiano disponível na Suíça, apresento informações sobre o Rio de Janeiro levantadas a partir da exploração de jornais suíços publicados num período mais próximo do início da iniciativa migratória suíça, entre os anos de 1816 e 1819.

Dessa forma, o primeiro capítulo deste trabalho servirá para introduzir as principais teorias sobre o tema das migrações internacionais e apresentar o debate sobre os conceitos de repertório cultural e imaginário.

O segundo capítulo será todo dedicado às representações do Novo Mundo, do Brasil e do Rio de Janeiro na Europa. Início com uma análise quantitativa dos relatos de viagem tratando do Rio de Janeiro publicados na Europa entre 1751 e 1821 para, em seguida, abordar os aspectos qualitativos da contribuição de seus conteúdos e do de outras obras anteriores que tratavam sobre o Novo Mundo e o Brasil na formação do imaginário europeu. Ainda, recorro às descrições da cidade publicadas em jornais suíços entre 1816 e 1819 e às outras produzidas pelos próprios imigrantes suíços referentes ao Rio de Janeiro e ao local onde a futura colônia se instalaria.

Já no terceiro capítulo, abordo as vocações migratórias complementares de Brasil e Suíça enfatizando o papel histórico da emigração como repertório de ação familiar para os suíços no enfrentamento de suas mazelas sociais e a imigração como política vigente sob a Coroa portuguesa no Brasil para a promoção do povoamento e da substituição da mão de escravizada. Abordo o recrutamento dos colonos para o projeto migratório que uniu as duas nações e, em especial, debruço-me sobre a descrição feita por Sebastião-Nicolás Gachet do local onde a colônia seria fundada. A este personagem, cujo papel no processo foi essencial e cuja trajetória no Brasil é ainda pouco conhecida, dedico parte do capítulo.

Por fim, traço algumas considerações finais no intuito de explorar com mais profundidade o argumento aqui esboçado e levantar questionamentos para futuros desdobramentos de pesquisas subsequentes nesta temática.

## 1 Migrações internacionais, imaginário e repertório

A complexidade e multiplicidade de fatores influenciadores no extenso processo de qualquer migração internacional – seja na decisão individual, seja nos movimentos coletivos – torna difícil a consolidação de uma teoria nas Ciências Sociais que consiga unificar todas as variáveis (Massey *et al.*, 1993, p. 34; Baganha, 2009, p. 136; Portes, 2014; Portes e Böröcz, 1989; Arango, 2000, p. 33).

Sob o risco de se chegar a conclusões apressadas e incorretas, portanto, não é possível atribuir somente ao desemprego, à célere industrialização ou às tragédias climáticas que flagelaram a Europa entre 1815 e 1817, sobre as quais trataremos mais à frente, a motivação pelo abandono de pátria e nacionalidade, como previa o acordo de estabelecimento dos suíços no Brasil. De fato, por pior que fosse a situação, não faria sentido que preferissem trocar sua terra por outra em condições adversas ou que não oferecesse mínimas condições de vida e perspectivas de futuro.

Tendo isso em mente, este capítulo estabelecerá o diapasão teórico que orienta as análises que se seguirão no que diz respeito tanto aos processos migratórios internacionais quanto ao papel vinculado ao imaginário na produção de sentido e ao repertório cultural para a ação no mundo.

### 1.1 Teorias em migrações internacionais

O debate sobre as migrações internacionais modernas aborda tanto a periodização dos movimentos migratórios quanto as motivações que levam à decisão de migrar. Douglas S. Massey (1999), considerado teórico clássico do tema, divide a história das migrações internacionais em quatro períodos essenciais: o mercantil, o industrial, o período de migrações limitadas (essencialmente a partir de 1925 até o final da Segunda Guerra Mundial) e o período pós-industrial.

A migração no primeiro período, localizado no tempo por Massey entre os anos de 1500 e 1800, se acelera conforme a velocidade dos processos de colonização e crescimento econômico sob o capitalismo mercantilista. Os migrantes deste período que deixavam a Europa para as Américas, África, Oceania e Asia, eram, predominantemente,



colonos agricultores, uma pequena parcela de administradores e artesãos e alguns poucos empreendedores entusiasmados com a ideia de produzir alhures as matérias primas necessárias para a economia mercantil em expansão na Europa.

A partir de 1800 se inicia a segunda fase, a industrial, e se estende até 1925 movida por uma nova onda de emigração europeia, desta vez associada à expansão da industrialização para as ex-colônias das Américas e Oceania. Cerca de 85% dos aproximadamente 48 milhões de europeus – ingleses, italianos, noruegueses, portugueses, espanhóis e suecos, cidadãos de países já em processo de industrialização – deixaram o Velho Mundo em direção a apenas cinco países: Argentina, Austrália, Canadá, Nova Zelândia e Estados Unidos, este último o destino escolhido por 60% desse contingente, ou cerca de 25 milhões de emigrantes. Entre 1820 e 1920, 88% dos imigrantes que chegavam aos Estados Unidos vinham da Europa.

Com a emergência da I Guerra Mundial e, posteriormente, da Grande Depressão e da II Guerra Mundial, se inicia o terceiro período delimitado por Massey no qual o trânsito migratório de origem europeia foi praticamente suspenso. Foram quatro décadas de relativa estagnação, exceto por um pequeno pico no início dos anos 1920, quase imediatamente limitado por legislações restritivas aos imigrantes nos países de destino – mais uma vez, essencialmente os Estados Unidos. Nos anos 1930, os trânsitos de retorno respondem pelo maior volume migratório e, nos anos de 1940, já com a II Guerra Mundial, o que se vê é o movimento de refugiados e migrações forçadas, cenário que se estende até a década subsequente.

O quarto período, chamado por Massey de “pós-industrial”, se inicia nos anos 1960 e se entende por uma mudança radical nos padrões dos movimentos migratórios. Agora, as migrações são um fenômeno global e a Europa deixa de ser a origem dos fluxos para ser o destino de migrantes vindos dos países em desenvolvimento. Pessoas que deixam nações em seus primeiros estágios de industrialização com destino a outras já economicamente maduras e pós-industriais. Nesse cenário, os fluxos migratórios europeus foram praticamente substituídos, com larga diferença, pelas ondas de deslocamento originadas da África, América Latina e Ásia.

Na década de 1970, países historicamente exportadores de migrantes como Portugal, Espanha e Itália passaram a receber imigrantes do Oriente Médio e África e, com o aumento dos preços do petróleo, a partir de 1973, as nações pouco desenvolvidas,

mas capitalizadas do Golfo, passaram a patrocinar a emigração massiva de sua força de trabalho. Nos anos 1980 foi a vez de Japão e outras nações recentemente industrializadas do sudeste asiático como Coréia do Sul, Taiwan, Hong Kong, Malásia e Tailândia receberem altos fluxos migratórios.

Extrapolando a abordagem estritamente eurocêntrica de Massey e estendendo sua análise a períodos anteriores, Dirk Hoeder (2002, p. 2-7) propõe cinco períodos que se entrelaçam emergindo de mudanças e acomodações políticas, militares, culturais e sociais ligadas ao período anterior. Para o autor, o primeiro se inicia no século XII, na confluência civilizacional do Mediterrâneo com o Mar Negro, onde os mundos cristão latino e bizantino, judeu e islâmico sunita e xiita se encontravam com comunidades do leste asiático e do Norte da África e permanece com traços similares até a metade do século XVII.

Um segundo período, porém, emerge a partir da segunda metade do século XV, quando do deslocamento de mercadores e soldados do oeste e centro europeus e do desenvolvimento das sociedades árabes da África mediterrânea e ocidental. Mais adiante, com as conquistas da América, tem-se a conformação de novos tipos socioculturais com a miscigenação de espanhóis, italianos e nativos na Argentina, holandeses, africanos, ingleses e indianos na colônia do Cabo e, na península da Malásia, chineses e nativos, além de outros.

Esse período se estende até finais do século XIX e abarca o período das migrações forçadas de mão de obra escrava africana e indígena. Porém, com o crescimento da industrialização ainda em finais do século XVII e início do XVIII, surge uma nova pulsão de movimento, o terceiro período proposto por Hoeder, vindo das áreas agrárias para os centros urbanos que se estende até o fim da Primeira Guerra Mundial na Europa e até 1937 na Ásia.

Aproximando-se da conceituação de Massey, Hoeder também defende que o período seguinte, o quarto em sua proposta, que compreende a primeira metade do século XX, se caracteriza por um declínio nos movimentos migratórios ocidentais e atlânticos. No entanto, ressalta a intensa migração de refugiados da Europa e a forte migração na Ásia, além do ainda incipiente movimento da América Central em direção à América do Norte.

Por fim, o atual período de migrações, iniciado a partir da década de 1950, mostra a emergência de migrações transpacíficas, a migração de retorno das antigas colônias, migrações laborais de diversas especialidades, uma intensa produção de migrações de refugiados e migrações regionais de trabalho, especialmente no mundo em desenvolvimento.

Em termos de teorias sociológicas, a abordagem que procuro considerar leva em conta o fenômeno migratório como multifatorial e polissêmico, onde operam motivadores pessoais, políticos, culturais, religiosos etc., o que o aproxima do conceito de “fato social total” de Mauss (2001) e Sayad (1998), mas predominantemente inseridos num sistema-mundo onde preponderam fatores econômicos capitalistas (Braudel, 2009; Wallertsein, 2004). As primeiras análises sociológicas sobre as migrações internacionais surgem no século XIX no contexto do desenvolvimento do capitalismo e da industrialização, porém abordado como um fenômeno social apenas marginal derivado da transição das sociedades tradicionais para as modernas (Nolasco, 2016; Oliveira, 2014).

Para o clérigo e pensador da demografia Thomas Malthus, as migrações observadas da Europa para os Estados Unidos eram consequências inevitáveis da superpopulação (Richmond, 1988, p. 30). Em seu ensaio sobre o princípio da população, publicado em 1798, o inglês afirma que esses movimentos que aliviavam a pobreza e a miséria na Europa, contribuía, assim, para a diminuição das taxas de mortalidade e, conseqüentemente, melhorariam as condições de vida da maioria da população. Sua teoria antecipava a escassez alimentar em escala global uma vez que, enquanto a produção de alimentos mantinha crescimento em razão aritmética, a população cresceria em proporção geométrica. Essa dinâmica eventualmente encontraria um novo equilíbrio na América do Norte, destino do excedente populacional europeu.

Esta visão levou o filósofo alemão Karl Marx a condenar a teoria malthusiana por percebê-la reacionária e não incluir as forças econômicas e políticas – especialmente aquelas ligadas ao capital – como potenciais agentes no controle populacional além das guerras, doenças e pobreza. A abordagem que o alemão faz sobre os movimentos migratórios encontra-se diretamente vinculada ao processo de acumulação de capital e à dinâmica da necessidade de força de trabalho de acordo com os ciclos de produção. Para ele, o contingente potencial do trabalho migrante serviria como o fiel na balança entre períodos de escassez de mão de obra e manutenção de salários baixos, este último alcançado através da oferta de mão de obra em excesso.

O crítico alemão não chega a extrapolar suas ideias para o nível internacional, uma vez que suas análises foram feitas a partir de casos pontuais da França, Irlanda e Escócia. No entanto, faz alguma referência à migração internacional quando trata sobre a colonização (Marx, 1996, p. 383-392), se limitando apenas a conceituar o “exército de reserva” formado por agricultores sem-terra que poderiam ser disponibilizados e deslocados como operários industriais, conforme exigissem as necessidades de acumulação de capital.

Antes de Marx, porém, Friedrich Engels já havia se interessado pela situação dos imigrantes irlandeses na Inglaterra e dedicou um dos capítulos do seu *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (Engels, 2010) ao caso. Dentro do arcabouço que viria a ser a “sociologia urbana marxista” é que Engels enquadra as migrações como um dos fatores de grande impacto sobre as cidades, a vida e a mobilidade dos trabalhadores (Oliveira, 2014, p. 74). Sua visão sobre a influência dos imigrantes irlandeses nas cidades e seus reflexos na população inglesa, especialmente seus conflitos morais, contudo, não é positiva, uma vez que a necessidade extrema os leva a subempregos e a salários baixíssimos com os quais os trabalhadores locais não conseguem concorrer, desembocando em antagonismos extremos. Não sem grandes doses de preconceito, Engels vaticina:

“O irlandês incivilizado, não por sua força, mas por sua grosseria, desloca o saxon nativo e apodera-se de seu lugar. E vive na sujeira e no desleixo, com sua violência e sua hipocrisia, verdadeiro fermento de degradação e de desordem. [...] Os irlandeses descobriram o que é o mínimo de necessidades vitais e o vão ensinando aos operários ingleses. Trouxeram consigo a falta de higiene e o alcoolismo” (Engels, 2010, p. 141).

Neste ponto de criação de divergências sociais e morais insuperáveis é que o sociólogo e antropólogo francês Émile Durkheim aborda o tema das migrações ao lapidar o conceito de *anomia*, ou “um estado de desregramento e desorganização social, geralmente em crises de cunho econômico ou causadas por mudanças sociais e/ou ideológicas”, conforme Ribeiro (2012, p. 9). Para o francês, os processos migratórios poderiam ser estopim para cenários sociais anômicos na medida em que as sociedades se acomodam para a integração e a socialização dos imigrantes. Este processo se daria através de rupturas com a solidariedade mecânica (laços de parentesco) das comunidades tradicionais e sua transição para a solidariedade orgânica (laços de amizade) das

associações urbanas de classe (Sasaki e Assis, 2000, p. 3) e levaria a consequências que incluíam o crime, o suicídio e os conflitos entre grupos sociais. Apesar disso, na produção de Durkheim, menções diretas ao fenômeno da imigração aparecem somente em *Da divisão social do trabalho*, ao que atribui a formação das cidades através do processo de recrutamento de trabalhadores vindos do interior e das áreas rurais, mas o francês reflete sobre o tema apenas tangencialmente (Oliveira, 2014, p. 80).

Também tangencialmente é que o sociólogo e economista alemão Max Weber aborda a questão das migrações internacionais, mais marcadamente em dois pontos de sua sociologia (Oliveira, 2014, p. 81). O primeiro diz respeito ao seu estudo sobre os trabalhadores agrários ao Leste do rio Elba, na Alemanha, de onde preferiam emigrar em direção às grandes cidades alemãs – ou para os EUA – e estavam sendo substituídos por imigrantes poloneses e eslavos. Para Weber, a questão em jogo nesta substituição era a soberania territorial e essa dinâmica social seria derivada da transformação dos antigos senhores de terras em empreendedores agrícolas, em sua adaptação à lógica capitalista emergente, promovida por uma burguesia desinteressada por um projeto nacional. Ao analisar este processo, sua conclusão é a de que, para este tipo de trabalho, o polonês se adaptaria melhor às regras impostas nas empresas capitalistas. Nas próprias palavras do autor, também repletas de um preconceito surpreendente:

“O pequeno agricultor polonês ganha terreno porque ele, de certo modo, come a própria grama, não *apesar* mas *por causa* dos seus hábitos de vida mesquinhos tanto física quanto espiritualmente” (Weber, 2003, p. 64; grifos do original).

Contudo, foi em seu estudo sobre as imbricações entre o protestantismo e o capitalismo que o autor se aproximou mais do tema das migrações. Na mesma linha um tanto preconceituosa de Engels mostrada acima, demonstra preocupações com os efeitos da imigração para os Estados Unidos de trabalhadores “incivilizados” da Europa “periférica” (Oliveira, 2014, p. 82) que pudessem colocar em risco o trabalho já realizado pelos anglo-saxões que os precederam. Para Weber, seria a cultura protestante, condição necessária para a acumulação de capital, o que isolaria a comunidade americana dos efeitos desestruturantes da assimilação de imigrantes, ao impor um código disciplinador aos trabalhadores e criar novos critérios de relações sociais baseadas na classe, no gênero e na etnia. A imigração seria, assim, um fator incidental para estratificação social em novas classes e grupos étnicos (Richmond, 1988, p. 33).

Outro sociólogo alemão, Georg Simmel (1858-1918), é considerado o principal clássico da sociologia da imigração (Oliveira, 2014, p. 87). Apesar de o tema não ser central em sua obra, a mobilidade, não apenas geográfica, mas como representando a fluidez e adaptabilidade que caracterizam o indivíduo na modernidade, é de grande importância. O autor trata desse tema mais diretamente quando estuda o nomadismo, os movimentos de invasão e, posteriormente, a assimilação judaica na Europa e é justamente este último e sua tese sobre a “judaização da Europa”, que o colocam como influência importante na corrente sociológica denominada de “Escola de Chicago”.

As pesquisas da Escola de Chicago partem das teorias evolucionistas de Herbert Spencer (1820-1903) e outros as quais tomam a sociedade sob um modelo biológico e definem que, em um ambiente de recursos escassos, a competição e conflito seriam vetores para a eventual assimilação e imigrantes e minorias étnicas (Richmond, 1988, p. 31). Nesse contexto, entende-se assimilação como a tendência progressiva de se parecer cada vez mais com os membros da sociedade receptora, de incorporar paulatinamente os sistemas sociais e culturais dos estratos sociais dominantes que, no caso de Chicago, era a maioria anglo-americana relativamente dominante.

De forma geral, a sociologia clássica, em sua fase de afirmação como campo científico, é marcada por uma concepção estruturalista da sociedade, o que se reflete na consideração dos comportamentos individuais apenas como derivados de influências de agentes e instituições que estão acima dele – como em Durkheim –, ou de relações sociais inevitáveis – como defende Marx – ou, ainda, de formas de ação constringentes, que franqueiam pouco espaço para a ação individual – como afirma Weber. Dentro deste escopo, sobra pouco espaço para investigações focadas exclusivamente nos fenômenos migratórios.

Nesse sentido, o geógrafo inglês Ernst Georg Ravenstein (1834-1913) foi quem primeiro se debruçou exclusivamente sobre o tema das migrações internacionais para formular o que chamou de *leis das migrações*, uma série de postulados que explicariam os movimentos migratórios publicados em forma de artigo homônimo no *Journal of the Statistical Society of London* em 1885. Para ele, o imigrante padrão seria adulto, proveniente de áreas rurais e percorreria pequenas distâncias em seu projeto migratório. As disparidades econômicas entre regiões geográficas seriam as principais causas de migrações, sendo os centros urbanos, industriais ou comerciais espaços de atração de imigrantes e, uma vez no destino, sua presença tenderia a contribuir para o

desenvolvimento econômico e o progresso da tecnologia e dos transportes. Ainda, o número de migrantes para um destino seria inversamente proporcional à distância deste destino de sua origem, mas, sendo a distância entre origem e destino muito grande e a viagem inevitável, o migrante tenderia a cumprir o percurso em etapas (Nolasco, 2016, p. 15).

Essa primeira tentativa de planificação posta a cabo por Ravestein lançou as bases para a chamada *teoria neoclássica* dos fatores de atração e repulsão, ou *push/pull*. De maneira geral, essas teorias se apoiam em dois pilares primordiais: a noção de um mundo dividido por fronteiras nacionais onde as migrações ocorrem entre agentes políticos que se autocontrolam e a ideia de características opostas entre as regiões de origem e destino (Nolasco, 2016, p. 16); e se bifurcam em análises *micro* e *macro*.

A microanálise neoclássica estuda as migrações internacionais partindo do indivíduo como unidade de análise e defende que o processo migratório é fruto da ação de indivíduos racionais que, “conscientes da sua circunstância pessoal e social, e na posse de informação relativa às características de duas ou mais regiões com níveis econômicos distintos, ponderam os custos de emigrar com o objetivo de maximizar rendimentos” (Nolasco, 2016, p. 17).

Segundo a macroanálise, por outro lado, os mercados de trabalho são a razão primária de promoção dos fluxos migratórios e passa-se a considerar, portanto, o poder dos governos no controle desses movimentos e sua influencia nos mercados laborais na origem e no destino (Massey *et al.*, 1993, p. 435; 440). São várias as formas com as quais os governos influenciam os efeitos da atração e repulsão de trabalhadores nos mercados de trabalho, desde a fixação de remunerações mínimas, manutenção de taxas de desemprego baixas, políticas meritocráticas e estímulos para a produção, relação com sindicatos etc.

Portes (2014) enxerga as dificuldades teóricas enfrentadas por esse modelo ao tentar se ajustarem à realidade objetiva no ponto em que consideram toda uma série de barreiras entre a intenção de migrar e sua efetiva realização. Além disso, o modelo *push/pull*, na verdade, não preveria que as ações de atração e repulsão possam ser independentes. Para o autor, há situações em que o modelo *push* funciona sozinho – quando as condições de vida são de tal forma precárias que impelem as pessoas a migrar – e outras onde o modelo *pull* pode agir independentemente – quando as condições de

vida em outros países são melhores do que as boas condições de vida já existentes na origem.

Ao lidar com os vários níveis de influência capazes de estimular ou desestimular as migrações, procurou-se embasamento na teoria do sistema-mundo (Wallertsein, 2004) para acomodar as diversas formas e condições distintas dos movimentos migratórios. Esta teoria define um mundo dividido entre países cuja distinção se faz a partir das “discrepâncias na divisão do trabalho, na acumulação de capital, no poder político e no desenvolvimento, proporcionando do sistema-mundo uma imagem tripartida em centro, semiperiferia e periferia” (Nolasco, 2016, p. 22).

No centro desse sistema, estariam os países de maior poder político e militar, alto nível de desenvolvimento social, grande investimento tecnológico, e providos de sistemas econômicos e financeiros mais poderosos. Na periferia, países mais fracos política e militarmente, sem capacidade econômica ou de desenvolvimento, cujas economias estariam voltadas essencialmente para matérias-primas, produtos agrícolas e o fornecimento de mão de obra barata aos países do centro. Dessa desigualdade de posições surge uma relação entre centro e periferia onde os primeiros impõem-se sobre os últimos. Por fim, na semi-periferia se localizariam países intermediários que apresentam características de ambos os pólos e que, portanto, não poderiam integrar nenhum deles.

A rotulagem, portanto, dos países conforme essa nomenclatura e a pressuposição de inclusão de todos eles no sistema, acomoda a existência de um mercado laboral global onde as migrações internacionais seriam “uma consequência natural da formação e desenvolvimento mundial do mercado capitalista” (Massey *et al.*, 1993). Com a recente expansão e concentração populacional – e, conseqüentemente, de poder e atividades produtivas e financeiras – das chamadas *ciudades globais* (Nova Iorque, Tóquio, Londres, Frankfurt, Xangai etc.) (Sassen, 2000, p. 20-27), atualizações dessa teoria passam a considerar o sistema como *multipolar* chamando atenção para o protagonismo dessas cidades como pólos de atração de mão de obra.

Dessa forma, os movimentos migratórios internacionais seriam resultado, ao mesmo tempo, da busca por trabalho exercida pelos próprios trabalhadores e da necessidade por mão-de-obra como motor da economia capitalista e, em última instância, da acumulação de capital.



Recentemente, uma nova abordagem interdisciplinar procura enquadrar os movimentos migratórios como sistemas que entrelaçam países por afinidades e vínculos herdados de elementos culturais e contextos históricos que perduram no tempo (Peixoto, 2004, p. 27-28). Nessa linha, o que aproxima origem e destino são laços culturais, políticos, econômicos e tecnológicos herdados ou não de passados coloniais que, independentemente da distância geográfica entre eles, fazem florescer fluxos estáveis e que tendem a se intensificar no tempo. A partir dessa abordagem, o fluxo migratório ocorre concomitantemente com outros fluxos culturais, políticos ou econômicos que reafirmam e intensificam os laços entre os países. Baganha (2009) utiliza essa abordagem ao analisar e caracterizar o que chama de *sistema migratório lusófono*, inicialmente formado apenas por Portugal e Brasil, mas acrescido dos países da África lusófona (PALOP) após a Revolução Portuguesa de 1974.

Além dos níveis *micro* e *macro* de análise apontados em teorias anteriores, a teoria dos sistemas migratórios institui um nível intermediário, ou *meso*. Se o nível *macro* se caracteriza pela comparação de termos aproximativos entre diferentes sociedades, como urbanização, industrialização, sistemas de crença, fatores demográficos, instituições políticas etc. e o *micro* por instâncias individuais como o capital humano individual, propensão para migrar (em termos psicológicos), a capacidade de angariar capital social etc., o nível *meso* seria aquele da economia familiar, redes de parentesco e compadrio, toda uma lista de reflexões sobre curso de vida, níveis de subsistência, aspirações que envolvem tradições e práticas culturais, e outras até de teor emocional e espiritual (Hoeder, 2002), aspectos que interligam indivíduos ou grupos de indivíduos.

Por se basear em aspectos *micro*, *macro* e também *meso* para explicar as migrações, a teoria dos sistemas migratórios se apresenta como uma “síntese de outros enquadramentos teóricos” (Nolasco, 2016, p. 25). Nessa perspectiva, as teorias baseadas apenas nos fatores de atração e repulsão, as que atribuem exclusivamente às conformações de mercado ou aquelas orientadas para as alterações econômicas de cada país, passam a não mais darem conta da abrangência e complexidade do fenômeno migratório. Mas é exatamente essa abrangência, conseguida não sem uma interpretação profunda das outras teorias, que constitui seu ponto fraco, segundo seus críticos, fato pelo qual a consideram não uma teoria, mas uma condensação de todas as demais, utilizada apenas para classificar, não para analisar.

Com o propósito de síntese, e longe de se esgotar a temática diante do desenvolvido até aqui, João Peixoto (2004, p. 12) propõe quadro 1.1 abaixo que sumariza os cruzamentos proporcionados pelas teorias utilizadas internacionalmente e relacionadas às migrações.

Quadro 1.1 - A ANÁLISE DAS MIGRAÇÕES - UM MODELO DE INVESTIGAÇÃO

		<b>Objeto</b>	
		<i>Economia</i>	<i>Sociologia</i>
<b>Perspectiva Metodológica</b>	<i>Individualista</i>	<i>Racionalidade Instrumental / Mercado de Trabalho / Rendimentos / Investimento em Capital Humano</i>	<i>Ciclo de Vida / Carreira / Mobilidade Social / Ação Não Instrumental</i>
	<i>Holista</i>	<i>Mercado de Trabalho Segmentado / Flexibilização / Sistemas Espaciais / Sistemas-Mundo / Sistemas Migratórios</i>	<i>Família / Instituições / Organizações / Redes Migratórias / Enclaves Étnicos / Normas e Imagens Coletivas</i>

FONTE: Peixoto, João (2004), *As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro- sociológicas*, Instituto Superior de Economia e Gestão – SOCIUS Working Papers, 11.

No Brasil, os Estudos Migratórios vêm-se consolidando como um campo interdisciplinar cujas contribuições da História, Sociologia e Antropologia, além da Economia e da Ciência Política e até da Administração Pública e Relações Internacionais, ajudam no desenvolvimento de teorias e práticas associadas aos desafios de entendimento sobre a atuação dos muitos agentes a eles ligados. Especialmente no Brasil, cuja história nacional não pode ser desvinculada de uma forte influência da imigração, este campo é fértil em trabalhos que se ocupam de entender a ação desses agentes, sejam eles vinculados diretamente ao traslado físico, como os próprios imigrantes e a atuação das empresas de transporte, até as negociações e decisões políticas nacionais que as precederam.

Piñero e Calazans (2020) apontam para um crescimento no número de estudos sobre migrações internacionais publicados nos 253 periódicos relacionados à área de Ciências

Sociais Aplicadas<sup>1</sup> e classificados de A1 a B2 pela CAPES entre 2009 e 2018. Segundo as autoras, enquanto o número de artigos não chegava a 15 por ano entre 2009 e 2013, há um leve aumento entre 2014 e 2015 e, logo em seguida, um grande salto em 2016 (34 artigos) e 2017 (32 artigos), com tendência de manutenção em 2018 (15 artigos publicados até o primeiro semestre).

Dos assuntos tratados nestes artigos, 23% abordam políticas públicas e legislação que afeta o cotidiano dos imigrantes, 22% enfocam questões de territorialidade, sejam sobre desterritorialização ou reterritorialização, 20% discutem questões de saúde, principalmente o acesso aos sistemas nacionais de saúde e 17% lidam com temas relacionados ao trabalho e a inserção dos imigrantes no mercado. Outros 10% tratam sobre temas relacionados à educação sob a perspectiva da inserção dos estrangeiros nas universidades ou da educação em língua materna e a manutenção da cultura étnica, 5% sobre o tema da religião e apenas 3% colocam questões sobre qualidade de vida.

A importância da imigração na construção histórica e social brasileira não é ignorada pelos autores do pensamento social no Brasil e, ainda que em pequenos comentários, a migração suíça, embora geralmente ratificando seu fracasso como proposta para o povoamento, também é tema presente na bibliografia sobre a História do Brasil e o pensamento social brasileiro.

Caio Prado Júnior (2011) conhecido como um dos intérpretes do Brasil da geração dos anos 1930, não chega a abordar a colônia de Nova Friburgo, mas uma outra tentativa de povoamento através de imigração suíça no Pará. Ele se baseia no relato de Alexandre Rodrigues Ferreira (Bahia, 1756 – Lisboa, 1815), naturalista indicado em 1778 por D. Maria I para chefiar uma missão exploratória nas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá que aconteceu entre 1783 e 1792. O compêndio com suas anotações organizadas no *Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro com a informação do estado presente* foi publicado pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro entre os anos de 1885 e 1888.

Trata-se da colônia de Vila Vistosa de Nossa Senhora da Madre de Deus, fixada em 1765 no oeste paraense onde o rio Anauerapacu desemboca no rio Amazonas, próximo à

---

<sup>1</sup> Fazem parte desta área as disciplinas de Direito, Museologia, Comunicação, Serviço Social, Economia Doméstica, Desenho Industrial, Turismo, Economia, Administração, Arquitetura e Urbanismo, Planejamento Urbano e Regional, Demografia e Ciência da Informação.

sua foz. A vila surge para complementar o sistema de defesa e de povoamento da região amazônica (Andrade, 2006) e é onde, em algum momento antes de 1769:

Desembarcaram [...] os suíços, que se estabeleceram [...] e nem para os referidos suíços, nem para a gente do estado, nem para o serviço e aumento das rendas de Sua Majestade foi útil semelhante estabelecimento, frustrando-se, por conseguinte, as despesas que com elas se fizeram.

Antes, o tio-avô de Caio Prado Jr., advogado, jornalista e diplomata, Eduardo Prado, iniciava sua colaboração intitulada *Immigration* para a obra comemorativa do centenário da Revolução Francesa *Le Brésil en 1889*, publicada para a Exposição Internacional de Paris, com as seguintes palavras: “O que é escrever a história do Brasil senão descrever a história da imigração àquele país” (Prado, 1889). Ao tratar da imigração dos suíços, Eduardo Prado deixa clara sua veia monarquista ao dizer que “esses suíços não foram os primeiros que lá se fixaram graças à tolerância do governo [...] foi o rei que os pediu que viessem e que lhes convidou. Pensamos apenas em enchê-lo de favores” (p. 481). Daí em diante o autor passa a um relato ufanista – e, em alguns momentos, racista – sobre o sucesso da colônia, a inconfundível adição de brasileiros “loiros de olhos azuis” (p. 482) e o feliz destino daqueles que, deixando as terras originais da colônia, “enriqueceram se tornando agricultores donos de escravos” (p. 482-483).

O diplomata, historiador e jornalista Oliveira Lima, em seu clássico *Dom João VI no Brasil* (Lima, 1908), trata em diversos trechos da questão e dos atores ligados à imigração no país, desde a iniciativa do Conde de Linhares de estabelecer chineses em 1812 no Rio de Janeiro para o cultivo do chá – cerca de 300 trabalhadores que seriam mobilizados de Macau – até, e inclusive, a iniciativa suíça de Nova Friburgo, não sem deixar de chamar atenção para seu fracasso. Lima observa com interesse o papel do Conde da Barca<sup>2</sup> como “primeiro agente de emigração na Europa” (p. 782) e o do também jornalista, proprietário do jornal *Correio Braziliense*, editado em Londres entre 1808 e 1822, Hippolyto da Costa como fervoroso defensor das políticas de estímulo à imigração europeia para o Brasil.

O próprio Lima denuncia seu pendor à imigração estrangeira, aquela que “espíritos desanuviados como o de Hippolyto preconizavam” (p. 748), e parece entender que,

---

<sup>2</sup> Domingos de Sousa Coutinho (1755-1812).

através dela, seria possível não só desenvolver nossa agricultura e povoar as regiões desabitadas, mas principalmente, “melhorar [a população] tanto no physico como no moral, inoculando-lhe sangue europeu e idéas européas, a espécie humana que n'elle habitava, e preparar por fim a abolição da escravatura” (p. 748). No entanto, quanto a iniciativa de Nova Friburgo, o autor não tem senão críticas.

Ao fracasso da colônia de Nova Friburgo, Lima atribui diversos fatores com os quais concorda particularmente com Debret (1835), quais sejam:

1º a que, dos fundos destinados pelo governo para o conveniente estabelecimento dos immigrants, alguns foram distraídos, apesar da comissão nomeada especialmente para superintender sua applicação; 2º a extravios e roubos occorridos por occasião do transporte dos objectos de propriedade dos colonos, entre elles utensilios indispensáveis de lavoura, que tinham vindo em caixotes demasiado volumosos para serem carregados ás costas de mulas, tornando-se preciso abril-os afim de dividir os fardos; 3º á falta de previsão administrativa revelada na escolha infeliz do local comprado por bom preço n'uma difficil região montanhosa, do que resultou mais tarde ficarem os colonos privados, por falta de communicações fáceis, da exportação dos seus productos agricolas, quando havia em Minas e São Paulo tanta extensão desoccupada, accessivel e de clima igualmente sadio e agradável. (Lima, 1908, V.2, p. 749).

Além disso, concorda com o Duque de Palmella<sup>3</sup> em sua crítica quanto à composição demográfica da colônia com seu “numero de velhos, de crianças e de mulheres excessivo em comparação com o dos adultos masculinos” (p. 750) e anui à constatação do encarregado dos negócios franceses no Brasil quando este escreve em 1820 que “seria impossível gastar mais em qualquer colônia, e ninguém poderia ser mais engenhoso em perder o fruto”. Por fim, para Lima, Nova Friburgo teria sobrevivido apenas “como aprazível estação de verão, mas agricola e economicamente ficou uma colônia nulla”.

Seria de se esperar que dedicasse algumas linhas ao papel e à atuação de Gachet nessa empreitada, mas a ele Lima se limita a citar o nome, ainda assim grafado equivocadamente como “um agente de nome Grasset” em uma nota de rodapé (p. 750).

O economista Celso Furtado também não se furta à análise incidental da imigração europeia para o Brasil como forma de “solução alternativa do problema da mão de obra” em seu *Formação econômica do Brasil* (2005). Ao discorrer sobre as diversas iniciativas

---

<sup>3</sup> Pedro de Sousa e Holstein (1781-1850).

migratórias, também não chega a mencionar os suíços de Nova Friburgo, mas menciona a Fazenda Ibicaba, iniciativa do Senador Vergueiro em Limeira (SP), que também recebeu estrangeiros a partir de 1840.

Há poucas menções do sociólogo e ensaísta Gilberto Freyre à colonização ou à influência suíça no Brasil. Nem em *Sobrados e Mocambos* (2013), tampouco em *Novo mundo nos trópicos* (2011) onde, apesar de citar os suíços, o autor não chega a abordar a colonização de Nova Friburgo e limita-se apenas a relembrar a influência suíça em associação com a francesa durante a tentativa de colonização da França Antártica no princípio do século XVI no Rio de Janeiro.

No entanto, refere-se com frequência – e cita suas fontes que também o fazem – à Suíça como modelo de sociedade europeia (arquitetura, gastronomia, costumes) e aos suíços como aspiração progressistas idealizada de desenvolvimento e cidadania, especialmente e com maior frequência em *Ordem e Progresso* (2013b). O imigrante campesino suíço – e de outras nações “civilizadas” – engrandeceria a civilização brasileira ao mesmo tempo em que implementaria técnicas agrícolas mais avançadas e mais eficazes a ponto de elevar a qualidade da produção nacional ao nível europeu e capazes de alcançar esta qualidade com maior economia. Ainda nesta obra, Gilberto Freyre discorre sobre o pensamento de Jean Louis Rodolphe Agassiz, cientista de origem suíça, professor de História Natural em Cambridge que aqui esteve entre 1865 e 1866, e que, sobre o que disse em relação ao Brasil, poderíamos resumir com a frase: “aos olhos do suíço, o Império brasileiro ao tempo do seu amigo D. Pedro de Alcântara, imperador, pareceu de tal modo deficiente em ‘progresso intelectual’” (p. 384).

O antropólogo Darcy Ribeiro, mesmo não tratando em sua obra diretamente da colônia de Nova Friburgo ou das iniciativas migratórias colonizadoras da Suíça de maneira geral, escreveu um ensaio sobre o país chamado *A Suíça e a suicidade* (1992). Publicado na revista *Carta*, editada durante sua permanência como Senador (1991-1997), o texto é resultado de um convite feito ao autor – e a outros nove intelectuais – pelas autoridades suíças como parte das comemorações dos 700 anos do surgimento da Confederação Helvética, celebrado em encontro de intelectuais no ano de 1991. Nele, Ribeiro olha a Suíça com olhos menos colonizados do que os de Freyre e passa boa parte do texto a indagar sobre as peculiaridades que tornam a Suíça lugar de pessoas tristes, senis ou, em suas próprias palavras, “um país terminal” (p. 23), no sentido de que chega ao fim, que alcança o seu objetivo.

Segundo o autor, tudo em princípio funciona, tudo está em seu lugar na Suíça, mas disso deriva um certo vácuo de futuro. “Era para mim a prova final, cabal, incontestável, de que eu estava num país feito, terminado, quase perfeito. Esse foi o meu maior horror” (p. 23). Isso, porém, sem deixar de reconhecer as aptidões técnicas, burocráticas e, principalmente, financeiras da Suíça que permitem aos suíços manter a independência e o convívio pacífico com as outras nações, aspecto este que o antropólogo não se furta a comparar com os povos do Xingu, sua especialidade, pois também por 700 anos esses índios haviam conseguido manter a paz, a independência e a identidade de seus diversos grupos componentes.

Para fazer a ponte entre a Antropologia, a Sociologia e a História, Sergio Buarque de Holanda (2005) – e, posteriormente, Boris Fausto – em algumas passagens da obra de fôlego *História geral da civilização brasileira*, menciona a criação da colônia suíça de Nova Friburgo e a reconhece como um acontecimento político e socioeconômico digno de nota do período monárquico brasileiro, o que o levou a incluí-la na “Cronologia Sumária” de sua obra (p. 453). Além de lembrar a influência do suíço Benjamin Constant para a inclusão do Poder Moderador na Constituição de 1824 e, ainda, a inspiração na organização cantonal Suíça para o federalismo republicano que se seguiria com a República.

A também historiadora e antropóloga Giralda Seyferth (1988, 1999, 2002, 2008, 2014), cânone dos estudos sobre imigração e colonização estrangeiras – especialmente alemã – no Brasil, dedicou-se aos diversos aspectos ligados ao tema e abordou os suíços e a colônia de Nova Friburgo em vários de seus trabalhos. Já a historiadora Emilia Viotti da Costa (1999, p. 195), ressalta que a política que baseou as negociações para a fundação de Nova Friburgo seguiu o mesmo padrão das colônias de povoamento postas e prática posteriormente, o sistema de parcerias, com a diferença na proveniência dos colonos, uma vez que as restrições à permanência de estrangeiros no país havia sido suspensa.

Ainda temos a obra de Luiza Horn Iotti, (2003), ao abordar o problema da colonização versus a imigração durante o período imperial, refere-se à documentação existente relacionada à autorização e ao assentamento das famílias de imigrantes suíços em Nova Friburgo e, em outro trabalho, o compêndio da legislação brasileira sobre imigração onde detalha toda a evolução normativa para o estabelecimento de estrangeiros no Brasil, inclusive aquela que deu origem à colônia de Nova Friburgo (2001).

Há ainda outros autores brasileiros que se dedicaram à formação de uma historiografia nacional acerca da imigração suíça, cada qual abordando diferentes aspectos da iniciativa como a relação entre imigrantes e escravos (Marretto, 2014) ou os conflitos religiosos entre os primeiros imigrantes suíços católicos e os protestantes luteranos e calvinistas que posteriormente a eles se juntaram (Teixeira, 2018). Houve quem se dedicasse à produção epistolar entre os imigrantes e seus parentes remanescentes na Suíça (Sanglard, 2000) ou à reconstituição da trajetória das famílias que lá se fixaram, seja sob a ótica genealógica (Ferreira, 2013), seja analisando as fortunas dos que ali pereceram (Faria, 2018), entre outras tantas abordagens.

As teorias e abordagens descritas até aqui mostram a diversidade de possibilidades de enquadramento e análise não apenas sobre os fatores que influenciam a decisão migratória, mas as inúmeras formas como as Ciências Sociais as vêm encarando. No entanto, poucas delas se detêm com aprofundada atenção em uma questão que, sob meu ponto de vista, tem influência marcante na tomada de decisão racional do potencial migrante.

Certamente há situações em que o destino migratório é uma imposição, seja ela uma coação ou simplesmente a falta de outras alternativas. Há, porém, aquelas situações em que a decisão de migrar, uma vez tomada, se depara com a escolha do destino e, sendo essa uma possibilidade, a projeção de si naquele local, a imaginação de viver sob as condições daquele destino muitas vezes pouco conhecido, torna-se mais um fator a ser somado aos tantos que vimos acima. Longe de ser apenas uma construção totalmente racional – mesmo sendo a racionalidade um componente ativo – essa projeção sofre, ele também, os efeitos de inúmeras forças externas históricas, hereditárias (no sentido de herdadas de uma tradição familiar, por exemplo) e outras que mobilizam agendas e interesses próprios de terceiros no intuito de convencimento a esta ou aquela iniciativa migratória.

Quero com isso provocar uma reflexão sobre o poder dessa projeção/construção interna de um futuro possível sobre a decisão em relação ao destino pelo qual se trocará a terra que já não suporta os sonhos e projetos do migrante. Para isso, abordaremos no próximo item os conceitos de imaginário e repertório cultural que são envolvidos nesse processo e servirão como ponto de partida para entendermos a importância de elementos culturais, históricos, tradicionais e de informações sobre o destino aos quais os potenciais migrantes são expostos no momento de agir ao sopesar a decisão de migrar.



## 1.2 Os conceitos de imaginário e repertório

O ponto que pretendo explorar através da mobilização dos conceitos de repertório e imaginário se vincula à análise nos níveis *meso* e *micro* propostas pela teoria dos sistemas migratórios apresentada acima. Esta mobilização se faz necessária uma vez que a discussão deste trabalho gira em torno das representações existentes e circulantes do Rio de Janeiro e do Brasil na Europa e o engajamento dos agentes na produção de representações do destino como estratégia de convencimento à iniciativa migratória.

Quem primeiro se debruça sobre o imaginário é o sociólogo, antropólogo e filósofo francês Gilbert Durand com a publicação, em 1960, do livro *As estruturas antropológicas do imaginário*, no qual apresenta a ideia de trajeto antropológico, ou trajeto do sentido (Barros, 2014). Neste trajeto entre os aspectos biopsíquicos internos do homem e suas contingências externas culturais, históricas, sociais etc. se daria o nascimento da imagem simbólica. Durand embasa sua teoria na Reflexologia do neurobiólogo russo Vladimir Bekhterev<sup>4</sup>, que, muito resumidamente, busca entender a relação entre as respostas cerebrais e os estímulos do meio ambiente sendo o corpo o intermediário e veículo de suas manifestações. O francês, no entanto, se ocupa da construção de um “capital inconsciente” via estímulos dados pela realidade e absorvidos por este corpo.

Nessa linha, o autor francês explica (Durand, 2012) as estruturas do imaginário como decorrentes de Regimes que chama de Diurno (estruturas heroicas, derivadas de uma dominante reflexiva postural relacionada ao corpo ereto, à visão e à audição) e Noturno (estruturas dramáticas, derivadas de uma dominante reflexiva copulativa, relacionada aos aspectos motores, rítmicos e musicais) e místicas ou antifráscas (derivadas da dominante reflexiva digestiva, relacionada a aspectos táteis, gustativos e olfativos). A partir dessas estruturas e estímulos, o imaginário se organiza em dois domínios: o arquetipal – composto do que é universal do ser humano – e o ideográfico,

---

<sup>4</sup> Primeiramente associada a pesquisas sobre reflexos em animais, a Escola de Reflexologia de Leningrado, coordenada por W. Bekhterev, expandiu seu campo de ação dando continuidade ao trabalho em psicofisiologia de Ivan Pavlov na década de 1950. Sobre a Reflexologia Russa, ver (Souza Jr. e Cirino, 2009). Sobre a trajetória de Bekhterev, ver Maranhão-Filho et. al. (2015).

feito das experiências conjunturais do homem no interior das comunidades a que pertencem (Coelho, 1997, p. 211).

O imaginário é, portanto, um arcabouço de imagens e símbolos relacionados tanto à história quanto à cultura disponíveis irrestritamente ao pensamento humano, uma bacia semântica – com suas particularidades contextuais e conjunturais – e que se manifesta de diferentes formas. Ou, nas palavras de Teixeira Coelho:

é o conjunto das imagens e relações de imagens produzidas pelo homem a partir, de um lado, de formas tanto quanto possível universais e invariantes - e que derivam de sua inserção física, comportamental, no mundo - e, de outro, de formas geradas em contextos particulares historicamente determináveis.

Outro importante autor do tema é o filósofo grego Cornelius Castoriadis para quem o imaginário assume papel fundamental na orientação e direção do mundo social exatamente por se constituir a partir de uma rede simbólica estruturante dos modos de percepção, sendo, portanto, anterior à produção de sentido que fazemos da realidade (Magalhães, 2017). Nessa linha, o imaginário é peça fundamental para se conformar uma visão de mundo que aproxima indivíduos que compartilham mais ou menos da mesma história e mesma experiência. Com isso, o que faz sentido para um desses indivíduos, provavelmente o fará para o grupo com o qual ele se afina. Sendo, portanto, a argamassa que baseia as representações coletivas e, por consequência, espaços de poder, o imaginário pode ser alvo de disputas e influências deliberadas de vários atores que tenham por objetivo dominar e orientar a produção de sentido da realidade social na direção de seus próprios interesses, valores e agendas, por exemplo.

O conceito de imaginário, apesar de nascido e explorado em áreas de conhecimento diversos da História – preponderantemente na Antropologia, na Filosofia e na Psicanálise (Espig, 2004, Laplantine e Trindade, 1996) – remete à capacidade do ser humano de criação de mundos reais, ilusórios, maravilhosos ou fantásticos a partir de suas próprias vivências ou a partir do acúmulo de informações sobre o mundo material cuja procedência não seja propriamente pessoal, ou seja, intimamente ligados à experiência e conhecimentos do passado. Essa conformação de novos mundos está não apenas na raiz da criação artística e literária, quando abordamos o imaginário pessoal de um autor ou coletivo num movimento artístico, por exemplo, como também nas relações simbólicas do exercício do poder, quando tratamos de um imaginário social mais amplo.

Cada disciplina tende a abordar o tema do imaginário sob um enfoque específico e caro às suas próprias reflexões estruturais. Os debates filosóficos, por exemplo, tendem para uma forte ênfase analítica com frequente interesse pelos seus aspectos ligados à abstração. Antropólogos normalmente estão interessados em descrever as formas cristalizadas do imaginário produzido por adição de cultural ao longo da trajetória humana. Já historiadores tendem a querer descobrir as transformações do imaginário em determinado local ou sociedade ao longo do tempo. Dessa classificação fica evidente o caráter sincrônico (cultural) da abordagem antropológica em oposição ao diacrônico da história. Em outras palavras, um debate sobre a permanência ou transformação do imaginário no tempo.

Os debates sobre esta pretensa dicotomia foram arrefecidos após a tomada de posição do antropólogo americano Marshall Sahlins (1990, 2008), quando propõe a análise sobre a ação do agente social em seu contexto histórico contida na cultura acumulada até então ou, em suas próprias palavras: a ação sobre a “estrutura da conjuntura”. Partindo de uma análise sobre a dicotomia história/evento, ele oferece um ponto de vista que não aparta as duas categorias, mas as coloca em relação dialética onde as causas e efeitos dos eventos são interpretados e incorporados à cultura através do prisma estruturado da história. Assim, articulando as permanências da história na forma como se estabelece a relevância cultural dos eventos, Sahlins carrega a ação interessada do agente histórico no contexto estudado com toda a carga cultural histórica em operação que a precede. Esta abordagem dá poder ao evento, circunscrito no tempo e no espaço, de exercer influência permanente no tempo e, ao sujeito histórico, a capacidade de “fazer-se a si mesmo”, apesar das contingências estruturais de seu contexto.

A proposta de Sahlins, portanto, abre o campo da história do imaginário para a qual contribui o historiador Bronislaw Baczko quando afirma que, na História, a intensidade de produção de imaginário varia de acordo com momentos de alta ou baixa intensidade de acontecimentos disruptivos ou de comoção das estruturas: “A Revolução Francesa, como toda crise revolucionária, é um *tempo quente* na produção de imaginários sociais” (Baczko, 1999, p. 39 - grifo do autor).

Apesar de aderir à proposta de que crises contribuem para a efervescência produtiva do imaginário, para este trabalho interessa menos sua abordagem histórica e mais a forma pelo qual o imaginário vai se compondo, enriquecendo e consolidando. Representações, imagens e descrições do Novo Mundo circularam na Europa desde o século XVI e, como

porto importante no contexto global dos séculos XVII e XVIII, especialmente as cidades brasileiras de Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Essas representações circulavam em diversos formatos: pinturas, ilustrações nos livros de relatos de viagem ou, ainda, propriamente literárias, por exemplo, ou alegadamente jornalísticas, as quais veremos mais à frente. Entender esse imaginário nos ajuda a entender a aderência ao projeto migratório suíço e o efeito persuasivo do material produzido com intenção de promovê-lo.

No entanto, o imaginário sozinho, por mais que os embase e influencie, não produz efeitos concretos. A contribuição acumulada das vivências individuais no corpo coletivo da experiência humana é tomada como estratégia de ação através de outro mecanismo que, articulado ao imaginário, disponibiliza um rol de ferramentas disponíveis à ação individual e coletiva em determinados contextos. Esse rol de ferramentas é chamado repertório.

A ideia de repertório nasce ainda na década de 1970 com o sociólogo, cientista político e historiador Charles Tilly em suas pesquisas sobre política, conflitos e mobilização social nos Estados Unidos. Foi interessado na vinculação entre conflito e cultura, especificamente ao se questionar sobre a apropriação de estruturas de mobilização preexistentes pela ação política coletiva, que Tilly investiga as políticas de agir e se aproxima da escola dos *Annales*, cuja atenção à longa duração dos processos culturais e das grandes transformações sociais poderiam ser esclarecedoras.

A primeira aparição do termo no trabalho de Tilly foi em 1976 em seu *Getting together in Burgundy – 1675-1975* ao qual ainda se refere como “meios definidos de ações coletivas” ou “repertório familiar de ações coletivas”. O autor volta ao tema em 1978, agora de forma mais estruturada, e o define como um conjunto de formas de ação que se renova conforme o uso, lentamente eliminando formas obsoletas e incorporando formas bem-sucedidas e mudando por “standardização” ou “rotinização” ao longo do tempo (Alonso, 2012, p. 22-23).

Essa definição sofreu críticas desde então, principalmente quanto à universalização da disponibilidade do repertório (coletivo ou individual, de ator ou de época?) e quanto à sua circulação, manejo e transformação, questionamentos essencialmente culturalistas. O conceito necessitava de restrição, pois não contemplava uma teoria da cultura que o embasasse e, portanto, na década de 1990, Tilly faz nova reflexão enquadrando-o apenas

como “repertório de confronto” com o que admite sua validade para a sociologia política sem se comprometer com a sociologia da cultura.

Em artigo de 1995, Tilly propõe o repertório não como algo que surge na instância individual ou de apenas um grupo, mas como um fenômeno relacional, sustentado na dinâmica entre dois ou mais atores que tomam parte no confronto; e performa também coletivamente seguindo um “conhecimento social sedimentado, entendimentos, memórias e acordos compartilhados, relações sociais, significados e ações amalgamadas em padrões conhecidos e recorrentes” (Alonso, 2012, p. 25). O autor exemplifica seu pensamento recorrendo a uma comparação com o jazz, estilo musical onde a improvisação em grupo harmônico é a chave para a boa execução, pois também na ação coletiva “pessoas num tempo e local determinados aprendem a colocar em prática um número limitado de rotinas alternativas de ação coletiva, adaptando cada uma às circunstâncias imediatas e às reações de antagonistas, autoridades, aliados, observadores, objetos de suas ações e outros de alguma forma envolvidos na luta” (Tilly, 1995, p.27).

Dessa linha de raciocínio surge uma nova definição para o conceito de repertório:

Um número limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e encenadas através de um relativamente deliberado processo de escolha. Repertórios são criações culturais aprendidas, mas não descendem de filosofia abstrata ou toma forma como resultado de propaganda política; emergem da luta. [...] Em qualquer ponto particular da história, contudo, se aprende apenas um pequeno número de formas alternativas de se agir coletivamente.” (Tilly, 1995, p.26).

Esse pequeno número de alternativas do agir que se aprendem em uma época específica seria o resultado da fixação pela aplicação bem-sucedida ao longo do tempo. Apesar de serem sujeitas a variações no curto prazo, permanecem no longo prazo as mais eficazes.

A partir do final dos anos 1990 e princípios do século XXI, a teoria volta a ser revisitada por um Tilly já ameaçado pela doença que lhe tiraria a vida em 2008. Nesse período, o autor busca conectar não apenas aos fenômenos locais e nacionais, mas aos globais, e segue aprofundando a linha culturalista de sua abordagem. A partir de 2005, Tilly incorpora a noção de performance ao conceito de repertório, associando-os cada vez mais em sua produção e optando por um “realismo relacional” (Alonso, 2012, p.28),

mostrando menos sua preocupação com as permanências da ação coletiva e mais em relação à sua transferência e difusão.

Em 2006, Tilly apresenta uma nova versão atualizada do conceito de repertório em *Regimes and Repertoires*, dessa vez substituindo de vez “rotina” por “performance”, aprofundando seu diálogo com a sociologia da cultura e com a metáfora do jazz. Neste livro, o autor conceitua repertório como

conjunto limitado, familiar, historicamente criado de performances reivindicativas que, sob a maioria das circunstâncias, circunscreve em muito os meios pelos quais as pessoas se engajam em confrontos políticos” (Alonso, 2012, p. 36).

E, em 2008 com *Contentious Performance*, o autor, sem fugir à conceituação anterior, elabora sobre a importância da ação objetiva como motor de aprendizagem, modificação e adição de performances ao repertório, ou seja, defende a própria luta como sala de aula prática para a contínua ampliação do repertório.

Muitos autores se respaldaram, utilizaram, criticaram e modificaram o conceito de Tilly ao longo do tempo<sup>5</sup>, mas concentraremos na extensão dada ao conceito pela socióloga norte-americana Ann Swidler (1986; 1995; 2003) que incorpora definitivamente a cultura como elemento de efeito causal na definição das estratégias de ação, vindo a associar finalmente ambos num único conceito: o repertório cultural.

Em três textos de Swidler podemos ver como a autora apresenta seu conceito, aplica-o no ambiente de onde veio, ou seja, o debate sobre ação política, conflitos e movimentos sociais e, finalmente, expande sua aplicação para outro espectro do contexto social, ao analisar a forma como as pessoas lidam, vivenciam e racionalizam a experiência amorosa. A escolha pelo trabalho de Swidler como referência para a análise feita nessa dissertação é para ilustrar a polivalência do conceito de repertório, uma vez que pode ser mobilizado não apenas no contexto de seus estudos de origem (conflitos políticos), mas também para a análise de temas eminentemente culturais, como a experiência do amor. É esta chave que me auxilia a transpor o conceito para os estudos sobre a experiência da

---

<sup>5</sup> Para uma lista de usos do conceito de repertório e seus autores ver Alonso, 2012, p. 32-34.

migração por considerar mais próximo à experiência emocional de Swidler do que da economia política da ação de Tilly.

O primeiro texto apresenta seu conceito ainda em 1986 em artigo intitulado *Culture in Action: Symbols and Strategies* publicado na *American Social Review*. Nele, a autora propõe sua análise alternativa da cultura em três passos: o primeiro, encará-la como uma caixa de ferramentas (*tool kit*) ou um repertório cultural<sup>6</sup> de “símbolos, estórias, rituais e visões de mundo” disponíveis às pessoas no enfrentamento de seus problemas cotidianos; o segundo, encará-la como tendo efeito causal não na ação efetiva, mas na construção de “estratégias de ação”, formas persistentes de ordenamento da ação no tempo”; e, o terceiro, encarar a significância do efeito causal da cultura não no estabelecimento de fins concretos para a ação, mas na “disponibilização de componentes culturais usados para construir estratégias de ação” (1986, p. 273).

Sua abordagem do papel causal da cultura na ação baseada na imagem da caixa de ferramentas se contrapõe à concepção de Max Weber, autor mais preocupado em esquematizar a ação do que seu ator e para quem a conduta humana seria impulsionada por “interesses materiais e ideais” da ação social, tendo as ideias, ou “visões de mundo” por elas criadas, o papel de definir o destino que se deseja alcançar e os meios com os quais alcançá-lo<sup>7</sup>. Esta abordagem foi estendida pelo sociólogo americano Talcott Parsons para quem, na disputa com abordagens racionalistas e economicistas no campo dos esquemas meios-fins, apenas a sociologia seria capaz de estabelecer os fins da ação humana.

No papel de definidor dos caminhos que conduzem aos fins da ação, Parsons substitui a proposta de “visões de mundo” de Weber por “valores”. Globais e ahistóricos, abstratos, gerais e imanentes ao sistema social, os valores parsonianos explicam por que diferentes atores sociais tomam diferentes cursos de ação mesmo em situações similares. São eles que “orientam” e servem de “critério ou padrão para a seleção dentre as alternativas de orientação intrinsecamente abertas em uma dada situação”. Assim, a

---

<sup>6</sup> Swidler não cita Tilly neste artigo, pois pega emprestada a noção de “repertório cultural” do antropólogo sueco Ulf Hannerz, (1969) que, por sua vez, se inspirou no termo “cultura privada” de outro antropólogo, o americano Ward Goodenough.

<sup>7</sup> Weber explica o papel da “visão de mundo” como orientador da ação com a metáfora dos “switchmen” (agulheiros, profissionais que reposicionavam os trilhos para a mudança de direção dos trens nas ferrovias) em *A psicologia social das religiões mundiais* (Weber, 1974).

cultura afetaria a ação humana através de valores que a orientam a certos fins em detrimento de outros (Swidler, 1986, p. 274).

Swidler distancia-se de ambos ao aderir à concepção de cultura do sociólogo francês Pierre Bourdieu e a considera mais um “rol de habilidades e hábitos do que de preferências e desejos” (Swidler, 1986, p. 275). Para a autora, faz mais sentido que se procure uma linha de ação em que já existe “equipamento cultural” para se lidar com um problema, portanto, nesse sentido, ações e valores seriam organizados para tirar o maior proveito das competências culturais. Para permanecermos na metáfora das ferramentas, podemos dizer que, ao lidarmos com um ambiente escuro, escolhemos, entre um martelo, um formão ou uma lanterna, a última (ferramenta) e a ligamos (ação) apontada para frente, pois sabemos que sua luz pode ferir a visão de quem olhá-la diretamente, o que, na maioria das vezes, preferimos evitar (valores). A cultura constitui, então, “não um sistema unificado a empurrar a ação numa direção consistente, mas um repertório do qual os atores sociais selecionam diferentes partes para a construção de sua linha [ou estratégia] de ação” (1986, p. 277) (grifo meu).

Corroborando a tese de Swidler, o sociólogo inglês Paul DiMaggio (1997) encontrou resultados similares em sua pesquisa sobre cultura e cognição no campo da Psicologia no intuito de estabelecer a forma como as pessoas operam dentro das contingências culturais. DiMaggio argumenta que os nossos usos da cultura são fragmentários e não necessariamente coerentes, cada indivíduo utilizando orientações e enunciados universais da cultura de maneira reflexiva e de acordo com as contingências do contexto em que se inscreve. Há, portanto, uma dimensão criativa no uso prático da cultura que não necessariamente reflete a noção de cultura – homogênea, orgânica e coerente – com a qual estamos acostumados.

A abordagem de Swidler se aprofunda em 1995 com a publicação da análise sobre o papel da cultura sobre os movimentos sociais. Nesse texto, abordando conflitos políticos travados por movimentos sociais e suas contrapartes institucionais, a autora revisita o tema do efeito causal da cultura na configuração das estratégias de ação, mas, dessa vez, mobilizando os argumentos do antropólogo americano Clifford Geertz que, na década de 1960, causou uma revolução pela mudança de abordagem em relação à cultura.

Geertz inovou os estudos sobre a cultura ao evitar os improdutivos esforços para responder à pergunta “como a cultura de uma pessoa realmente influencia suas ações” e



elaborar outra, cujos resultados produzidos são muito mais satisfatórios: “o que determinado texto, ritual ou prática significa para as pessoas que os usam, performam e vivem?” (Swidler, 1995, p. 27). Ao colocar nestes termos, Geertz inaugura uma antropologia hermenêutica e supera esquemas prévios da vertente estruturalista que prescindia de sujeitos. Nela, estabelece a cultura como um campo interconectado entre práticas, crenças, experiências, símbolos, discursos etc. que, em conjunto e ao mesmo tempo, definem o contexto em que se situam os objetos ou práticas culturais que se deseja estudar.

Swidler assume essa universalidade do contexto, mas reconhece o caráter “fluido, multifacetado<sup>8</sup> e, por vezes, incoerente” (1995, p. 36) da cultura e a existência de contextos específicos capazes de impor determinados cursos de ação, podendo levar a condutas praticadas sob a pressão de vários fatores como, por exemplo, a opinião alheia, ainda que estejam em oposição às crenças individuais do ator social. Por isso, a cultura, apesar de compartilhada pelos sujeitos nela inseridos, “não se efetivaria como um todo orgânico e coerente, [...], mas como um conjunto de pistas e modos de enunciação utilizados tanto de forma comprometida, quanto cínica ou mesmo desinteressada” (Maia, 2010, p. 624).

Esta perspectiva foi empiricamente demonstrada em *Talk of Love*, livro da autora lançado em 2003 onde descreve os resultados de sua pesquisa sobre a forma como a cultura influencia as experiências amorosas, matrimoniais, conjugais e domésticas dos americanos. Nesta obra, Swidler argumenta que as pessoas recorrem a seus repertórios culturais quando se encontram em momentos de transição na vida, quando estão abaladas<sup>9</sup>.

Assim, a visão de que momentos problemáticos seriam propícios para o desenvolvimento de novas estratégias de ação dialoga com Baczko (ver página 28, acima) ao tratar da capacidade de adição ao imaginário que têm os *tempos quentes*, ou seja, tempos turbulentos da vida social são catalisadores para adições ao imaginário, assim como momentos conturbados da vida pessoal são catalisadores para adições e uso do repertório cultural no desenho de estratégias para o enfrentamento dos problemas. Mas Swidler parece concordar também com a abrangência coletiva desta premissa,

---

<sup>8</sup> No original, “*multistranded*”.

<sup>9</sup> No original, “*unsettled*”.

adicionando ainda a ideia de que é exatamente nestes períodos de agitação social que se faz possível a criação de novas estratégias de ação e, de forma quase evolucionista, a determinação daquelas que, bem-sucedidas, permanecerão e aquelas a serem descartadas (1986, p. 280).

A partir do entendimento da noção de repertório cultural apresentada por Swidler, duas críticas poderiam ser a ela endereçadas. A primeira diz respeito ao número de “ferramentas” disponíveis a um sujeito a partir da mobilização de seu repertório. Sendo a ação derivada do intercambiamento de diversas dessas ferramentas, seria possível que o repertório cultural provesse infinitas estratégias de ação? Swidler refuta esta noção e afirma ser o repertório limitado e restrito à cultura da sociedade à qual o sujeito se insere e ao momento histórico no qual existe.

A posição da autora é respaldada por Tilly e Tarrow (2015) que, tratando sobre a ação coletiva, argumentam que o repertório posto em prática pode ser inovado dentro de limites fixados pelo próprio repertório existente e limitados pelo momento e pelo local. No entanto, a crescente interconexão de vários mundos culturais (Santos, 2012) resultante dos altos graus de interconexão e troca entre comunidades promovidos pela conformação em rede da atual sociedade da informação (Castells, 2011) permite acesso a repertórios disponíveis em outras culturas, mas nem sempre passíveis de adaptação ou capazes de sucesso no ambiente onde são postos em prática.

A segunda crítica aponta para a interpretação utilitarista do repertório cultural já que as ferramentas disponíveis seriam escolhidas conscientemente pelos sujeitos para o uso específico em situações específicas ou um plano desenhado conscientemente para o alcance de um objetivo. Swidler contra-argumenta que o repertório cultural não disponibiliza fins, mas a capacidade de estabelecer uma série viável de condutas que auxiliam o sujeito a organizar a ação no tempo. Assim, afirma não se tratar de um modelo conceitual meramente instrumental de ação, considerando que as noções de repertório cultural e estratégia de ação devem sempre ser articuladas em conjunto.

Ao aplicarmos as noções de imaginário e repertório cultural ao tema deste trabalho, precisamos considerar duas frentes de análise. A primeira diz respeito à forma como as imagens do Brasil e do Rio de Janeiro foram construídas ao longo do tempo na Europa de maneira geral e na Suíça especificamente e em que medida essas imagens foram utilizadas nas iniciativas de promoção da iniciativa migratória. A segunda é estabelecer

em que medida a migração internacional fazia parte do repertório cultural suíço em resposta a situações e contextos turbulentos.

Como ponto de partida para as análises acima, nas páginas à frente, primeiramente discuto a bibliografia relativa às descrições de viajantes e naturalistas europeus que estiveram no Brasil e cujas obras tiveram edições circulantes na Europa e na Suíça nos anos anteriores à emigração para o Brasil. Em seguida, busco descrever a imagem residual dessas descrições no imaginário europeu do período em questão neste trabalho através da análise das descrições feitas pela imprensa da época e, finalmente, comparo essas imagens às descrições feitas pelos próprios imigrantes suíços ao chegarem no destino.

Mais além, abordo a permanência das migrações internacionais na história da Suíça e o papel de Sebastien-Nicolas Gachet como principal operador da iniciativa migratória para o Brasil, as versões conhecidas sobre sua trajetória pré- e pós-emigração e sua contribuição à promoção da emigração suíça na forma das *Notices* por ele publicadas, mobilizando tanto elementos positivos do imaginário suíço sobre o Brasil quanto aspectos positivos da vida na Suíça que permaneceriam no Novo Mundo.

## 2 O Brasil na Europa

No capítulo anterior, estudamos os conceitos de imaginário e repertório cultural para que pudéssemos compreender o papel das imagens simbólicas na criação de futuros possíveis e na imaginação de locais desconhecidos e da cultura na mobilização de ações por parte dos sujeitos sociais. Neste capítulo, discutiremos o entrelaçamento delas com as descrições do Rio de Janeiro contidas nas obras de viajantes e naturalistas em visita ao Novo Mundo e publicadas na Europa. A intenção é debater sobre como se difundiram e se consolidaram na Europa as ideias e imagens associadas às terras do Atlântico ao Sul.

Para isso, abordaremos o contexto da produção editorial e publicação de livros contendo relatos e diários de viagem na Europa entre os anos de 1751 e 1821 e de que forma essas obras circularam na Suíça e nos países que sobre ela exerciam maior influência. Veremos que as fronteiras nacionais não eram impedimento para que livros publicados num país percorressem trajetos internacionais, especialmente na Suíça cuja grande maioria da população à época era alfabetizada, onde se falam ainda hoje o francês, o italiano e o alemão, além do romanche<sup>10</sup> e onde operavam, no período, tipografias de grande porte e influência. Em especial, focaremos na circulação de um tipo específico de obra que era de grande interesse dos leitores à época (Darnton, 1987, p. 175; 180): os diários publicados por viajantes estrangeiros. Em seguida, apresento um debate sobre o conteúdo dessas e outras obras e sua influência na construção do imaginário europeu; finalizaremos com um levantamento crítico das descrições sobre o Brasil e o Rio de Janeiro publicados na imprensa suíça da época e os relatos dos próprios imigrantes sobre o que viram quando chegaram por aqui.

---

<sup>10</sup> Considerada a quarta língua da Suíça, a principal de 0,5% da população em 2018 (Swiss Federal Statistical Office – Structural Survey), é formado por cinco dialetos: Surselvan (Sobresselvano), Sutsilvan (Subselvano), Surmeiran (Sobremirano), Puter (Alto Engadino), Vallader (Baixo Engadino). Falado predominantemente no cantão de Grisões (o único oficialmente trilingue), permanece como herança das línguas originais das tribos habitantes da região à época de sua colonização romana no século 15 A.C. pelas legiões de Tibério e Druso (Terra, 1993).

## 2.1 Circulação de relatos de viajantes

Não caberia neste espaço descrever a trajetória do livro desde a sua criação até o período de que trata essa dissertação. Para isso existem diversas obras de referência especificamente sobre a história do livro ou que a incluem no contexto mais amplo da história da leitura e da escrita (Febvre e Martin, 1976; Darnton, 1982; Eliot e Rose, 2020; Cavallo e Chartier, 2002; Chartier, 1998; Eisenstein, 1979; Higounet, 2003; Finkelstein e McCleery, 2005).

Ao estabelecer o recorte de análise no período da virada do século XVIII para o século XIX na Europa, interessam a este trabalho especialmente as obras que discutem a origem do livro na Europa e a conformação do mercado livreiro europeu no período. Porém, antes, precisamos esclarecer certas concepções que se tornaram senso comum ao longo do tempo e que não refletem de todo a realidade desvendada por estudiosos do tema.

A primeira delas é quanto à popularidade do livro na Europa. Diferentemente do que se possa imaginar, o livro torna-se um produto popular bem antes do século XVIII. Segundo duas das maiores referências no assunto, “entre a publicação da Bíblia de Gutemberg (1455) e o final do século XV, calcula-se que tenham sido impressos mais de 20 milhões de livros na Europa. A partir dessa data, pode-se dizer, quanto a Europa, que o livro impresso se tornou de uso universal” (Febvre e Martin, 1976, p. 182; 186). Além disso, Lilia Schwarcz, ao tratar do cenário artístico da França antes da vinda dos artistas que fundaram a colônia Lebreton, afirma que a literatura de viagem era “consumida largamente, se não diretamente pela aquisição dos livros com relatos de viagem, pelo menos através das leituras dos compêndios de Prévost e Beauchamp (Schwarcz, 2008, p.51).

A segunda é quanto à difusão da alfabetização e da capacidade de leitura na Europa neste período de 1750 e 1820. Novamente, não interessa aos objetivos deste trabalho um detalhamento abrangente ou exaustivo desse tema e, portanto, concentrei esforços para levantar a estrutura de alfabetização na Suíça em seus diferentes cantões no período definido. Nesse sentido, é importante destacar que a Suíça sempre manifestou ativo interesse na educação de sua população e uma preocupação primordial com a instrução das massas (van de Walle, 1980).

Não são poucos nem desimportantes os relatos feitos por estrangeiros que estiveram na região e chamaram atenção ao alto nível intelectual dos suíços. Fynes Moryson (1566-1630) em sua peregrinação pela Europa durante a década de 1590 e cujas observações foram publicadas em *Itinerary*<sup>11</sup> descreve os suíços como “naturalmente bem educados” (Kew, 1995, p. 1319) e mantendo boas lojas de livros em Zurique e Genebra (p. 1326), além de professores atuantes em escolas públicas em Basel (p. 1327).

Dois séculos depois, John Bowring, enviado britânico à Suíça, se encanta com a amplitude da difusão da “inteligência” no país como “consequência da educação popular universal” (Bowring, 1836, p. 3-4). Suas observações basearam-se em pesquisa entre detentos das prisões da Suíça, local que considerava ideal para observar o mais baixo nível educacional da população. Lá, entrevistou 320 detentos, homens e mulheres, dos quais 315 “sabiam ler livros impressos e apenas 40 a 50 não sabiam escrever, a maioria estrangeiros e estavam sendo instruídos. [...] Nas prisões de Lausanne e Genebra não havia sequer um detento que não soubesse ler e escrever” (p. 4).

Importante destacar que, no período compreendido entre estes dois relatos, a configuração política da Suíça se alterou. Até 1797, o conjunto de cantões existia sob jurisdição francesa e, portanto, obedeciam às normas escolares emanadas de Paris. Com a efetivação da República Helvética (1798-1803) e a promulgação da primeira Constituição, se iniciou a unificação legislativa dos cantões sob uma administração centralizada nacional e instituiu-se o “direito à instrução” (artigo 7) como “bem público” (artigo 4).

Nesse sentido, a instrução passa a ser encarada como ferramenta de uniformização da identidade coletiva em formação com o intuito de amalgamar as várias tradições, línguas, culturas e linhas religiosas características de cada cantão. Dá-se, então, a unificação da estrutura escolar no nível nacional, para harmonizar o sistema, os

---

<sup>11</sup> A obra de Fynes é uma referência para pesquisadores das condições sociais da Europa no final do século XVI. Foi originalmente concebida em quatro volumes, porém apenas os três primeiros foram publicados em vida. O primeiro em 1617 com o título *An Itinerary: Containing His Ten Years Travel Through the Twelve Dominions of Germany, Bohemia, Switzerland, Netherland, Denmark, Poland, Italy, Turkey, France, England, Scotland and Ireland*. O terceiro volume chegou a ser licenciado para impressão em 1626, mas não chegou a ser publicado. O quarto permaneceu apenas como manuscrito. Em 1903 todos os quatro volumes da obra foram transcritos e publicados por seu biógrafo, Charles Hughes, sob o título *Shakespeare's Europe: Unpublished Chapters of Fynes Moryson's Itinerary. Being a survey of the condition of Europe at the end of the 16th century*.

programas e os conteúdos pedagógicos, especialmente os relativos à educação elementar, buscando garantir educação a toda a nação e a cada um dos cidadãos (Hofstetter, 2012).

O resultado foi o estabelecimento de uma das primeiras redes de escolas primárias gratuitas e obrigatórias da Europa, o que resultou, em meados do século XIX, na alfabetização de mais de 70% da população (Graff, 1987). A analfabetização, portanto, era rara, mas poucos alunos seguiam além do nível elementar e a educação pós-primária continuou sendo prerrogativa das elites, especialmente daquelas habitantes das cidades onde se concentravam o poder administrativo ou tinham maior volume comercial.

Portanto, não seria de se estranhar que a Suíça da virada do século XVIII para o XIX contasse com uma população humilde, mas letrada e com acesso a livros impressos, pelo menos nas vilas próximas às grandes cidades. E, como veremos mais à frente, ávidos por leituras de viagem, um dos temas preferidos do público à época.

A literatura de viagem, entre outras representações pictóricas e literárias, contribuiu para a formação da imagem do Brasil na Europa fazendo parte do repertório cultural disponível sobre o Novo Mundo. Jean Marcel Carvalho França (França, 2012, p. 190-191) indica que, contando edições, reedições e traduções, 382 obras de mais de cem autores circularam na Europa entre os séculos XVI e o início do século XIX, a maioria delas a partir do século XVIII após a consolidação da navegação transoceânica. Escritas predominantemente em inglês, francês, alemão e holandês, algumas ainda publicadas originalmente em espanhol, italiano e português e outras ainda traduzidas para o russo, o sueco e o dinamarquês.

Baseado no trabalho do historiador Paulo Berger (1964), é possível mapear a quantidade e os locais de publicação de obras sobre o Rio de Janeiro publicadas na Europa no período e, baseado nas pesquisas seminais do historiador estadunidense de Robert Darnton (1987) discutir sua circulação para além dos centros onde ficavam efetivamente as tipografias. O intuito dessa discussão será o de avaliar a potencial circulação de relatos sobre o Rio de Janeiro na Suíça.

O trabalho de Darnton nos mostra que a circulação de livros na França pré-revolucionária era bem maior do que consta na documentação oficial da censura da época. A operação de diversas casas de impressão, chamadas *typographies*, e o trabalho

itinerante de profissionais chamados *colporteurs*<sup>12</sup> e agentes literários a elas associados, contribuíram para a produção e circulação de obras autênticas, inautênticas e proibidas. O trabalho desses mascates e agentes era importante para que essas obras chegassem o interior dos países por onde passavam.

Geralmente pobres residentes dos cantões menos alfabetizados, os mascates ganhavam a vida nas estradas entre as pequenas vilas e operavam entre a lógica do trabalho itinerante e a do trabalho sazonal. Eram figuras familiares no interior da Europa, principalmente nas regiões montanhosas e mais isoladas. A intenção de abordar sua atuação é o de chamar a atenção para a natureza internacional desse ofício na época, muitas vezes eclipsado historicamente pelas vidas dos grandes comerciantes e nobres exportadores, uma vez que esses humildes andarilhos cruzavam a França, a Itália, a Suíça, a Espanha, a Alemanha e até a Inglaterra (Fontaine, 1996).

Para ilustrar a atuação desses personagens na fronteira entre a França e a Suíça, encontramos Jean Joseph Esmieu<sup>13</sup>. No inverno de 1773, o jovem francês de apenas onze anos, caçula de quatro filhos de uma pobre família da pequena Méolans, deixava sua aldeia cravada nos alpes da Alta Provença, sudeste da França, e iniciava sozinho, a pé, a viagem de cerca de 195 quilômetros até Marselha, cujo objetivo era que mudasse radicalmente a vida que levava até então. Carregava consigo a esperança de aprender um ofício e ascender da condição de camponês na qual havia nascido.

As viagens pela região não lhe eram assim tão estranhas, pelo menos em princípio. Estas eram assunto recorrente durante os almoços familiares de sua infância quando a família recebia a visita de seu tio Jean Derbez, dono de um albergue na vila vizinha de Lauzet, próxima a cerca de duas horas de caminhada de Méolans. *Mâitre* Laurent, pai de Jean Joseph, açougueiro que vendia seus produtos entre as regiões altas dos Alpes Delfinos e a Provença, costumava tratar com Derbez os preparativos de suas viagens e discutir o movimento do comércio na região.

Além disso, Jean Joseph via muitos dos jovens mais inteligentes e capazes deixarem os povoados para fazer multiplicar, através do comércio ambulante, as economias acumuladas nas fazendas e cujos lucros seriam nelas novamente reinvestidas. De fato,

---

<sup>12</sup> Mascates.

<sup>13</sup> A autobiografia de Esmieu, *La vie pénible et labourieuse du colporteur Esmieu. Recit de vie de Jean-Joseph Esmieu (1762-1832)*, trazida a público por Jean-Pierre Dubois, teve publicadas na França três edições em 1967, 2002 e 2005.



Pounds (2009, p. 86) corrobora essa informação ao citar a observação do intendente da região do Delfinado de que “todos os habitantes abandonam as montanhas a cada inverno procurando meios de vida em regiões menos severas” e a de um viajante no início do século XVI que diz “não ter visto um único homem nas vilas da Alta Savoia pois estavam todas vazias por conta da emigração invernal”.

Com isso em mente, o jovem Jean Joseph iniciou sua preparação para a partida. Passou todo o outono caçando e vendendo tordos aos comerciantes locais, confiando parte dos ganhos ao pai, para as despesas da casa e a poupança futura, e desviando outra parte para financiar sua viagem (Coste, 2000). Não se sabe ao certo se a motivação de Esmieu fora sua própria audácia em descortinar um destino diferente do de seus pais ou uma liberação por eles consentida.

Decerto o jovem Esmieu seria um tanto voluntarioso, como mostra determinado excerto de sua autobiografia transcrita por Coste, no qual, já na estrada para Marselha à altura de Venelles (portanto faltando cerca de 40 quilômetros para o final da viagem), o pequeno Jean é abordado por um “burguês de Petruis”, que o convida a ser seu pequeno lacai (*petit laquais*). Ao que Esmieu retruca dizendo: “nunca me entregaria a um estado tão baixo, uma vez que sempre ouvira de meu pai que o criado de um senhor estava fadado a morrer na palha”. Irritado com a malcriação, o tal burguês o abandona não sem antes apontar sua arrogância ao que, novamente, Esmieu responde: “Me parece que se eu estivesse a vosso serviço seria apresentado com frequência à sua bengala”. (Coste, 2000, p. 284). Porém, apesar de se pintar independente em sua autobiografia, Esmieu levava na bagagem cartas escritas por seus pais recomendando-o a postos de ajudante e serviçal (*valet*) a serem apresentadas em Marselha (Fontaine, 1996, p. 280).

Era comum que os jovens buscassem o serviço em casas nobres para senhores estabelecidos como uma “profissão de guarida” por garantir teto e subsistência nas cidades a jovens vindos do interior (Maza, 1983). Mas Esmieu queria ser alguma coisa para além de um serviçal, almejava aprender um ofício. Tentou durante mais de dez anos, período em que foi aprendiz de padeiro, de fabricante de jogos de cartas, de pescador e aluno de um cirurgião. Foi finalmente desencorajado por um compatriota, segundo o qual nenhum estúdio de qualquer ofício o receberia sem uma contribuição de quatrocentos ou quinhentos francos como inscrição e, posteriormente, mais uns duzentos para que lhe ensinassem efetivamente o trabalho.

Sem dinheiro e recusando a oferta deste mesmo compatriota a uma posição de serviçal – pela qual receberia seis francos por mês, além de cama e comida – Esmieu decide deixar Marselha e ir para Toulon onde uma grande feira acontecia. Já completava vinte anos quando Monsieur Rainaud, mercador que na feira apresentava seus produtos, o tomou sob seu patronato e financiou sua primeira jornada a trabalho.

Esmieu torna-se mascate. Primeiro carregando sua mochila através da Provença, de Aix (a leste), a Grasse (a oeste), das margens do Verdon (a norte) às alturas do Massivo de Maures (ao sul). Depois, quando os negócios já iam bem, carregava seus produtos – bibelôs, tecidos finos e rendas, – nas costas de uma mula. Na primavera de 1793, ao se hospedar em uma estalagem em Solliès, a cerca de 15 km de Toulon, Esmieu tem sua caixa de tecidos rendados – os mais valiosos do carregamento – roubada. Sem pestanejar, ele sai em perseguição ao ladrão.

A caçada se estende por quase um dia inteiro até que Esmieu, finalmente, consegue pôr as mãos no larápio aos pés do Maciço de Luberon, distante mais de 110 km de Solliès. Apesar do flagrante, o caso vai a julgamento em Toulon e dura até o ano seguinte, o que faz Esmieu presenciar o *début* certo major chamado Napoleão Bonaparte em operações militares bem sucedidas que, à frente do destacamento de artilharia Divisão Ocidental do exército republicano, elaborou o plano para tomar Toulon sem que perdessem muitas vidas.

O sucesso de Napoleão rendeu-lhe uma promoção direta de major a general de brigada – saltando os postos de tenente-coronel e coronel. O sucesso de Esmieu também foi alcançado e, tendo recuperado suas valiosas rendas e indiferente aos acontecimentos políticos que o cercavam, partiu de volta a Solliès, onde deixara o restante de sua carga.

Permaneceu na estrada até 1813, quando decidiu abrir um negócio de tecidos e malhas em Hyères, onde se casa aos 42 anos com filha de um notário de Cogolin, Rose Marie Imbert, que lhe dará a graça de quatro filhos e duas filhas ao longo dos oito anos seguintes. Esmieu morre aos 62 anos em Cogolin, não sem antes colocar no papel suas memórias e deixar-nos um dos pouco relatos autobiográficos de um mascate francês da virada do século XVIII para o XIX.

Como se há de imaginar por conta da origem humilde dessas pessoas, há poucos registros autobiográficos de sua atuação, o que faz com que a historiografia se baseie em documentos, arquivos legais e administrativos sobre essa atividade. Contudo, temos a

sorte de ter existido Jean Joseph Esmieu, cuja autobiografia sobreviveu ao tempo. Nela, ele descreve sua trajetória nas estradas da Baixa Provença, região sudeste da França, especialmente na região do Var constituída entre as cidades de Toulon e, mais além, Marselha (a Oeste), Nice (a Leste) e, ao Sul, a costa do Mediterrâneo, até o Norte alpino do Delfinado através da Suíça. Portanto, esta última, uma geografia similar à trilhada pelos *colporteurs* suíços, de onde podemos tirar alguma ideia da organização deste ofício na Suíça.



Região dos Alpes do Delfinado. Abaixo, em branco, região da Baixa Provença.  
FONTE: Luca Bergamasco / CC BY (<https://creativecommons.org/licenses/by/3.0>).

Sozinhos ou organizados em associações, os *colporteurs* percorriam a pé ou em charretes por estradas, feiras e mercados das zonas rurais mais isoladas ao menos desde a Idade Média, oferecendo em enormes caixas de madeira produtos de baixo valor que portavam consignados de atacadistas. Costumavam ir de vila em vila esbravejando seus produtos para atrair os curiosos e formavam uma clientela fiel que os aguardava a cada ano sempre na mesma época. Tinham poucas opções além de manter-se em condição precária, dependiam diretamente da fidelidade de seus compradores para saldar suas dívidas e, sobretudo, sobreviver. Por vezes eram vítimas de ladrões, doenças ou acidentes de toda sorte que os privavam de suas mercadorias, atirando-os à mendicância propriamente dita. Muitos os tinham, no entanto, apenas como mendigos, o que inspirava desconfiança e preconceito.

Sua chegada enfurecia os comerciantes locais sedentários – que atendiam a clientela em suas próprias lojas e não viajando –, o que levava a intensas pressões para a supressão desse trabalho, quase sempre em vão. Ao longo do Antigo Regime, várias tentativas de regulamentar suas atividades foram postas em prática por diversos cantões e cidades. A cidade de Berna expulsou todos os *colporteurs* estrangeiros em pelo menos três ocasiões (nos anos de 1578, 1603 e 1672) (Radeff, 2009), cogitou proibir de uma vez por todas os ambulantes em 1761, mas acabou por regulamentar a atividade através de autorizações – ou patentes – dadas pelo Conselho do Comércio da cidade que permitiam àqueles que as conseguissem o comércio desimpedido de seus produtos sem percalços pela cidade.

Dentre os itens comercializados pelos *colporteurs*, constava uma larga gama de produtos acabados de baixo valor como imagens de santos, fios de seda ou algodão, tecidos e roupas, objetos de ferro, madeira ou vidro, gravuras, tinta, penas e livros. Estes últimos eram produzidos em larga escala por gráficas chamadas *typographies*.

Na Suíça baseava-se uma das maiores tipografias da Europa no século XVIII, a *Société Typographique de Neuchâtel* (STN), empresa que operava não apenas naquele país, mas distribuía para praticamente todo o continente. A operação da STN entre 1769 e 1794 está bem documentada pelo projeto *French Book Trade in Enlightenment Europe*<sup>14</sup> (FBTEE) (Burrows e Curran, 2012a). Os pesquisadores do projeto sugerem que a empresa não operava apenas na Suíça, mas contava com uma rede internacional na Europa que ia da Rússia a Portugal, passando por Itália e países nórdicos (Burrows e Curran, 2012b).

Segundo os pesquisadores, no período coberto pelo projeto, a STN distribuiu mais de 300 mil livros de Política, Literatura, Filosofia e História. Este último tema respondia por cerca de 13% do total de livros vendidos do período, mais de 55 mil unidades, e, de acordo com Darnton (1987, p. 175), era a categoria onde se inseriam os livros que continham relatos de viagem.

Não existe certeza da quantidade exata de livros de relatos de viajantes comercializados pela STN, mas, pelo volume indicado, é justo afirmar que era um tema de interesse. A título de exemplo, consta que a STN comercializou mais de 2,5 mil unidades dos diários da viagem do Capitão James Cook (1728-1778), 790 unidades do

---

<sup>14</sup> Simon Burrows, Mark Curran, Vincent Hiribarren, Sarah Kattau and Henry Merivale, The French Book Trade in Enlightenment Europe Project, 1769-1794 (<http://fbtee.uws.edu.au/stn/>, 6 May 2014) (“FBTEE Project”)

relato de Louis Antoine de Bougainville (1781-1846) e 33 unidades da obra de Visconde de Parny (1753-1814)<sup>15</sup>, todos com informações sobre o Brasil.

A representação espacial desenvolvida neste trabalho<sup>16</sup> é semelhante à feita pelos pesquisadores australianos, porém levando em conta apenas livros que contém menções sobre o Rio de Janeiro e sem levar em conta os volumes distribuídos. Para isso, uma base foi composta por 227 publicações, republicações e traduções de obras de viajantes publicadas entre 1751 e 1821 na Europa conforme a catalogação de Paulo Berger (1964). Verificou-se que apenas 5 obras (2,6%) foram publicadas por casas de impressão sediadas na Suíça e apenas uma delas pela STN. No entanto, isso não significa que outras não tenham passado pelo catálogo da STN ou circulado pelo país via outras tipografias.

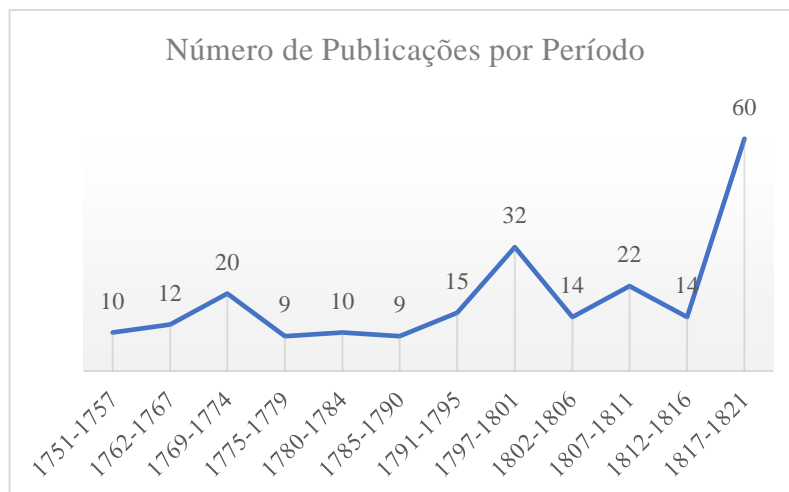
Por outro lado, a publicação em países que fazem fronteira ou têm forte influência nos diversos cantões suíços (Alemanha, Itália, França, Áustria e Holanda) responde por mais da metade (51,5%) das obras. Com essa informação e baseados nos achados das pesquisas de Darnton e do projeto FBTEE, é possível considerar a possibilidade da circulação dessas obras (originais ou versões, legais ou proibidas) dentro da própria Suíça e contribuindo para o acúmulo de repertório cultural sobre o Rio de Janeiro entre os suíços no período de 1751 a 1821, importante para o recrutamento de imigrantes para a iniciativa de colonização no Brasil.

As informações levantadas pela análise espacial das localidades onde se publicaram relatos sobre o Rio de Janeiro na Europa entre 1751 e 1821 mostram um aumento no número desses relatos a partir de 1791, com um pico entre os anos de 1817 e 1821 (60 publicações), período imediatamente anterior ao início do esforço de recrutamento para Nova Friburgo.

---

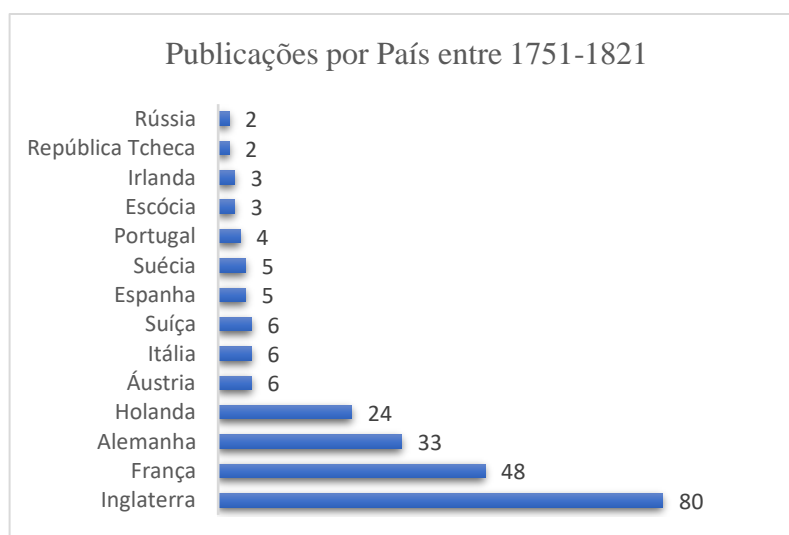
<sup>15</sup> Simon Burrows and Mark Curran, *The French Book Trade in Enlightenment Europe Database, 1769-1794* (<http://fbtee.uws.edu.au/stn/interface/>, 6 May 2014, browse author: Cook, Bougainville, Parny)

<sup>16</sup> Um gráfico animado com a evolução das referidas publicações produzida pelo autor pode ser encontrado em <<https://drive.google.com/file/d/1iMZX4ZVzOMIFeEkkbtY-tPS57sVSyll/view?usp=sharing>>



Fonte: BERGER, P. Bibliografia do Rio de Janeiro de viajantes e autores estrangeiros 1530-1900. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1964

A Alemanha, a Itália, a França, Áustria, Holanda e a própria Suíça foram os países da Europa continental que receberam maior número de publicações durante este período de pico.



Fonte: BERGER, P. Bibliografia do Rio de Janeiro de viajantes e autores estrangeiros 1530-1900. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1964

Sendo estes países notadamente influentes sobre as populações dos cantões suíços, que deles emprestam inclusive suas línguas, é válido sugerir que estas obras tenham sido distribuídas na Suíça num período anterior ao do recrutamento dos imigrantes que iriam fundar a colônia de Nova Friburgo no Rio de Janeiro e, portanto, estariam disponíveis aos moradores das cidades de origem dos imigrantes.

Mesmo tendo a STN encerrado suas atividades em 1794, isso não implica que outras tipografias não pudessem ter exercido este papel. Casas como a *Librairies Associés* ou a do tipógrafo Jean-Leonard Pellet, ambos responsáveis pela edição da obra de Raynal *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des européens dans les deux Indes* em Genebra publicada e republicada entre 1775 e 1781, ou, ainda, pelas mãos de Heinrich Gessner, tipógrafo de Zurique responsável pela publicação da obra de George Leonard Staunton em alemão na Suíça em 1798.

Os casos da STN e de Esmieu ilustram o que Darnton sustenta: a circulação dos livros na Europa iluminista da virada do século XVIII para o XIX não observava os limites das fronteiras políticas entre os países, mesmo a despeito do controle rígido que tentavam suas forças policiais. Para este trabalho, essa constatação é importante para situar a Suíça dentro do mapa de circulação da obra dos viajantes estrangeiros na Europa, sugerindo sua importância, se não como mercado consumidor, pelo menos como produtor e exportador de livros que se espalhariam pelo continente. Ao se aceitar o fato de que a Suíça fora uma região permeável à circulação de livros contendo relatos de viagem, é plausível que os suíços tivessem acesso a essas obras ou que ao menos a imprensa, que compartilhava com os livreiros o interesse pela preferência dos leitores, pudesse se interessar na publicação desse conteúdo.

Chegamos, então, ao ponto onde se faz necessária uma análise sobre o conteúdo desses relatos, a forma como neles o Rio de Janeiro foi representado e, assim, compararmos com a descrição feita por Gachet para o local onde seria fundada a colônia de Nova Friburgo publicado em suas *Notices*.

## 2.2 O Rio de Janeiro sob a pena dos viajantes estrangeiros e o imaginário do Brasil na Europa

Durante o século XIX, estabeleceu-se toda uma literatura sobre o Brasil escrita por estrangeiros e que tinham em comum duas características: o impacto positivo da natureza e o negativo da escravidão (Oliveira, 2002, p. 9). Mais do que nos debruçarmos sobre o conteúdo dos relatos de viagem sobre o Rio de Janeiro que circularam pela Europa entre 1751 e 1821, o propósito da discussão a seguir é traçar um panorama mais amplo sobre como o Brasil foi apresentado e representado na Europa desde seu descobrimento. Para isso, é claro que a literatura teve papel importante, mas também a pintura e outras artes

visuais exerceram influência. Nas próximas linhas, abordaremos aspectos importantes das descrições e representações do Brasil na Europa para abordarmos, em seguida, que imaginário sobre esta terra se estabeleceu entre os europeus.

Durante os quatro séculos que separam o Descobrimento no século XV, algumas características brasileiras mereceram especial atenção dos que se puseram a contar na Europa sua experiência no Brasil. O período com o qual estamos tratando marca uma mudança nas descrições dos viajantes e deixa para trás concepções medievais correntes entre os séculos XVI e XVII, que costumavam abordar o Novo Mundo de forma misteriosa ou maravilhosa, não raro aproximando-o do Paraíso Terrestre bíblico (Holanda, 2000), e passam a contar com um olhar puramente racional de dominação do homem sobre a natureza característica dos séculos XVIII e XIX (Barreiro, 2002, p. 10).

A natureza, as gentes e, posteriormente, as cidades, são o foco principal das representações e tiveram importante papel tanto nas descrições quanto nas representações visuais. Jean Marcel Carvalho França (2012, p. 283-286) faz análise detalhada de 117 obras de viajantes que visitaram o Brasil entre os séculos XVI e XIX e descreveram sob o ponto de vista da testemunha ocular suas experiências. Muito em comum com essas descrições são as representações dos pintores e desenhistas que cá estiveram e mereceram análise acurada de Ana Maria de Moraes Belluzzo (Belluzzo, 1994), Ana Lucia Araújo (2017) e Lilia Schwarcz (2008).

Tendo sido feitas preponderantemente com olhares de cientistas, essas descrições, por um lado, são muitas vezes pormenorizadas, de caráter quase catalográfico, dedicando afincos a listas e detalhes de cada nova espécie animal ou vegetal, praia, barra, baía, etnia, costumes etc. Por outro lado, são resultado dos esforços iniciais de autonomização das ciências naturais que tornou padrão um tipo de descrição que unisse o conhecimento científico à experiência estética. Assim, ao mesmo tempo em que o olhar científico analisa racionalmente a natureza, retirando dela dados quantitativos por fracionamento da totalidade real, o olhar estético assume um papel de volta, de recuperação de aspectos sensíveis e qualitativos dessa mesma totalidade.

Uma das referências desse tipo de relatos, o geógrafo, naturalista e explorador Alexander von Humboldt, foi o precursor desta “metodologia científica reflexiva” (Ricotta, 2003) embebida do romantismo alemão. O objetivo era um esforço para extrapolar a realidade física observada com o empenho de uma linguagem estética que



compensasse as limitações da ciência racionalista com a imaginação e a intuição, na tentativa de criar uma totalidade entre sujeito e objeto, arte e ciência, empiria e estética que levou muitos viajantes a incluir no título de suas obras impressas a alcunha de “viagem filosófica”.

Na pintura, a expressão desse detalhismo se dá na tendência ao pitoresco no estilo neoclássico e, também, ao romantismo. Tanto as narrativas quanto as pinturas, em geral, enfatizam três características principais. A primeira é o caráter exótico e abundante da terra, seu clima quente e, sobretudo, a natureza exuberante. Essa é certamente a característica principal que diferencia a paisagem do Brasil daquela dos países de origem dos viajantes e, na imensa maioria dos casos, seus relatos enfatizam essa diferença de maneira positiva e até divina.

O caráter divino do Novo Mundo, no entanto, está presente nas descrições e relatos os mais antigos. O mito do Paraíso Terrestre encontra-se já no século IV no poema atribuído a Lactâncio e desenvolvido posteriormente por Santo Isidoro de Sevilha. Também nos relatos de viagem de Marco Polo e outros dos primeiros viajantes europeus ao Leste em direção à Índia e à China ou ao Sul pela África das cartas de Preste João (Holanda, 2000).

Lilia Moritz Schwarcz (2008) aponta que na França, à época do estabelecimento da Família Real no Brasil, os livros de relatos de “viagem pitorescas”, escritos em primeira pessoa denotando a experiência pessoal do autor, causavam verdadeiro fascínio entre os leitores. Estavam na moda as narrativas sobre o Novo Mundo que descreviam “a terra do leite e do mel, a fertilidade do solo e a maravilha da natureza” (p. 49). O papel exercido por essas descrições míticas e ligadas ao edênico, levou Flora Süssekind a associá-las à emergência mesma de um narrador na literatura de ficção brasileira nos anos 30 e 40 do século XIX.

Na busca por uma origem que justificasse um novo Brasil nascido da Independência, portanto necessária para a consolidação monárquica localmente, os escritores da época lançavam seus olhares errantes na busca por peculiaridades só nossas para a conformação de um Brasil mítico e originário com características próprias que nos diferenciasses das outras nações do mundo e que representassem uma nacionalidade coesa das elites senhoriais e burocráticas (Süssekind, 1990, p. 123). Ao mesmo tempo,

procuravam uma paisagem originária de Brasil que compusesse um cenário que contrastasse com o cotidiano de seus leitores.

Num primeiro ciclo de ficção “melodramática-folhetinesca” (p. 30), os escritores de ficção brasileiros recorreram aos relatos dos viajantes estrangeiros como base para sua construção nacional que “passa a se oferecer não propriamente como literatura, mas como mapa unificador, tratado descritivo, paisagem útil” (p. 22) que surgiu com a própria narrativa dos primeiros viajantes já em Thevet, Léry e Hans Staden (Belluzo, 1994a, p. 44) no século XVI, mas que se mantém no olhar dos botânicos, naturalistas e cientistas posteriores.

Trata-se de uma natureza atemporalizada, capaz de homogeneizar a grande paisagem natural e as tantas divisões internas do país (Sussekind, 1990, p. 123). A nacionalidade brasileira emergente naquelas primeiras ficções se apresentava com a introdução de descrições de paisagem que, para a trama em si eram completamente dispensáveis, mas cumpriam o papel de indicador de brasilidade e de apontamento “de uma distância acentuada entre um cenário tropical, singular, [...] e uma trama melodramático-folhetinesca típica” (p. 30).

A segunda é em relação às gentes, marcadamente os colonos europeus, representados como “preguiçosos, ignorantes, carolas, ciumentos, desonestos, [...], vaidosos e libidinosos”; o negro, que ganhava adjetivos como “bárbaros”, “desordeiros” ou “sofredores” (França, 2012 p. 280); e o índio cujo retrato mais marcante é o de “canibal” e que, apesar de representado de forma positiva nas obras de Montaigne e Jean de Léry e prometido como herói no romantismo de Rousseau e seu “bom selvagem”, passa a ser retratado em sua natureza selvagem e brutal, “seres perdidos para a civilização e a religião” (p. 255) a partir do século XVII. Vão evanescendo da literatura, considerados personagens de importância insuficiente para ser representado na medida em que rareiam nas cidades e passam a ser alcançados somente por naturalistas motivados especialmente por eles. Um desses casos foi o pintor e acadêmico francês François-Auguste Biard que desembarcou no Brasil em 1858 com o propósito de pintar os índios selvagens da Amazônia.

Apesar de sua obra ter circulado na Europa em período posterior ao proposto neste trabalho, as características com que representa o Brasil e, principalmente, os índios, carregam em si as mesmas influências percebidas nos relatos e representações de

viajantes anteriores a ele. Herdeiro de influências do orientalismo (Said, 1990) e do exotismo corrente na virada dos séculos XVIII e XIX, Biard resolve vir ao Brasil já depois de consolidado como artista em Paris, aos 59 anos. A representação que fez dos índios, porém, vai um pouco além da dicotomia do bom e do mau selvagem, adicionando uma camada de decadência a eles, principalmente relatando o uso abusivo de álcool e a pouca confiança que despertavam de maneira geral (Araujo, 2017).

Importante destacar a transformação pela qual o cenário artístico francês passa entre o final do século XVIII e o início do XIX. Se, antes, o estilo neoclássico voltado para o tradicionalismo, o racionalismo e inspirado no arcadismo era o mais comum nas pinturas e era a formação dos artistas que para o Rio de Janeiro vieram em 1816 como parte da “Missão Francesa”, o início dos anos 1800 marca uma virada na direção do romantismo cujo pendore para o emocional e o uso mais frequente de cores fortes constituíam características marcantes. Ainda assim, por todo esse período o Brasil permanece como uma terra de promessa no imaginário (Oliveira, 2002, p. 25).

A terceira é a descrição das cidades, sempre “mediócras e com pouquíssimos atrativos” (França, 2012 p. 284). Nos interessam aqui particularmente as descrições sobre o Rio de Janeiro, única referência que teriam os suíços em relação ao local onde a colônia de Nova Friburgo seria fundada.

Nos relatos anteriores a meados do século XVII, a descrição da cidade aparece em pontos esparsos das narrativas de viajantes, muitas delas concentradas nas suas configurações náuticas e militares. É a partir do século XVIII que as primeiras descrições mais pormenorizadas da cidade começam a aparecer e descrevem-na ainda como uma pequena vila espremida entre três montanhas e vão acompanhando seu crescimento, como fica claro na descrição do abade La Blanchadière, de 1749, que perfila os principais edifícios da cidade, da Casa da Moeda aos conventos e igrejas, a Baía de Guanabara, o palácio do vice-rei, os casarões de dois ou três andares e suas gelosias, os fortes e fortalezas, chafarizes, aqueduto e o comércio (p. 226).

Essa descrição ganha novos ares no olhar do diplomata inglês Stauton que esteve na cidade em 1793 e deu seu testemunho sobre as melhorias na cidade, especialmente no comércio e na qualidade das construções (p. 228), e o tenente Thomas O’Niel, que se preocupa em detalhar as regiões periféricas da cidade, principalmente os bosques e as chácaras com seus jardins cujo cultivo “é muito apreciado por essas plagas” (p. 229).

Sobre o pintor paisagista Nicolas-Antoine Taunay, que chega ao Brasil em 1816 e, portanto, está imerso no imaginário francês daquele tempo sobre o Brasil, Lilia Schwarcz afirma que sua produção era a decantação daquilo que os franceses imaginavam e chamavam de Brasil: “a natureza exuberante, os homens estranhos (fossem eles indígenas, mestiços ou africanos) e um sol luminoso” (Schwarcz, 2008, p. 276-277).

A autora faz um paralelo interessante sobre o caráter alegórico do papagaio nas pinturas sobre o Brasil. Diz ela que “de tão recorrentes nas descrições dos cronistas, os papagaios acabaram por se transformar em sinônimos do Novo Mundo” (p. 306). Seu colorido forte e farto era a epítome da paisagem dos trópicos e sua capacidade natural de voar era associada à ideia da conexão entre céu e terra, divino e mundano.

As descrições específicas sobre o Rio de Janeiro, no entanto, se inscreviam num imaginário mais amplo construído sobre inúmeras representações acerca do Brasil disponíveis na Europa desde os chamados Descobrimentos. Entre o final do século XVIII e o início do século XIX, ainda sob a influência das narrativas dos viajantes cujas obras circularam anteriormente, o grande interesse pelos índios brasileiros demonstrado pelos viajantes, cientistas e artistas que aqui estiveram indica que a imaginação europeia sobre o Brasil ainda estava ligada a esse terreno natural primordial (Sadler, 2008, p. 132). Mas, de fato, o público europeu estava muito mais interessado nas representações de um Brasil exótico com canibais, criaturas fantásticas e costumes indígenas estranhos e horripilantes (Herkenhoff, 1999, p. 136).

Este seria, portanto, o material corrente no imaginário dos potenciais imigrantes suíços sobre o Brasil e o Rio de Janeiro disponível na produção artística e literária da época. Porém, como tratamos aqui de colonos e gente de poucas posses interessadas no projeto migratório, é justo que ampliemos nossa pesquisa para incluirmos outros suportes cuja circulação de descrições sobre o Brasil tivessem mais penetração.

### 2.3 Descrições do Brasil na imprensa suíça

As iniciativas migratórias internacionais às quais se submetiam os suíços até o início do século XIX foram em grande parte promovidas por empreendedores privados que, estabelecendo eles próprios os elos que conformam a cadeia migratória, se responsabilizavam pela negociação com empregadores no destino e garantias mínimas

com as autoridades cantonais na origem. Apesar da grande procura por oportunidades migratórias pela população, os governos cantonais, *a priori*, não apoiavam a ideia de verem seus melhores braços deixando a terra e, conseqüentemente, enfraquecendo suas defesas e diminuindo sua produção.

A postura das autoridades cantonais, portanto, visava manter seus cidadãos no país e, para isso, fiscalizava ativamente toda propaganda imigrantista, seja ela feita através da atuação direta de agentes recrutadores, seja através da divulgação de notícias favoráveis nos jornais. Faust (1916) descreve as legislações que criminalizavam o recrutamento de imigrantes nos vários cantões, inclusive algumas cujo objetivo era suprimir notícias favoráveis à imigração publicadas nos jornais (p. 41). Mas, sendo o assunto de grande interesse público, os jornais publicavam material editorial ou mesmo epistolar que corroborasse a visão negativa das autoridades em relação à emigração com o claro objetivo de conter o ímpeto dos potenciais emigrantes.

Por outro lado, para a divulgação de iniciativas migratórias que contavam com o apoio dessas autoridades, os jornais tinham toda a liberdade. Como já havia acontecido no início do século XVIII com a iniciativa de fundação da colônia de Nova Berna, nos Estados Unidos, na qual o interesse maior das autoridades cantonais era forçar a migração como meio higienista e de perseguição religiosa, livrando-se de mendigos, anabatistas, menonitas e batistas (p. 22), a migração para o Brasil contou com ampla cobertura dos jornais suíços. Esses periódicos cumpriram a importante função de disseminar as riquezas do Brasil ao publicarem descrições e impressões sobre o local de destino dos emigrantes com suas múltiplas possibilidades, seguindo, portanto, a fórmula dos relatos de viagem escritos e publicados na Europa anteriormente (Sanglard, 2003).

Mesmo antes da iniciativa migratória para o Brasil sequer estar nos planos, a imprensa suíça já costumava tratar o país de uma forma parecida com aquela com que os viajantes o descreviam. Como se vê em matéria publicada em 1º de outubro de 1816 na *Gazette de Lausanne* sobre a indecisão de se manter a Corte portuguesa em Portugal ou no Brasil, o jornal escreve:

Portugal está prestes a ver a Rainha e o Príncipe Real novamente. O próprio rei parece indeciso quanto a quais de seus bens ele levará para sua residência, e o embaraço desse monarca pode ser facilmente explicado. Sua antiga pátria é o país mais bonito da Europa; sua nova residência fica na mais bela região do Novo Mundo. As produções são abundantes e variadas em uma e outra parte de seus estados. A temperatura não é muito diferente por lá, embora o Rio-Janeiro esteja

nos trópicos. O Tejo é um excelente porto de Lisboa; a natureza dotou o Rio de Janeiro um dos mais belos portos do universo. [tradução livre do autor]. (“Nouvelles diverses”, 1816)

Noticiando a volta do Duque de Luxemburgo a Paris em 10 de dezembro de 1816, depois de uma passagem pelo Brasil, a mesma *Gazette de Lausanne* aproveita para fazer uma pequena descrição do país a partir da apresentação feita pelo Duque ao Rei.

A população real do reino se afastou muito pouco do oceano, e as ricas minas de diamantes não se encontram a mais cem léguas da costa. É na própria praia que se erguem as mais belas cidades e que se concentra a riqueza. Poucos países no mundo oferecem locais tão pitorescos e aspecto tão aprazível; o ar é geralmente mais limpo lá do que em outras partes da América; a temperatura também é mais amena, embora varie necessariamente ao longo de um espaço de oitocentas léguas. [...] se observa que a população inclui quase o dobro de índios ou negros para um europeu. [tradução livre do autor]. (“Angleterre”, 1816)

Mesmo quando a notícia trata de tema tão cosmopolita e eminentemente urbano como Revolução Pernambucana, cujo pendore era republicano e constitucionalista (Tavares, 1917, p. xi), a *Gazette de Lausanne* de 20 de junho de 1817 acha uma forma de articular a visão de país “só-natureza” ao qual estão todos os brasileiros submetidos e escreve, ao fim de uma matéria: “Neste último país [Pernambuco], tudo continua a oferecer o contraste de um céu encantador e um país devastado, e a oposição que está entre as paixões dos homens e os benefícios da natureza” (“Amerique”, 1817).

No ano seguinte, ao informar sobre o relato de uma testemunha que acompanhava a princesa Leopoldina ao Rio de Janeiro para seu casamento com o príncipe João I, a mesma *Gazette de Lausanne* chama a atenção para a “opulência” do país que ainda se encontrava na “infância da civilização”, segundo a testemunha, àquela ocasião.

O cavaleiro Gameiro, que acompanhou a princesa do Brasil em sua viagem ao Rio-Janeiro, e que partiu para a Europa depois de ter ficado oito dias nesta última cidade, acaba de chegar a Viena. [...] Este país opulento, dizem eles, ainda está na infância da civilização. Quase todos os confortos da vida são ignorados no Rio-Janeiro, e você não deve procurar aqueles círculos e encontros que encantam a vida e que os europeus tanto gostam. A própria Corte é estreita em suas relações e um pequeno palácio mal chega a acomodar a família real. [Tradução livre do autor] (“Nouvelles diverses”, 1818).

No mês seguinte, outro jornal, desta vez o *Der Erzähler*, escrito em alemão mas com circulação na Suíça, noticia o início do trabalho de Gachet no Brasil, já dando as pistas de como os futuros colonos interessados na emigração podem ser bem sucedidos. Diferentemente do publicado pelo jornal, Gachet ainda não havia emigrado, mas estava em visita diplomática ao Brasil exatamente para o início das tratativas às quais foi incumbido pelo cantão de Friburgo.

O senhor Gatschet de Grueryes, que emigrou para o Brasil, deu a notícia. O comércio está nas mãos da Inglaterra, mas ele acredita que os colonos agrícolas podem encontrar o caminho (“Schweizerische Eidgenossenschaft”, 1818).

Após quase um ano de negociações, finalmente Gachet faz circular através dos órgãos administrativos dos cantões a sua descrição do local de destino da colônia. O jornal *Gazette de Lausanne* publica partes desse relato em novembro de 1818 escolhendo os pontos em que a natureza abundante da terra é protagonista, assim como o potencial de qualidade dos produtos uma vez submetidos ao engenho europeu dos colonos.

O agente do cantão de Friburgo no Brasil, Sr. Gachet, ao publicar as condições oferecidas a uma colônia suíça (ver nosso último nº.) junta a ela um aviso sobre o distrito de Canta-Gallo que lhe é especialmente atribuído.

Este distrito fica a 25 léguas do Rio-Janeiro, sendo 20 léguas por água e 5 léguas por terra, sendo que o território cedido aos suíços é a cabeceira deste distrito. Sua extensão é de cerca de 8 léguas de comprimento por 1 de largura. Este país, quase totalmente montanhoso, está coberto de *florestas virgens*.

Os rios não são navegáveis; eles estão cheios de peixes apenas nas planícies e suas águas são potáveis e saudáveis.

A temperatura é perfeita para os europeus. A terra é surpreendentemente fértil. Todas as mudas germinam; *os galhos de árvores, cortados e plantados brotam espontaneamente. Você pode semear na horta quase todos os meses e ter duas safras de batata. O milho rende de 2 a 300 medidas por uma.*

*Todos os animais de curral se multiplicam em proporção à fertilidade da terra e da doçura do clima.* Ovelhas raramente são ordenhadas, mas sua lã seria suscetível a melhorar se fosse mais bem cuidada. As vacas trazem menos do que as da Suíça pela má forma de governá-las. Os cavalos não podem entrar em conflito com os da Suíça, mas as mulas prestam um grande serviço.

Existem nesta terra pecegueiros que dão frutos ruins, porque nunca são podados, mas pode-se concluir que as árvores

frutíferas, em condições adequadas, teriam sucesso como na Europa.

O solo da colônia é muito alto e, portanto, muito frio para o cultivo de açúcar, café, algodão e outras coisas coloniais podem ter maior sucesso, mas os colonos que gostariam de lidar exclusivamente com ele receberão concessões em áreas adequadas para essas produções.

Há muitas coisas negligenciadas e por fazer no Brasil. Apesar disso, acrescenta M. Gachet, posso certificar que não há proprietário que visitado que não seja rico ou muito confortável, e que, quando começaram, há 30, 20 e até 15 anos atrás, a maior parte deles não tinha mais meios pecuniários do que muitos suíços que irão ao Brasil, para se beneficiar da gentileza do mais generoso dos soberanos. [Tradução e grifos meus] (“Suisse”, 1818).

Já em meio ao processo de recrutamento, novas notícias chegam do Brasil – “as melhores” – dadas pelo departamento de polícia de Fribourg, instituição responsável pelo processo. Aos interessados ainda duvidosos das condições no destino, a notícia abaixo deve ter dado o bálsamo necessário para a decisão final pela emigração.

A polícia de Freyburg às vezes dá relatórios de colonos do Brasil, os melhores. Os territórios ainda não estão divididos, mas o rei mantém sua palavra em tudo. Neu Freyburg fica a 50 horas do Rio de Janeiro, do outro lado de uma montanha, cercada por uma aparentemente fértil "planície de altíssimas montanhas". 100 casas limpas, divididas em 4 quartos e revestidas com azulejos, agora formam a cidade. Então também haverá uma casa própria para o rei e outra para o grão-chanceler (“Schweizerische Eidgenossenschaft”, 1820).

Vimos acima alguns exemplos do noticiário suíço acerca do Brasil, do Rio de Janeiro e de Nova Friburgo. Em todas o tema principal gira em torno da natureza fértil, encantadora e intocada, pronta para receber com doçura o braço capaz do colono europeu para crescer e amadurecer como nação. A impressão é de que os preparativos correm céleres para a chegada dos imigrantes.

A seguir, mostro o que os suíços encontraram ao desembarcarem e até que ponto esta impressão se sustentou ao se depararem com as reais condições do destino.

#### 2.4 A real Nova Friburgo aos olhos dos colonos

Os mesmos jornais que se engajaram na empresa migratória da *Nouvelle Fribourg*, divulgando notícias, informações, dicas etc., preocupavam-se em saber como estavam se



saindo aqueles que tinham resolvido buscar riquezas no Brasil. São publicados, na maior parte das vezes, fragmentos de cartas enviadas de Nova Friburgo para a Suíça, transmitindo-se a ideia de que a certeza do sucesso era companheira de quase todos, fossem quais fossem as ressalvas e as dificuldades. (Sanglard, 2003).

Uma realidade muito diferente surpreendeu os primeiros suíços ao chegarem no Brasil. Na bem trabalhada historiografia da iniciativa migratória da gênese de Nova Friburgo encontramos fontes epistolares e relatos testemunhais que dão conta das primeiras impressões do Rio de Janeiro, suas gentes e do lugar onde havia sido erigida a nova colônia.

À primeira vista, ainda ao longe, a cidade do Rio de Janeiro parecia confirmar o imaginário europeu de exotismo natural. Em suas anotações sobre a viagem dos imigrantes, no dia 30 de novembro de 1819, o padre cristão Jacob Joye escolhido pela diocese de Fribourg para o apoio espiritual do grupo, diz “A entrada na baía é soberba. É impossível gozar-se de mais bela vista” (Joye, 2005 p. 26). No mesmo dia, o pároco se juntou aos oficiais para o desembarque, oportunidade que aproveitaria para se apresentar ao responsável pelos assuntos da colônia, Monsenhor Pedro de Miranda Malheiro. Como este estava já a caminho de Nova Friburgo, àquela altura em Tamby (atual Itambi) tomando providências para a passagem dos colonos, Joye acompanhou a missa e, depois de audiência no Palácio Real, onde fora apresentado a João VI, voltou a embarcar. Em seu diário, suas impressões sobre a cidade já não eram tão boas. “Voltei logo a bordo do navio pois senti renascer em mim a melancolia ao percorrer a cidade do Rio de Janeiro, com as suas ruas mal calçadas, de uma sujeira repugnante” (p. 26).

Poucos são os relatos que tratam do Rio de Janeiro entre os escritos dos colonos suíços quando de sua chegada à cidade. No entanto, em 1819 vivia nos arredores do Rio de Janeiro um outro suíço de nome Pierre Gendre que, tendo vindo por conta própria anteriormente, resolve se aproximar dos conterrâneos recém chegados. Gendre, em carta a seus filhos remanescentes na Suíça publicada pelo *Journal du Jura* na Suíça em 19 de agosto de 1820, apresenta sua visão ambígua sobre a cidade quando diz “Aqui eu ainda não vi uma horta que mereça este nome; tudo, como no interior, prova a preguiça e a negligência” (Sanglard, 2000, p. 53).

Das gentes do Rio de Janeiro, os negros impressionam o Pe. Joye.

[...] o espetáculo que oferecem os negros e os escravos, a maneira como são vestidos e tratados, verdadeiramente entristecedora para os estrangeiros. [...] Durante o dia não vimos senão negros, eles fazem todo o trabalho. A maneira como são tratados me causou uma impressão extremamente sensível (p. 26-27).

A descrição de Joye, apesar de confirmar a condição lastimável às quais os escravos eram submetidos, está longe de confirmar o enquadramento feito pelos relatos dos viajantes que, de forma geral, atribuíam ao negro adjetivos como “bárbaros” e “desordeiros”. Por seu lado, eram todos mais “sofredores” do que outra coisa.

Pierre Gendre, por sua vez, na mesma carta publicada no *Journal du Jura* citada acima, dedica algumas linhas à descrição das condições do negro no Rio de Janeiro de então.

Em relação ao comércio de escravos ou de negros, eu vos direi que os encontramos em lojas em número de 50 ou mais. Chegando da África, eles estão todos nus, a exceção de uma pequena toalha ao redor dos rins, que lembra um cinto; eles não conhecem outra língua que seus dialetos. Seus compradores os examinam, como cavalos que queremos comprar. Estes infelizes são obrigados a correr, a saltar, a dançar e a peça desta mercadoria humana custa de 600 a 1200 francos franceses!!!!!! (p. 51)

Não é possível dizer com certeza quanto tempo Gendre estivera no Brasil antes de pôr pena ao papel e escrever essas linhas. No entanto, vê-se que sua abordagem na descrição detalhada da venda de escravos está longe de exalar o desgosto causado em Joye. Talvez por já ter se aclimatado à essa cruel cultura escravista, apenas discorre sobre os benefícios de se ter um escravo e parece estimular os novos chegantes a também adotarem tal cultura.

Apesar deste preço, os negros são mais baratos que os outros empregados; eles aprendem tudo que queremos, se nos damos ao trabalho de os instruir, pois eles são inteligentes, dóceis, obedientes, polidos, fortes e robustos, comem somente legumes, mandioca, carne seca e peixes. Eles não estragam roupas, dormem no chão ou sobre esteiras de junco e como eles são propriedade de seus senhores, eles não vão correr de um a outro para os traír. Os senhores Mandrot de Morges, Graffenried, Schmid, Morell etc. de Berne se encontram aqui, e se propõe adotar a cultura; eles compraram para este efeito negros, que os custou mais ou menos 1200 fr. a peça.

A seis de junho de 1820, o *Gazette de Lausanne* (“Suisse”, 1820a) publica um extrato da carta enviada por Louis de Pourcelet em 26 de novembro do ano anterior, dando conta de sua experiência no caminho entre o Rio de Janeiro e o local onde se encontra Nova Friburgo. Já no início do texto há uma menção breve, mas muito esclarecedora, sobre o papel do negro nesse percurso. Ao desembarcarem das chalupas<sup>17</sup> sobre as quais cruzaram a Baía da Guanabara até a pequena vila de Itambi, localizada aproximadamente a 27 kms de Niterói, os colonos percorreram ainda mais cerca de 57 quilômetros até Cachoeiras de Macacu a pé, a cavalo ou em carroças. Nesse trecho, Pourcelet especifica: “próximo às cataratas de Macacu, encontramos negros e mulas para transportar através das montanhas as mulheres, as crianças, os homens fatigados e também as bagagens”. Mesmo com pouco tempo em terras brasileiras, Pourcelet trata o negro conforme a cultura local.

Uma vez chegado à vila, Pourcelet descreve o entorno com suas “montanhas escarpadas demais”, suas jovens florestas de árvores “nem bonitas nem fortes como nos haviam dito” e o pequeno rio Bengala que, “apesar de ter pouco peixe, rola com algum brilho dourado”. Para ele, o clima “mais frio do que quente” não oferecia uma aparência agradável e parecia “não ser apropriado ao cultivo de videiras”, o que o leva a se perguntar “por quê M. Gachet, que tinha escolha, resolveu fundar a colônia naquele local, enquanto quase todos os outros lugares do país oferecem uma profusão de paragens deliciosas”.

Neste mesmo relato publicado na *Gazette de Lausanne*, Pourcelet descreve seu contato com os índios e animais selvagens da região. Sobre os primeiros, mesmo tendo sido informado que estariam muito longe dos índios, tiveram seu primeiro encontro cerca de um mês antes (outubro de 1819) que se resumiu a uma troca de facões, machados, espelhos e cachaça por macacos, papagaios e peles, mas que, ainda assim, fez o desconfiado suíço se questionar “serão eles sempre tão pacíficos conosco?”.

Gisele Sanglard apresenta um outro relato do mesmo autor, dessa vez publicado no *Journal du Jura* em 03 de junho de 1820 no qual, apesar de muito semelhante ao publicado três dias depois pelo jornal de Lausanne, a descrição feita pelo suíço é mais detalhada:

Estes indivíduos, inteiramente nus, se jogam como furiosos sobre a carne crua para devorá-la, se deixam levar pela paixão, sem diferença

---

<sup>17</sup> Pequena embarcação a remo ou a vela capaz de transportar aproximadamente vinte passageiros (Frauches, 2016, p. 77).

da besta bruta, o que oferece os maiores inconvenientes para o exemplo dos jovens, se suas visitas se forem constantes. (2000, p. 40)

Diante do reportado pelos jornais no período próximo ao recrutamento, é possível dizer que a forma como se referem ao Brasil em suas matérias anteriores à migração é diversa da forma como as cartas dos colonos descrevem o Rio de Janeiro e Nova Friburgo. Com isso, fica o questionamento sobre a intencionalidade por trás das descrições do destino feitas por Gachet e, portanto, torna-se imprescindível entender a trajetória dessa personagem até seu envolvimento com a iniciativa migratória para entendermos, a partir daí, suas motivações.

### 3 Gachet e o projeto colonial de Nova Friburgo

Este capítulo visa apresentar o que levou a Confederação Suíça e o Império de Brasil, Portugal e Algarves ao estabelecimento da colônia de Nova Friburgo. Entre os dois a análise do papel de mediador de Sebastien-Nicolas Gachet no processo é inescapável.

Por ser um dos principais interessados e organizadores de toda a iniciativa migratória, exploraremos a trajetória de Gachet como estratégia para o entendimento de sua intencionalidade um tanto ambígua durante as negociações com a Coroa portuguesa e, particularmente, do documento que traz a descrição do local onde seria fundada a colônia de Nova Friburgo. A própria passagem de Gachet no Brasil se confunde com a história dos primeiros anos da colônia.

#### 3.1 Emigração e imigração – as vocações complementares de Suíça e Brasil

A história da Suíça é perpassada por movimentos emigratórios desde a Idade Média até o século XIX. De fato, desde o século XV os suíços já deixavam suas cidades para exercerem Europa afora os ofícios nos quais se diferenciavam. Esta forma de migração era de caráter temporário, o que permitia renda e sobrevivência em tempos de escassez e se inscrevem numa tradução plurissecular. Conquanto o período anterior ao século XVI seja ainda pouco explorado, a comunidade científica suíça reconhece a plausibilidade da hipótese de que entre os séculos XVI e XIX os movimentos de saída tenham sido maiores do que os movimentos de chegada de migrantes (Head-König, 2007).

#### *O passado migratório e o contexto suíço anterior à iniciativa de Nova Friburgo*

A produção científica relacionada à emigração Suíça na Idade Média caracteriza-se pela predominância de documentação qualitativa, permitindo observar que o período se caracteriza por uma emigração maior das elites em comparação às camadas inferiores da população. Quanto aos estudos, enfatizam os movimentos de peregrinação – para locais sagrados e universidades – e as Cruzadas. Por outro lado, conhece-se melhor as

emigrações ocorridas a partir do século XVI, cujos fluxos e causas permaneceram em boa parte disponíveis nos arquivos até os dias de hoje.

A historiografia suíça privilegia em grande medida os tipos de emigração ligados aos interesses das classes dirigentes e às preocupações nacionais e regionais. O reflexo disso é a ênfase nas emigrações ligadas ao serviço militar no estrangeiro e nas iniciativas migratórias intercontinentais, cuja consecução só seria possível pela intervenção de autoridades políticas, em detrimento de outras formas de emigração menos numerosas, geralmente individuais, mas que tiveram papel importante no desenvolvimento econômico e cultural suíço: as migrações de mercadores, dos talentos (como os arquitetos do cantão de Ticino), a migração de homens e – em menor quantidade – de mulheres para a aquisição de competências cuja formação não estavam disponíveis na Suíça.

Entre os motivos de expulsão, desconsiderando os movimentos migratórios de formação profissional e comercial – muito mais dependentes de decisões familiares ou pessoais – podemos considerar que resultam de uma pressão tripla: a demográfica, a pobreza e o subemprego. Dessas pressões derivam os movimentos de migração militar e de povoamento que empurraram, majoritariamente, os rapazes para fora da Suíça (Head-König, 2011).

Numa breve análise cronológica das conjunturas política, micro e macroeconômicas suíças, é possível posicionar os movimentos migratórios da modernidade da seguinte forma. Inicia-se com a baixa dos preços dos gêneros agrícolas durante a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) e a consequente falência e endividamento da população nos anos 1690; o movimento contínuo em direção à Prússia Oriental nos anos 1709-1711; as dificuldades dos setores têxtil e relojoeiro durante os anos 1770; o empobrecimento da população por conta das Guerras Napoleônicas no início dos anos 1800; as primeiras migrações em massa para as Américas derivadas das crises agrícolas de 1840 e 1880 – com o agravante de uma outra crise causada pela reestruturação no primeiro período –; e a emigração para a América Latina durante a década de 1930.

O caráter temporário da migração militar duraria até meados do século XVII, quando se atenuaria a partir da constituição dos exércitos profissionais permanentes compostos pelos próprios cidadãos de cada império, país ou cidade-estado. Durante o século XVI, cerca de um terço de uma geração de homens casados ou solteiros, maiores de 16 anos e menores de 40 anos se alistaram. Este número cai para entre 20% e 25% no

século XVII (entre 180 mil e 225 mil homens) e se mantém entre 10% a 15% durante o século XVIII (entre 135 mil e 205 mil homens) até o primeiro terço do século XIX. O perfil dos soldados muda a partir do século XVIII e são agora soldados muito jovens, entre 16 e 19 anos, os que se alistam. A mudança acontece pela simples diminuição do recrutamento estrangeiro, pela respectiva diminuição dos valores de soldo e por certa mancha na reputação dos soldados suíços pelo fato de que alguns cantões, no intuito de se livrarem de seus criminosos condenados, os venderem como soldados (Head-König, 2007, p 4).

Contudo, a bravura dos guerreiros suíços se tornou proverbial Europa afora. O rei francês Luís XI criou o primeiro grupo de elite na infantaria de seu exército composto apenas por suíços: eram cem soldados armados com alabardas<sup>18</sup>, os *Cent-Suisses*. Este modelo foi replicado com sucesso pelo Papa Júlio III, que instituiu a Guarda Suíça em 1506, composta não por 100, mas por 150 soldados que ainda hoje fazem a segurança do pontífice.

Em 1516, um ano após a derrota para a força conjugada de franceses e venezianos na Batalha de Melegnano, na Itália, onde defendiam Carlos VIII e seu ducado de Milão, firmaram um acordo de paz perpétua com a França que duraria até o fim da monarquia francesa em 1792. Os suíços, a partir de então, deixariam de matarem-se a si próprios a pedido de seus diferentes senhores e passariam a matar exclusivamente aqueles a quem os reis franceses lhes ordenassem (Dorthe *et al.*, 2016). A lealdade dos soldados suíços era celebrada. No entanto, havia aqueles que, tocados pela saudade da doce melodia do *ranz de vaches*<sup>19</sup> alpino e a ausência das montanhas natais, desertavam. Mas esses eram exceções (Reichlen, 1897).

Pode-se dizer que, no século XVIII, a Suíça observou três ondas emigratórias importantes. A primeira aconteceu no início da segunda década do 1700 com famílias 900 se deslocando para a Prússia Oriental e outro contingente atravessando o Atlântico para os Estados Unidos. A segunda, uma importante iniciativa estimulada pelo governo suíço, a fundação da colônia de Nova Berna em 1710, nos Estados Unidos.

---

<sup>18</sup> Arma típica dos exércitos suíços que consiste em uma lança encabeçada por uma afiada ponta de metal e, abaixo, uma lâmina de machado oposta a outra lâmina como a de uma adaga (Enciclopédia Britânica).

<sup>19</sup> Canção tradicional dos pastores alpinos de Gruyères executado com flauta. Rousseau, no seu *Dictionnaire de Musique* (1768, p. 317), chegou a dizer que era proibido tocar esse tipo de música perto de soldados suíços fora de seu país pelo risco de desertarem ou morrerem de saudades da terra natal.

Na tentativa de se livrar de dois tipos específicos de pessoas indesejadas, os sem-terra, posseiros pobres chamados *Landsassen*, e aqueles que seguiam outras religiões diferentes da luterana e da católica como os anabatistas (*Wiedertäufer*), batistas (*Täufer*) ou menonitas<sup>20</sup>. Estes hereges eram considerados especialmente perigosos pois

sua recusa em portar armas ou exercer cargos burocráticos, sua simplicidade de culto e tendências comunistas<sup>21</sup> pareciam minar os fundamentos dos governos civis, das igrejas protestante e católica ao mesmo tempo” (Faust, 1916, p. 22).

Mesmo sofrendo perseguições e vigilância beirando a espionagem (pelos *Täufer-Jäger* ou Caçadores de Batistas) ou sendo julgados por tribunais especiais (*Täufer-Kammer* ou Câmaras Batistas), cujas bárbaras sentenças incluíam execuções na fogueira e por afogamento ou trabalhos forçados nas galeras do Mediterrâneo, ainda assim nada disso conseguia frear o crescimento dessas doutrinas sectárias o que fez com que opção de deportação para colônias na América parecesse uma boa solução.

O projeto se iniciou em 1705 com a influência de George Ritter (1667-1723) e Rudolph Ochs<sup>22</sup> (1673-1749) sobre o Conselho de Berna nesse sentido baseados nos relatos de viagem de Francis Louis Michel a colônias na Pennsylvania e na Virginia entre os anos de 1701 e 1704. Michel, membro de uma influente família em Berna<sup>23</sup>, fez duas viagens aos Estados Unidos com a intenção de buscar um local para o estabelecimento de uma colônia suíça e seus escritos se concluem com uma petição à Rainha Ane da Grã-Bretanha (1702-1708) para o estabelecimento de 500 suíços em uma das duas localidades sob certas condições (Hinke, 1916). Com o aval do Conselho de Berna, que se comprometera a pagar quarenta e cinco *thalers*<sup>24</sup> por cada batista e outros quinhentos por

---

<sup>20</sup> Batistas, anabatistas e menonitas são confissões religiosas que surgiram na Europa a partir da Reforma Protestante. Para mais informações ver o Cap. 1 de *Bíblia e Arado* (Maske, 1999).

<sup>21</sup> Vale aqui a ressalva de que, no início do século XVIII ainda não existia a ideia de Comunismo. A referência se deve ao fato de o texto citado ser de 1916, quando as teorias marxistas já haviam sido disseminadas e talvez seja mais reveladora sobre as preferências políticas de Faust do que dos menonitas os quais ele se refere.

<sup>22</sup> Sobre Ochs, ver *Towards a Swiss American Colony* (2012).

<sup>23</sup> Seu pai, David Michel, nascido em 1634, foi Lorde de Ralligen, se tornou membro do Grande Conselho de Berna em 1673 e prefeito de Gottstatt em 1684, vindo a falecer em 7 de fevereiro de 1684.

<sup>24</sup> Moedas de prata cunhadas na Boêmia pelos Condes de Schlick desde 1518 que ganharam reputação por sua pureza e uniformidade. Pelo fato de a prata usada na moeda vir da região de Joachimstahl (Vale de Joachim), a moeda logo foi batizada por *joachimsthaler* e posteriormente reduzida a apenas *thaler*. Com a internacionalização da moeda devido à sua popularização, na Holanda o *thaler* foi transliterada para *daaler* e na Escandinávia para *daler* e para o Inglês, *dollar* (Shaw, 1958).



grupo de aproximadamente cem emigrantes de classes inferiores enviados com sucesso para os Estados Unidos, Ritter e Ochs fundam, em 1708, a George Ritter Co.. A companhia que seria responsável pela emigração só se tornaria efetiva em 1710 com o início de um recrutamento que recomendava aos menonitas as graças maravilhosas da América, onde poderiam usufruir da abundância de alimentos, ao mesmo tempo em que alertava a outros o fato de a Pennsylvania estar localizada em um deserto de todo desprovido de gêneros alimentícios.

O projeto de Ritter recebeu da forte oposição dos menonitas, que se recusaram a permitir que seus irmãos de fé fossem deportados sem que estes se manifestassem expressamente a favor. Os grupos deportados sofreram de abusos incomensuráveis. Como foi o caso de um grupo de quarenta e três homens e onze mulheres batistas deportados dos quais trinta e dois foram liberados em Mannheim por problemas de saúde ou idade avançada, enquanto os vinte e dois restantes ganharam a liberdade em Nimwegen.

Diante dessas dificuldades, o próprio Francis Louis Michel se junta a Ritter Co. em 1710 trazendo consigo um novo sócio, o Barão de Graffenried<sup>25</sup> (1661-1743) com quem já vinha mantendo conversas sobre a possibilidade de estabelecimento de uma mina de prata na mesma região de Berna desde 1708 quando retorna à Suíça. Graffenried, utilizando-se das suas boas relações em Londres e sabendo da necessidade de recolocação de parte dos mais de dez mil alemães que para lá migraram em 1709, maneja a recolocação de 650 alemães localizados naquela cidade para a uma colônia na Carolina do Norte aos quais se juntaram, posteriormente, mais 120 suíços que atravessaram o Atlântico para fundar a colônia de Nova Berna, numa área de 17.500 acres na confluência entre os rios Trent e Neuse.

Diante do fracasso da Ritter Co., uma nova iniciativa migratória coletiva na Suíça só viria a acontecer uma década depois quando, em 1720, um certo capitão Merveilleux (Faust, 1920, p. 5) teve sucesso em recrutar “muitas famílias inteiras de pobres” para trabalharem em sua colônia “na ilha” do Mississippi. Ainda outro período de “febre migratória” se deu entre 1730 e 1750 no qual Faust estima a saída de cerca de 2500 suíços, metade entre 1734 e 1744, para os Estados Unidos, número bem inferior ao volume de 250.000 registrado no século seguinte (1820-1910).

---

<sup>25</sup> Para mais informações sobre esta personagem ver DeGraffenried (1925, p. 58-147).

Desse período, uma iniciativa importante foi a que levou à fundação da cidade de Purrysburg, na Carolina do Sul, em 1731. Batizada em homenagem ao seu mentor, o suíço Jean Pierre Purry, a iniciativa teve duas fases (Smith, 1909). Na primeira, em 1724, Purry aborda diretamente a Coroa britânica com a proposta de levar colonos suíços protestantes para a região recém saída de um levante que se estendeu entre 1719-1720. A Coroa, no entanto, não pode intervir, pois o controle das terras ainda estava sob jurisdição dos Lordes Proprietários, representantes portadores de patentes da própria Coroa que lhes garantia poderes sobre a terra, as leis, as cortes de justiça etc.

Purry, então, parte para Estados Unidos e volta com a promessa de levar 600 suíços a custos de viagem entre a Inglaterra e a América pagos pelos Lordes, em troca de 24 mil acres de terra e liberdade de culto para os colonos. A proposta também envolvia a formação de um pelotão formado por suíços dos quais Purry seria nomeado Coronel, além do título de juiz e a liberdade de nomear seu próprio gabinete. O acordo foi alcançado e a importância relativa às terras foi, então, confiada em 1725 em nome de Monsenhor Vatt de Watt, na Suíça, que o deveria transferir para Purry uma vez cumprida sua parte no acordo. Em 1726, os muitos interessados na iniciativa se encaminharam para a cidade suíça de Neuchâtel, de onde partiriam para a Inglaterra. Porém, como se os Lordes não tivessem cumprido sua parte na negociação, Purry encontrou-se sem os fundos necessários para o transporte, “sequer £100 esterlinas que pudessem amenizar o sofrimento dos desafortunados” colonos que lá foram abandonados à própria sorte, “vagando dia e noite sem saber onde conseguir cama ou comida” (Smith, 1909, p. 188).

A segunda tentativa de Purry se deu apenas em julho de 1730, quando Lordes e Coroa britânica chegaram a um acordo quanto ao controle das terras. A proposta foi então reapresentada à Coroa e concedida em julho pelo governador por ela apontado, com algumas alterações em relação à original. Mantinham-se a quantidade de 600 suíços, mas agora a serem transportados num período de seis anos; o volume de terras foi diminuído para 20 acres, porém com um adicional de 12 acres a serem concedidos exclusivamente à Purry livres de impostos, além da definição de um raio de seis milhas no entorno para a futura expansão da colônia. Os custos de viagem continuavam sendo responsabilidade da Coroa britânica. Não se tem certeza se as condições de formação de um pelotão de suíços na nova negociação, mas documentos administrativos locais passar a se referir a Purry adicionado da patente de coronel a partir dali.

Os primeiros colonos chegariam à Purrysburg em 1732 motivados pelo texto de autoria do próprio Purry repletos de sua “retórica e descrição imaginativa” (Smith, 1909, p. 191). A colônia não chegou a crescer uma vez que a localidade não favorecia a navegação e sofria com surtos constantes de malária. Além disso, a proximidade com a cidade de Savannah, mais desenvolvida, atraía com novas promessas aqueles colonos menos afortunados.

O crescimento populacional experimentado pela Suíça a partir de meados do século XVI e o temor de uma superpopulação justificaram o movimento das elites do país na direção de implementar legislações que impedissem a imigração, políticas que estariam válidas até a criação do Estado Federal em 1848. Este movimento tinha por objetivo a manutenção no país de mão-de-obra suficiente que pudesse ser posto a serviço da protoindustrialização em curso e garantir as ambições militares da elite dirigente que se beneficiava com a oferta de tropas para aliados estrangeiros. A tendência começa a se reverter somente entre os anos de 1888 e 1900, quando a imigração suplanta a emigração por conta da necessidade de mão-de-obra numa nova Suíça em plena expansão.

Curiosamente, é possível que o processo migratório dos suíços para o Brasil ou pelo menos as condições que resultariam na conjuntura que os fizera optar pela emigração, tenha se dado após a erupção de um vulcão localizado a mais de onze mil quilômetros dali.

Entre 5 e 15 de abril do ano 1815, o Monte Tambora, na Indonésia, entrou em erupção emitindo uma quantidade de dióxido de enxofre que, convertida em aerossóis de sulfato na estratosfera acima dos 15 quilômetros de altitude, promoveu queda de 2 a 4 °C no Mediterrâneo, oeste e centro da Europa, nos meses de junho, julho e agosto do ano seguinte (Luterbacher e Pfister, 2015). As consequências foram catastróficas a ponto de o ano de 1816 ser conhecido como o “ano sem verão” na Europa (Brönnimann e Krämer, 2016) devido à precipitação anômala naquele período (Trigo *et al.*, 2008). Ainda em 1817, a circulação atmosférica permaneceu desregulada.

Mais zonas de baixa pressão foram registradas, levando chuvas incessantes e frentes frias ao oeste e centro da Europa, com perdas na agricultura e fome na Europa Ocidental. Subsistem hipóteses que consideram as zonas de ciclone como decorrência das monções de verão asiáticas, que decresceram de intensidade na década (Wegmann *et al.*, 2014). Uma onda migratória, associada à miséria na Europa, levou importante contingente

populacional a cruzar o Atlântico, superlotando, durante alguns anos, a costa norte-americana. (Carneiro *et al.*, 2019; Wood, 2014, p. 64; Stommel e Stommel, 1983).

Os anos de 1816 e 1817 foram especialmente difíceis para a Suíça. Recém findas as Guerras Napoleônicas, o Tratado de Viena reconheceu a união dos vários cantões que compunham o que viria a se transformar gradualmente em República. Grandes chuvas inundaram as colheitas em 1816, o que levou os suíços a batizarem-no de Ano da Fome (*Das Hungerjahr*) ou Ano da Miséria. A conseqüente falta de víveres no ano seguinte levou novamente os suíços a batizarem outro ano, dessa vez o de 1817 como o Ano da Carestia (Conus, 1936).

As conseqüências eram vistas nas ruas. Nas palavras de Conus, enxames de mendigos em Vaudens e Riaz, homens esqueléticos de olhares ávidos a devorarem as coisas mais asquerosas, disputando urtigas e cadáveres com animais. Mulheres e crianças que deixavam suas casas de pedra bem construídas e suplicavam pelas estradas, desenterrando cavalos mortos. Mesmo nos cantões industrializados como St. Gallen, onde um tecelão não ganhava em uma semana o suficiente para comprar meio quilo de pão, foram registrados em 1817 cinco mil mortes a mais do que em tempos normais. Eram comuns as vilas desertas, abandonadas por famílias cujo pai provedor havia se alistado no exército ou simplesmente fugido e cujos parentes se afogavam no rio ou se jogavam do alto dos penhascos. Mais de dez mil suíços deixaram sua terra entre 1816 e 1817 com destino a outros países europeus e aos Estados Unidos (Nicoulin, 1973).

Dada a situação extrema em que se encontrava a Suíça e sua vocação histórica para o fornecimento de mão de obra para países estrangeiros, fazia sentido uma nova iniciativa migratória naquele momento. Tratava-se, agora, de se encontrar um país de destino que se incumbisse das despesas associadas e o Brasil parecia ser uma boa alternativa.

#### *A imigração como possibilidade de povoamento no Brasil*

Ao longo dos primeiros anos do 1800, mais precisamente após o estabelecimento da Família Real portuguesa no Brasil durante o contexto das Guerras Napoleônicas, a Coroa experimentou modelos de povoamento de grandes extensões de terras estratégicas

distantes das principais cidades, mas ainda debilmente ocupadas para a manutenção da soberania da terra que se tornou a capital do Império.

A preocupação com a ocupação territorial brasileira já era pauta da Coroa portuguesa desde os idos do século XVII quando, por ordens da Coroa, iniciou-se a transferência de portugueses açorianos para várias regiões do Brasil. O objetivo era povoar os centros litorâneos que cresciam e necessitavam de população permanente (Mariano, 2016, p. 75). O trânsito de súditos entre colônias do Império pouco se assemelha com a definição de imigração, uma vez que não seriam estrangeiros a se transferirem, mas portugueses. Poder-se-ia defender este movimento como uma migração interna estimulada pelo governo central, mas não se trata de uma imigração propriamente dita. No entanto, há estudiosos que afirmam ser a colônia açoriana estabelecida no Sertão de Santo Agostinho, atualmente Viana, no Espírito Santo, a primeira de perfil agrário conduzida por imigrantes no Brasil (Cunha, 1988).

Em 1818, outras duas iniciativas de colonização agrária, dessa vez capitaneadas não por incentivo público, mas por atores privados, se formam: a primeira, a colônia do Rio Salsa na Bahia, de propriedade “particular (...) empreendimento levado a efeito pelo Capitão-general Conde de Palma, congregando colonos alemães e soldados brasileiros” (Mariano, 2016, p. 53; Cunha, 1988); e a segunda, a colônia de Leopoldina, também na Bahia, “formada por suíços e alemães,(...) pelo cônsul hamburguês Pedro Peyckr e pelos naturalistas Freyreiss e Morhardt que depois se juntaram aos suíços Abrão Laughan e David Pache” (Lyra, 1982, p. 25). O próprio Lyra, baseando-se em relato do médico da colônia, Dr. Toelsner, traz a informação de que:

“[o] governo brasileiro nunca contribuiu com auxílio ou sustento para os colonos, os quais ‘com poucos meios financeiros e escassa mão-de-obra, somente com a ajuda de alguns negros, tiveram que iniciar e realizar o penoso trabalho de arrotar o solo”.

Ainda uma terceira iniciativa pode ser trazida para discussão. Com o objetivo específico de transferência da tecnologia siderúrgica, a Coroa Imperial fez trazer um grupo de suecos que fundariam em Minas Gerais a colônia de São João de Ipanema-Sorocaba. No entanto, apesar de serem todos estrangeiros, o caráter do agrupamento não era permanente, uma vez que vinham contratados por tempo limitado e não se dedicavam

exclusivamente ao cultivo da terra (Domingues, 2007), pela própria natureza do trabalho pelo qual foram contratados.

Há ainda uma disputa entre a colônia de Nova Friburgo e a de Leopoldina (hoje cidade chamada Helvécia) como a primeira ocupação suíça no Brasil. Porém, Giralda Seyferth, citando Oberacker, trata Leopoldina como primeira “colônia alemã” (Seyferth, 1999, p. 276) com as devidas aspas, uma vez que a propriedade era dividida por alemães, suíços, franceses e belgas. Lucelinda Schramm Correa (2005), em sua tese de doutorado sobre a imigração alemã na Bahia no século XIX, baseada nas memórias do Cônsul suíço Tavel, afirma “com quase total certeza” (p. 88) a autorização para a fundação de Leopoldina se deu no “final de 1818” e seu estabelecimento efetivo em 1819.

Já Nova Friburgo foi exclusivamente povoada por estrangeiros suíços, autorizada por João VI em 5 de maio de 1818, em documento denominado “Obrigação”<sup>26</sup>, onde delibera o acordo fechado com Sebastián-Nicolás Gachet, cônsul responsável pelas negociações para o estabelecimento da colônia entre a Coroa portuguesa e o cantão de Fribourg na Suíça. Portanto, mesmo tendo os colonos se estabelecido apenas em 1820, é possível afirmar que, Nova Friburgo foi o primeiro caso de colonização agrícola de característica permanente em território brasileiro nos mesmos moldes com os quais se deram as Grandes Migrações do final do 1800.

Em 1808, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, foram abertos os portos ao comércio internacional e foi promulgado o decreto que assegurava aos estrangeiros o direito à propriedade territorial, oportunizando a vinda de contingentes populacionais excedentes do continente europeu. Essa abertura ocorria justamente quando a Europa já era marcada pelo progresso industrial, pela elevada densidade demográfica e pela limitação da disponibilidade de terras. Trata-se do Decreto de 25 de novembro de 1808, de João VI, cujo objetivo era permitir a concessão de sesmarias aos estrangeiros residentes no Brasil, cujo teor era o seguinte:

“Sendo conveniente ao meu real serviço e ao bem publico, augmentar a lavoura e a população, que se acha muito diminuta neste Estado; e por outros motivos que me foram presentes: hei por bem, que aos estrangeiros residentes no Brazil se possam conceder datas de terras por sesmarias pela mesma fórma, com que segundo as minhas reaes ordens se concedem aos meus vassallos, sem embargo de quaesquer leis ou disposições em contrario. A Mesa do Desembargo do Paço o tenha

---

<sup>26</sup> Acervo Biblioteca Brasileira Guita e José Midlin. Em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/1526>>

assim entendido e o faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 25 de Novembro de 1808.” (Brasil, 1891, p. 166).

A intensificação da imigração somente ocorreu após 1850, quando foi determinado o fim do tráfico de escravos. Não se ignoram a existência de medidas anteriores, porém praticamente ineficazes, como a Lei Feijó, promulgada em 7 de novembro de 1831, que também tinha por finalidade principal reprimir o tráfico de africanos.

No mesmo ano em que foi determinado o fim do tráfico de escravos, foi promulgada a Lei de Terras, que, dentre outras coisas, transformou a terra em mercadoria. Regulamentada em 1854, através do Decreto 1318, de 30 de janeiro, a Lei aboliu a gratuidade de lotes aos colonos, estabelecendo a compra como único título de posse, e criou a Repartição Geral das Terras Públicas, que teria a seu cargo a delimitação, divisão e proteção das terras devolutas e a promoção da colonização nacional e estrangeira. Essa lei pode ser interpretada como resultado da pressão dos grandes proprietários monocultores de café, que pretendiam drenar a corrente de imigrantes para as suas fazendas (Iotti, 1992).

A partir desses marcos, a colonização passou para a responsabilidade dos governos provinciais e abriram-se oportunidades para a iniciativa privada, porém ainda sujeita à orientação e à fiscalização dos órgãos federais, principalmente do “Conselho de Imigração e Colonização”. O órgão coordenador da colonização – Conselho de Imigração e Colonização – foi extinto pela Lei 2.163, de 5 de janeiro de 1954, assim como a Divisão de Terras e Colonização e o Departamento Nacional de Imigração, sendo substituídos pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) (Moraes, 2016).

Foi a partir de então que o grande fluxo de italianos, espanhóis alemães, russos, japoneses, austríacos, finlandeses e sírio-libaneses foram recebidos no Brasil. Lucia Lippi Oliveira (Oliveira, 2002, p. 23-24) estima, baseada em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que, entre 1884 e 1939, mais de 4,1 milhões de imigrantes aportaram no Brasil.

De fato, independentemente de todas as iniciativas de imigração, até 1808 o Brasil era um território fechado, franqueado apenas a portugueses e alguns poucos estrangeiros. Um tesouro guardado a sete chaves desde seu descobrimento e que garantiu a riqueza e a expansão do Reino Unido de Portugal e Algarves. Mas esse cenário teve de mudar quando

a Família Real portuguesa foi obrigada a deixar Portugal e se estabelecer em terras americanas como forma de se preservar do apetite expansionista de Napoleão.

Cogitada sempre que Portugal tinha diante de si um grande desafio, a transferência da Família Real se daria num ousado movimento garantido pela esquadra e diplomacia inglesas. Em 1808, a Corte portuguesa juntou o que pode e, do dia para a noite, deixou Portugal em direção ao Brasil, surpreendendo o conquistador francês e seus próprios súditos. Instalada no Novo Mundo, a Coroa portuguesa passou a administrar daqui suas terras e uma de suas primeiras ordens foi para que se abrissem os portos às nações amigas. Ainda, autorizou que fábricas fossem criadas no Brasil e, dessa forma, todo o tráfego importador e exportador passou a circular diretamente para a ex-colônia, sem a intermediação da ex-metrópole, Portugal.

Os primeiros anos da Corte no Brasil foram atribulados. Não faltaram problemas administrativos e convulsões sociais<sup>27</sup> emergentes por essas paragens. No entanto, quando a situação política se acalmou na Europa, em torno de 1815, com o Congresso de Viena, e o inimigo francês foi derrotado, novos ventos de esperança sopraram também do outro lado do Atlântico. Já em 1816 chega a Missão Francesa com seus artistas e intelectuais que teriam grande influência na formação da imagem do Brasil na Europa posteriormente.

O período entre novembro de 1817, quando da chegada de Leopoldina, arquiduquesa da Áustria e esposa de Pedro I, até maio de 1818, aniversário do então Imperador João VI, foi o melhor da permanência da corte no Brasil até então. Em 1818, com a morte da Rainha-Mãe, temos a grande festa de coroação de João VI, até então príncipe-regente, como Imperador do Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves.

É num inverno de 1817 cheio de expectativas pelas de festividades oficiais que desembarca no Cais do Valongo um senhor de 47 anos trazendo uma carta de recomendação das autoridades do Cantão de Fribourg para tratar da fundação de uma colônia de suíços no Brasil. Seu nome era Sebastién-Nicolás Gachet.

---

<sup>27</sup> Em março de 1817 explode a Revolução Pernambucana que, em 74 dias, decretou a independência do estado, abriu conversas com os Estados Unidos para o seu reconhecimento e planejou, junto a José Bonaparte, a fuga de seu irmão Napoleão, prisioneiro em Santa Helena, em troca de soldados franceses para defesa da nova República (Cabral, [s.d.]).



### 3.2 As duas vidas de Sebastièn-Nicolás Gachet

Nas linhas que se seguem abordaremos a personagem por trás da descrição sobre a qual viemos lançando as bases de análise até aqui. Levantar a trajetória de Sebastièn-Nicolás Gachet não é apenas importante para entender a construção de sua intencionalidade por trás do texto que produziu, mas também para entendermos o papel assumido por ele na iniciativa migratória que deu origem a Nova Friburgo. Além disso, sua posição como mediador entre tantos interesses (cantão de Fribourg, seus sócios corporativos, a Coroa portuguesa e seus adidos da França, em Portugal e até na Holanda, além dos próprios imigrantes) coloca sua atuação como um microcosmo de uma série de processos cujas responsabilidades inerentes a cada fase seriam, mais tarde, pulverizados entre diversos atores especializados.

Começemos, primeiramente, com sua trajetória pessoal, ou melhor, com as informações que chegaram até nós pela pena de dois autores que a ele primeiro se referiram e pela contestação feita por Martin Nicoulin. Além disso, acrescento informações que corroboram algumas assertivas de Nicoulin quanto à construção “ficcional” feita por Marro e Reichlen sobre a formação de Gachet até o momento de sua proposta de emigração às autoridades de Fribourg.

As primeiras hipóteses levantadas sobre a ascendência de Gachet sugerem que seus antepassados teriam saído de Gruyères e tomado parte dos *Cent-Suisses*, mas não há documentação que as apoie. Por outro lado, um documento de confissão de dívidas de 1791 (Nicoulin, 1973, p. 34) se refere a seu avô como “tenente”, mas isso não nos permite inferir que esta fosse sua posição na hierarquia militar ou sequer policial da época. Tampouco temos confirmação suficiente para considerar que o pai de Gachet tivesse sido militar.

Em relação a esse, os primeiros biógrafos se confundem ora tomando-o como um carpinteiro chamado Emmanuel, ora chamado Laurent, ora pai de doze filhos, ora tendo tido um único, mas concordando com o fato de que era “pobre como Jó” (Reichlen, 1901). A dúvida só se esclarece após o trabalho de Nicoulin que recupera as certidões de nascimento de Gachet. Seu pai, Joseph-Emmanuel-Eloy Gachet, consta como residente em Paris em 1791 e ocupa cargos na administração pública em Gruyères em 1798, enquanto sua mãe, Nathalie Gachet, cujo sobrenome de solteira era Zurich, batizada na

igreja de Saint Sulpice em Paris, vinha de uma linhagem originária de Lessoc na Suíça onde há vasta documentação de outros parentes empregados sob títulos de mestre, tenente e até governador.

Em 27 de novembro de 1770, para orgulho de seu marido, Nathalie dá à luz um menino levemente corcunda que será batizado na mesma Saint Sulpice com o nome de Sebasti n-Nicolás. Esta informa o define a naturalidade de Gachet como francesa, o que contradiz seus biógrafos anteriores que defendiam sua origem su a, de Fribourg, especificamente da cidade de Gruy res. No Brasil, inclusive, Gachet seria chamado de “o cidadão de Gruy res” (Nicloulin, 1973, 33). Essa contradi o   historiograficamente importante pois resvala na proposta dos biógrafos anteriores cuja inten o era contar a história de Gachet como um herói nacional. Para isso, era importante não apenas que ele tivesse sangue su o, mas que fosse nascido na Su a, o que reforçaria seus esforços de constru o de uma identidade nacional.

Com esse intuito, a primeira fase da vida de Gachet   retratada de forma heroica, quando não idílica. Conta-nos Marro (1878) e Reichlen (1879, 1901) histórias similares, mas por vezes conflitantes, nas quais consta que os pais de Gachet teriam migrado para Paris com seu filho único onde teriam sido testemunhas dos primeiros dias da “página da História caudalosa de sangue e lágrimas” que foi a Revolu o Francesa de 1789. Em outra versão, o pequeno Sebasti n-Nichol s, caçula de doze irmão, não tendo seus pais condi o de criá-lo, teria sido levado de Gruy res por um tio militar aposentado e matriculado no Petit Seminaire de Versailles. Esse percurso de mais de quinhentos quilômetros entre Gruy res e Versailles, o que levaria hoje aproximadamente quatro dias e meio de viagem<sup>28</sup>, teria sido cumprido a p . Um esforço e tanto para uma criança corcunda e um senhor ex-militar aposentado. No Seminário, Gachet teria conhecido um certo Joachim Murat, filho de estalajadeiros franceses, que viria a ser nomeado rei de Nápoles por Napoleão muitos anos depois. A partir da  a trajetória inicial de Gachet seria totalmente associada   de Murat, para o qual chegaria a servir como Ministro das Finanças.

Ao se referir a Gachet em matéria de 13 de junho de 1817, o *Gazette de Lausanne* parece referendar este passado: “Um Sr. Gatschet, de Gruy res, dentro do cantão de

---

<sup>28</sup> Google Maps. Informa o do trajeto mais curto entre Gruy res e Versailles entre as rotas existentes em junho de 2019.

Fribourg, posto às finanças napolitanas sob o governo de Murât, se porpõe, dizem, a partir ao Brasil e fundar no Novo Mundo uma colônia suíça. (“Suisse”, 1817).

Joachim Murat é um personagem histórico conhecido, muito bem documentado<sup>29</sup> e não consta, em suas biografias, qualquer menção a Gachet, tampouco na história do reino de Nápoles (Colletta, 1858). Filho de um estalajadeiro, nascido em 1767 na cidade de Bastide-Fortunière (posteriormente rebatizada como Bastide-Murat), na região dos Médios Pirineus, sudoeste da França, Murat inicia sua educação em Cahors e, posteriormente, realmente passa por um seminário, mas em Toulouse – não em Versailles como indicam Marro e Reichlen –, de onde foge para integrar um destacamento de cavalaria que havia estacionado temporariamente na cidade. Atteridge (1911, p. 143), contudo, se refere a um “amigo de escola” Murat como ministro das Finanças durante seu reinado em Nápoles.

Trata-se de Jean Antoine Michel Agar, nascido em 1771 na cidade de Mercuès, a cerca de oito quilômetros de Cahors, onde também iniciou seus estudos e travou amizade com Murat. Com a elevação deste a Duque de Berg e Clèves por Napoleão em 1806, Agar se tornou ministro das finanças, cargo que também ocuparia entre 1809 e 1814 (Thomas, 2009, p. 59; Whittaker, 1825, p.17) em Nápoles até se licenciar após a mudança política de Murat em relação a Napoleão, decisão que custaria a vida de Murat, executado em Pizzo na Calábria por nacionalistas italianos. Agar ensaiou uma biografia de Murat baseado em documentos cedidos pela esposa (Carolina Bonaparte, irmã de Napoleão). Por conta de sua saúde debilitada e sua morte em 1844, Agar nunca chegou a ver finalizada sua obra e apenas parte do material foi publicado em 1897 pelo sobrinho-neto de Murat, Joachim Joseph André (Murat, 1897).

Exceto pelas aparentes extravagâncias relacionadas à sua trajetória após deixar Nápoles – concordo com Nicoulin em sua posição cética à veracidade desses acontecimentos –, é possível que Gachet tenha tomado parte na administração das finanças em Nápoles, em uma posição subalterna, mas não como figura proeminente ou próxima do Rei como o indicado por Marro e Reichlen. Nesse caso, esta é mais uma peça que se encaixa na hipótese de que ambos tenham se inspirado na vida de Agar para legitimar uma história mais nobre para Gachet.

---

<sup>29</sup> Para mais informações sobre a trajetória de Murat ver Gallois (1828) e Atteridge (1911). Para fatos interessantes sobre sua queda e morte ver Macirone (Macirone, 1817).

É preciso destacar que, ainda que extensa, a pesquisa de Nicoulin teve como objetivo jogar luz sobre a história da emigração suíça para o Brasil de forma geral, sem se concentrar em detalhes biográficos de seus agentes. Com isso, não se pode descartar completamente a possibilidade de ter Gachet realmente ocupado cargo de destaque na realeza napolitana sob Murat, afirmação da qual dependeria um trabalho específico em fontes napolitanas ou a elas relacionadas.

Todavia, o próprio autor aponta algumas evidências que associam Gachet, se não a Murat ou a um cargo público na cidade italiana sob seu comando, pelo menos ao fato de ter passado em Nápoles uma parte de sua vida. O casamento de Gachet com Marie-Therèse Chambelland se deu em Nápoles em 4 de novembro de 1812. Na documentação a ele relativa, sua mãe o inscreve como “inspetor do tesouro da realeza de Nápoles”. Também nessa cidade italiana se deu o batismo de seu primogênito Adolphe-Joseph-Alcidio em junho de 1812. O fato de o batismo de seu filho ter ocorrido antes de seu casamento, porém, desperta certo ceticismo uma vez que isso não era comum à época. Um artigo no jornal *Gazette de Lausanne* de 1817 se refere a Gachet como estando “a serviço das finanças de Nápoles sob o reinado de Bonaparte” (Nicoulin, 1973, pp 35).

Ainda assim, Nicoulin resiste em associar a trajetória de Gachet à de Murat. Para ele, a ascensão de Gachet tem muito mais a ver com sua atividade comercial do que o trabalho burocrático na administração da guerra. Um documento da franco-maçonaria datado de 1812 aponta Gachet como estando em Nápoles no exercício da profissão de negociante. Outro documento, um pedido de recomendação ao governo friburguense para a importação de “50 a 60 mil quintais de sal marinho branco” da Itália para a Suíça, através de Marselha, aparece datado de 1815. Nicoulin defende que a relação entre Gachet e Murat, deu-se como credor e devedor. É possível que, diante dos relatos de Reichlen sobre a falta de tino financeiro deste último e as de Gallois e Atteridge sobre a situação precária que experimentou em 1792 durante sua primeira estada em Paris, Murat tenha-se aproximado de Gachet em busca de segurança financeira. Com efeito, em uma das versões sobre a primeira fase da vida de Gachet, Reichlen (1897, p. 55) localiza neste ano a reaproximação dos dois amigos separados após o fechamento do Seminário de Versailles. Reaproximação esta que ocorre em um “club” em Paris.

Analisando as biografias disponíveis sobre Gachet, é possível perceber um esforço deliberado da parte dos primeiros biógrafos em retratá-lo como um mito. Essa impressão se reforça quando nos aproximamos do relato feito por Reichlen de como Gachet deixa

Nápoles e inicia seu projeto colonial. Diz o autor que, após a queda de Murat, fuzilado em outubro de 1815, Gachet teria fugido de Nápoles em direção à Turquia. Seu navio teria sido capturado por piratas e Gachet vendido como escravo em Algers, no norte da África. Suportando um cativo relativamente salubre devido a seus talentos com a música e o desenho (Reichlen, 1891), ele teria sido libertado após o ataque liderado pelo famoso oficial naval inglês Lord Exmouth à cidade em 1816.

Gachet teria, então, voltado para Paris, onde reencontraria seus antigos contatos de Nápoles cujo auxílio foi essencial para que estabelecesse contato com o embaixador português em Paris, Marquês de Marialva,<sup>30</sup> e iniciaria as negociações para o estabelecimento da colônia no Brasil. Este relato trágico perde verossimilhança quando Nicoulin revela, por exemplo, que em junho de 1816 Gachet está presente ao nascimento de sua filha Marie-Margarite-Josephine em Gruyères e não escondido em um barco em direção ao leste europeu.

Uma vez retirada a aura fantástica com a qual os primeiros biógrafos adornaram as origens de Gachet e convencidos de sua aptidão para os negócios, podemos seguir para a parte de sua trajetória onde se distancia do operador internacional e se aproxima do agente migratório.

Gachet certamente foi bem-sucedido em sua carreira de negócios. Nicoulin (1973, p 34-35) lista uma série de documentos que atestam a movimentação de cargas e produtos, compra e venda de imóveis e contratação de serviços de frete marítimo entre 1803 e 1817. A partir dessa documentação é possível constatar que Gachet, aos 47 anos de idade, vivia sem muitas dificuldades até o Ano da Carestia, 1817. Morava em Gruyères com a esposa e seus dois filhos onde havia adquirido recentemente uma propriedade a qual estaria sendo ampliada. Neste mesmo ano, em 5 de maio, ele submete um pedido de emissão de passaporte para o Brasil e escreve ao governo cantonal de Fribourg sobre seu plano de se tornar produtor agrícola no Novo Mundo, assim como abrir os mercados americanos do Sul para os produtos manufaturados suíços. Essa carta lhe garante em 7 de maio a emissão por parte do governo cantonal uma recomendação “lisonjeira” (p. 36).

O teor de sua proposta para migração corrobora a tese de um Gachet comerciante internacional, mas ainda não o faz um diplomata. De fato, a proposta de criação de uma

---

<sup>30</sup> François Reichlen (1897) se refere a um antigo adido português em Nápoles de nome “Rathala”. Robert Loup (Loup, 1942, p.7) cita um nome semelhante: “Ratalha”.

colônia agrícola no Brasil só aparece duas semanas depois quando Charles de Schaller, Diretor do Conselho de Polícia de Fribourg, leva ao conhecimento do plenário uma proposta do mesmo Gachet, mas com um novo teor. Nos dias 17 e 18 de maio, o Conselho do Ministério da Polícia delibera sobre o pedido de Gachet para percorrer os cantões recrutando interessados para o estabelecimento de uma colônia agrícola no Brasil.

Schaller descreve Gachet como um sujeito “inteligente e que sabe se insinuar” e leva o Conselho a decidir favoravelmente à sua proposta, emitindo, inclusive, uma carta patente lhe conferindo poderes diplomáticos representativos do Cantão de Fribourg para a negociação relativa à colônia. Dessa forma, a proposta original deixa de ser tornar-se um fazendeiro exportador e importador de produtos manufaturados, típica do “burguês conquistador” (Nicoulin, 1973, p. 36) e passa a ser um empreendimento de enormes dimensões, que envolverá os governos de dois países e milhares de pessoas.

A alteração do projeto se dá pelo envolvimento de outros interesses na operação original de Gachet no Brasil. Um desses interesses é do próprio Ministério da Polícia que, envolvido com o grave problema do numeroso contingente de *heimatloses*, ou apátridas, em território suíço, enxerga no projeto de Gachet uma solução. Os apátridas eram um grupo social heterogêneo formado principalmente por famílias pobres, ciganos e trabalhadores itinerantes, alguns deles suíços que se ausentavam do país durante muito tempo e, ao voltarem, dependiam da assistência comunal para sua sobrevivência.

A partir do século final do século XVI, passou a vigorar o princípio do país de origem para a garantia dessa assistência, o que levou muitos cantões a se recusarem a reconhecer as pessoas estrangeiras naquelas condições. Esse grupo, portanto, era privado tanto da nacionalidade quanto de direitos políticos, comunitários e auxílios sociais. Sofria perseguições e, em alguns cantões onde a mendicância era proibida, castigos físicos. Esse cenário implicou no aumento da força policial e agravou ainda mais a situação, o que levou ao aumento das famílias nômades e pobres por toda a Suíça. A questão sofreu diversas intervenções legislativas durante a primeira metade do século XIX e culminou em 1850 com a implementação da Lei Federal de Heimatlos. Isto levou à naturalização automática de mais de 30 mil pessoas, mesmo sob oposição de alguns cantões envolvidos (Wolfensberger e Gaillard, 2007)

Nessa nova conformação, a empresa de Gachet adquire uma função política e demográfica, mas não deixa de lado seu caráter comercial. No mesmo dia 23 de maio de

1817 em que lhe é concedida a carta patente que o torna diplomata, Gachet torna-se, também, sócio de um rico empresário francês, dono da indústria de vidros na cidade suíça de Semsales, chamado Jean-Baptiste-Jerôme Bremond. Um dos sobrinhos de Bremond opera uma “casa de negócios” em Marselha, que é justamente uma das cidades onde Gachet sugere como destino dos produtos brasileiros a serem comercializados com exclusividade como reembolso pelos gastos adiantados para o transporte e manutenção da operação migratória.

Esse aspecto comercial da proposta de Gachet não passa despercebido pelas autoridades luso-brasileiras, principalmente pelo Barão de Itaguaí, então Ministro da Fazenda, que o repele, aceitando apenas a proposta diplomática. Porém, com a substituição do Barão de Itaguaí pelo Conde de Palma (aquele mesmo citado acima que em 1818 funda a colônia do Rio Salsa com alemães e soldados brasileiros) à frente do Ministério, as negociações de ambos os aspectos voltam a se encaminhar até que em maio de 1818 é firmado um compromisso entre as três partes envolvidas no projeto: Coroa portuguesa, Gachet e autoridade cantonal de Fribourg. No entanto, pontos importantes, como a quantidade exata de pessoas e a responsabilidade sobre os custos relativos ao seu transporte, ficaram soltos o suficiente para que Gachet e seus associados pudessem explorá-los a seu favor, quando se iniciasse a fase operacional do projeto.

Esse acordo previa o assentamento de 100 famílias suíças, aproximadamente 700 pessoas, o primeiro de muitos que se seguiriam em caráter permanente<sup>31</sup>. E a criação da vila de São João Batista de Nova Friburgo, localizada na região do Morro Queimado, distrito de Cantagalo, no Norte fluminense, antes conhecida como local habitado por “índios brabos” e abrigo da quadrilha do famoso bandoleiro e contrabandista de ouro e pedras de Minas Gerais, amigos dos quilombolas, o Mão de Luva (Jaccoud, 1987). Mas isto não consta da documentação oficial, tampouco da propaganda que atraiu os colonos suíços.

A notícia do acordo com o Império é muito bem recebida pelas autoridades cantonais friburguesas, que não medem elogios a Gachet por seu sucesso “superior às expectativas” e por seu zelo e inteligência (Nicoulin, 1973, p. 53). A primeira medida a ser tomada fora a criação de um consulado português na Suíça, que teria o papel principal

---

<sup>31</sup> Nicoulin resgata documentação onde se vê claramente a intenção da Coroa Portuguesa de receber “sucessivamente um número mais considerável” de imigrantes suíços e a intenção do governo suíço ao declarar que “todas as emigrações suíças serão dirigidas ao Brasil”. (Nicoulin, 1973, p. 47).

de recrutamento de potenciais imigrantes para a nova colônia sul-americana, ou seja, na prática, uma agência de emigração. Uma vez descartada a vertente comercial do acordo e para evitar que seu sócio perdesse legitimidade no processo, Gachet se empenhou em apontar Bremond como cônsul brasileiro na Suíça. Apesar de ter convicções políticas diferentes das de Bremond, quem ficaria responsável pela coordenação da emigração seria Charles de Schaller<sup>32</sup>, Diretor da Polícia Central, aquele mesmo que sugeriu a inclusão dos apátridas para a emigração dentro dos planos originais de Gachet.

Nesta posição, caberia a Schaller implementar o processo de emigração levando em conta duas políticas sugeridas pelo Conselho de Estado e pelo Conselho das Finanças: fazer uma “boa propaganda”, com base nas informações relativas ao clima, à topografia e à fertilidade do solo destinado à nova colônia e às condições acordadas no tratado, estimulando aqueles que poderiam emigrar contando apenas com seus próprios meios. E identificar as famílias interessadas que não possuíam condições, pois seria de interesse destes Conselhos lhes facilitar a viagem.

Trata-se, aqui, especificamente dos apátridas. As informações sobre o destino e as vantagens a serem percebidas pelos colonos foram impressas e distribuídas para as 12 prefeituras cantonais. As inscrições, então, se faziam diretamente com os “síndicos” de suas vilas que deveriam deixar clara a situação de cada candidato quanto à necessidade ou não de ajuda para a viagem e, posteriormente, seriam enviadas ao prefeito e depois encaminhadas à Polícia Central.

As informações constantes dessas brochuras foram redigidas diretamente por Gachet, que teve todo o cuidado em descrever a paisagem e o ambiente de destino o mais próximo possível das expectativas daqueles que queria convencer a emigrar. Publicadas na *Gazette de Lausanne* em 5 de novembro de 1818, nelas são descritas paisagens familiares aos suíços como “muitas montanhas cobertas por florestas virgens contendo madeira superiores às encontradas na Europa”. Apesar de montanhoso, o clima não ultrapassa os 26 graus no verão e “por vezes se faz nevar no inverno”, mas esta neve “se desfaz aos primeiros raios de sol”. As águas são todas próprias para beber sem “qualquer vestígio de matéria suscetível de engendrar o bócio”.

---

<sup>32</sup> Schaller e Bremond teriam problemas no futuro por conta de suas convicções políticas. O primeiro de concepções liberais e o segundo um ultra defensor da realeza. (Nicoulin, 1973, p. 55)



Quase como um Pero Vaz de Caminha, Gachet se refere à terra como de uma “estonteante fertilidade”, onde “de um repolho jogado fora nasce um novo repolho” e onde se faz duas colheitas anuais de maçãs. Confirmando e extrapolando a impressão que Schaller teve de Gachet, nesse texto podemos perceber sua capacidade carregar suas palavras de insinuação. Todo o esforço é na direção de pintar o Brasil, ou pelo menos aquele pequeno pedaço de Brasil para onde os potenciais colonos serão transportados, como uma pequena Suíça, um lugar familiar com potencial de se tornar um eldorado.

O resultado não foi outro senão o de “aturdir a imaginação” dos suíços. Com o início da circulação a coincidir com o inverno suíço, os homens já livres do trabalho puderam se reunir em discussão sobre as vantagens e desvantagens da emigração para o Brasil. Porém, nem os boatos de que os colonos substituiriam os escravos negros, nem os perigos dos ataques dos selvagens nem as dificuldades de se atravessar o oceano afetaram o grande número de registros. Ao final do período de inscrições, Schaller contava 897 indivíduos inscritos, 25% a mais do que as 700 pessoas imaginadas inicialmente.

No entanto, o sucesso da campanha atraiu muito mais cidadãos do que apátridas, cujas inscrições não passaram de 34. Ainda, grande parte dos inscritos declarou não ter os meios necessários para pagar as taxas de viagem até o porto europeu de onde sairia o comboio. Assim, para os cidadãos, alterou-se então a lei que proibia a venda de propriedades em nome das esposas para que se pudesse levantar os fundos necessários pagar as despesas da viagem. Já para os apátridas, Schaller lançou uma nova campanha que percorreria todo o cantão para lhes informar sobre “os imensos benefícios que se privariam se rejeitassem este meio de prosperidade que lhes está sendo ofertado” (Nicoulin, 1973, p. 61).

Schaller se entrega a um *tour de force* e entre 13 e 28 de março de 1818 e percorre várias cidades com o intuito de conversar com seus prefeitos sobre as vantagens que a Suíça teria no caso de um recrutamento em massa de apátridas, mesmo que isso venha a requerer uma atuação financeira ativa por parte deles. Engaja-se também em conversações com o governo central que se compromete a ajudar nos casos necessários. Porém, apenas a propaganda dos benefícios não foi suficiente para que se aumentassem as inscrições dos apátridas. Como se Schaller pressionasse cada vez mais, os prefeitos puseram em prática métodos pouco ortodoxos para o recrutamento dessas pessoas.

A *Gazette de Lausanne* do dia 1 de junho de 1819 noticia que Gachet e Bremond “percorrem nesse momento a Suíça” recrutando para o estabelecimento na colônia no Brasil para a qual “alguns milhares de indivíduos formarão o primeiro contingente e cujo sucesso interessa não apenas ao cantão de Fribourg, mas particularmente ao de Berne e Lucerne” (“Suisse”, 1819).

Cerca de um mês depois, em 09 de julho, o mesmo jornal publica instruções aos colonos originários de Berna, “cerca de 500” conforme o periódico, quanto ao embarque para a Holanda, informando os nomes dos comissários dos navios que deveriam ser procurados e confirmando que o próprio Gachet os receberia nesse destino europeu intermediário.

Enquanto aguardavam a confirmação de um aumento na cota de emigrantes pelo Consul de Portugal, o que se viu foi as prefeituras chantageando os apátridas para que escolhessem a emigração. Nicoulin (1973, p. 61) traz alguns exemplos como o de Joseph Lambert que, por ter recusado a fazer parte do grupo emigrante, perderia a condição de apátrida e, portanto, perderia a ajuda do Estado, o que o forçaria a integrar o grupo de colonos. Ou o caso do homem que pediu permissão ao Conselho de Estado para casar-se com uma viúva e só teve seu pedido aceito mediante a condição de que seus filhos não permanecessem no país.

Ainda há o caso do pedreiro originário da Savóia que teria ido a Bulle em busca de emprego na reconstrução da cidade recém incendiada, encontrando apenas o desemprego e a polícia que, em vez de processá-lo pelo crime de vagabundagem, resolveu seguir a sugestão do prefeito, trancafiando-o na prisão para se certificar de que estaria embarcado no primeiro navio para o Brasil. A postura governamental não deixou de inspirar as pessoas comuns e logo havia mães entregando seus filhos ilegítimos e pessoas sendo retiradas de prisões sem qualquer autorização.

Por fim, em 4 de julho de 1819, pouco mais de dois anos após ter recebido seu passaporte para o Brasil, embarcariam não menos do que 2006 pessoas, quase o triplo das aproximadamente 700 pessoas reunidas em 100 famílias, conforme acordaram Gachet e João VI, entre miseráveis, agricultores em dificuldades e alguns ricos que, tendo alugados seus imóveis e vendido seus bens, buscavam fortuna no Novo Mundo. Deste total, apenas 325 eram apátridas ou pouco mais de 15% (Nicoulin, 1973 p. 112). Pelo sucesso do

empreendimento, Gachet recebe um prêmio de 4 mil francos e, o mais importante, é apontado como Consul Suíço no Brasil.

Ainda na Europa os problemas se acumulam. Bremond é descoberto contrabandeando vidros nos navios e a operação sofre com um débito exorbitante. Quando o comboio estaciona na cidade holandesa de Mijl, à espera dos víveres necessários para a longa viagem oceânica, Gachet implora por ajuda ao cônsul português na França. Começa aí seu descrédito. Insuflado por cartas de Bremond, tanto portugueses quanto suíços começaram a duvidar da capacidade de Gachet de organizar tamanha operação. O consulado português na França envia então um adido à Holanda com plenos poderes e crédito ilimitado para, enfim, dar prosseguimento à vigem. Gachet e Bremond rompem a sociedade e, a partir de então, trocariam acusações mútuas. A estada em Mijl se estendeu por três meses e desgastou os colonos física e moralmente.

Os contratemplos na Holanda custaram caro aos cofres imperiais e, quando os relatórios do adido português foram duros com relação a Gachet, essa percepção chegou aos olhos da corte no Rio de Janeiro. Sua credibilidade com os colonos também foi abalada quando souberam que, pelo acordo estipulado, a Coroa portuguesa pagaria por todo o trajeto e não apenas da Holanda para o Brasil. A repercussão do escândalo faz com que o Ministro da Fazenda, Tomás António de Vila Nova Portugal, se recuse a recebê-lo quando de sua chegada à capital do Império. Mesmo João VI lhe dá as costas. No dia 6 de outubro 1820, o diário *Gazette de Lausanne* (“Suisse”, 1820b) noticia que Gachet “encontra-se preso na capital [Rio de Janeiro] sob acusação de ter abusado da confiança do rei e dos colonos”. Sem apoio de portugueses tampouco de suíços, o cantão de Fribourg suspende seu título diplomático, seus bens são confiscados e é ele processado. Dos mais de dois mil embarcados apenas 1631 chegaram vivos à Nova Friburgo.

Além disso, poucos vestígios restaram da passagem de Gachet pelo Brasil. Há indícios de que teria abandonado Nova Friburgo, primeiramente, em direção a Valença, onde consta uma carta de sesmaria em seu nome datada de 1821 que seria regularizada em 1826 (Bon, 1999). Em seguida, teria partido para o Sul Fluminense estabelecendo-se em Nossa Senhora da Piedade do Iguassú, Ilha Grande e, finalmente, Angra dos Reis. De fato, há menções relacionadas a Gachet na imprensa da época após a consolidação da colônia em Nova Friburgo.

Seu nome aparece, em 1823, em uma lista de apoiadores pelo “aumento da Marinha de Guerra do Império do Brasil, todos residentes de N. Sra. da Piedade do Iguassú”<sup>33</sup>, cidade onde provavelmente residiu como arrendatário da Fazenda da Conceição. Em fevereiro de 1832, no entanto, o proprietário da fazenda, José Green, reclama ao Imperador por conta da ausência de Gachet perante uma audiência de conciliação vinculada a uma ação de despejo. Um ano depois, Gachet se muda com sua esposa, quatro filhos e oito escravos para Ilha Grande<sup>34</sup>, identificando-se como “Francez”, conforme a grafia da época, e não como suíço, como chegou a ser conhecido. Dois anos mais tarde, reaparece embarcando na sumaca Luzitânia com destino a Angra dos Reis, levando consigo um escravo<sup>35</sup>.

Não se tem informações sobre a localização de seus restos mortais, tampouco se sabe sobre registro de sua morte, que permanece a ser descoberto talvez entre os documentos do Arquivo Diocesano de Nova Iguaçu ou da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, pertencente à Diocese de Itaguaí. Das poucas pistas que há disponíveis na imprensa da época, é provável que tenha falecido por volta de 1844 quando se inicia, entre outras, uma longa disputa judicial na comarca de Angra dos Reis entre sua esposa, Maria Thereza Gachet, e Paulo José Magalhães<sup>36</sup> e que se estende pelo menos até 1857.

Por fim, um monumento em homenagem aos mortos durante a travessia pode ser encontrado na paróquia de Grandvillard em Gruyères, na Suíça. Em Nova Friburgo, seu nome batiza uma ladeira em curva muito íngreme no Bairro Suíço, apenas para subitamente mudar de nome quando já não se exige mais o esforço da subida.

### 3.3 A *Notices*<sup>37</sup> e a descrição do Brasil pela pena de Gachet

---

<sup>33</sup> Artigos de Officio, “Ministerio da Justiça”, *Imperio do Brasil: Diario do Governo*, Rio de Janeiro, 18/08/1823, 2.

<sup>34</sup> Valeriano José Pinto, “Intendência Geral de Polícia. Despacharam-se no dia 1º de Abril de 1833”, *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 05/04/1833, 4.

<sup>35</sup> Telegrapho, “Sahidas do dia 6”, *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 08/09/1835, 4.

<sup>36</sup> Relação do Rio de Janeiro, “Processos apresentados ao secretário desde a última sessão”, *Gazeta dos Tribunaes*, Rio de Janeiro, 21/06/1844, 3.

<sup>37</sup> *Notices données par Mr. Séb. Nic. Gachet, sur le climat et les productions du district de Canta Gallo, destiné à l'établissement de la colonie suisse*. Archives de l'Etat de Fribourg (AEF)

Chegamos a apresentar acima pequenos trechos do referido documento escrito por Gachet e utilizado como peça de promoção para a iniciativa migratória para o Brasil. Abaixo, transcrevo o documento no original em francês.

Le district de Canta Gallo, situé au nord-ouest de Rio Janeiro, part de la chaîne de montagne très élevées qui longe la mer sur la presque totalité des côtes du Brésil, est à 25 lieues de sa capitale, dont 20 lieues par eau et 5 par terre.

La température de cette contrée convient parfaitement aux Européens, et leur permettra de travailler à la terre toute l'année.

Pendant l'été, la plus grande chaleur n'excède pas 26 degrés, et dans les plus grands froids il y a des gelées blanches qui disparaissent aux premiers rayons du soleil.

La différence qui existe entre l'été et l'hiver dans la patrie du district de Canta Gallo, destinée aux Suisses, influe peu sur la végétation; cependant les arbres en hiver se dépouillent de leurs feuilles, mais le jardinage ne cesse pas pour cela d'offrir presque les mêmes ressources que dans les autres saisons.

Il y a de la terre de diverses couleurs, rouge, jaune, grise et noire, mais toute contiennent plus ou moins de parties essentielles à la végétation. Il y a aussi de l'argile de diverses qualités, dont on fait des tuiles et des vases pour l'usage domestique.

La terre est d'une fertilité étonnante au Brésil, tout y vient en bouture; des branches d'arbres et d'arbustes, coupées et mises en terre, prennent spontanément ; un rejeton de chou planté produit un chou. On peut ensemercer les jardins presque tous les mois de légumes divers, plantes potagères etc. On peut faire deux récoltes de pommes de terre. Elles sont d'une qualité excellente et très farineuse, il y en a une espèce de la forme de cheville, elle est rouge, aussi farineuse que les autres et beaucoup plus sucrée que la châtaigne. Mais de toutes ces productions celles qui donne la plus abondamment c'est le maïs, ou autrement le blé de Turquie, qui rend de 2 à 300 mesures pour une. Ce grain moulu est une nourriture très saine et, de même que la farine de manioc, tient lieu de pain aux habitants de l'intérieur, riches, pauvres et esclaves.

Tous les animaux, se multiplient en proportion de la fertilité de la terre et de la douceur de ce climat. Les truies font de 4 à 5 portées de 6 à 10 petits dans le cours de deux années.

La vigne serait une production trop précieuse et trop utile au Brésil pour n'en pas parler. J'en ai vu qui ornait des trilles attenantes à des habitations ; quoique le bois n'en avait jamais été taillé, elle portait néanmoins assez de grappes, mais les grains inégaux dans leur degré de maturité exigeaient qu'on élaguât une bonne partie des feuilles qui interceptent les rayons du soleil. Il est présumable que des plantations à la manière du canton de Vaud et de la Provence, dont le fruit recevrait une chaleur de réverbération, auraient un bon résultat. Ce sera par conséquent à d'habiles vignerons à étudier par diverses expériences la meilleure manière de réussir; et, si les essais répondent à l'attente, la prospérité que cette branche de culture procurera à la colonie n'aura point de limites.

Conforme o raciocínio que nos trouxe até aqui, é possível perceber no texto de Gachet a articulação não apenas dos elementos familiares ao imaginário europeu em

relação ao Novo Mundo, mas também o cuidado em não o representar exótico demais a ponto de amedrontar um potencial emigrante. Como recurso discursivo amenizante, Gachet insere outros elementos que compõem a identidade do suíço, elementos tradicionais com os quais os suíços se identificam.

Exemplo disso é o trecho onde escreve *Pendant l'été, la plus grande chaleur n'excède pas 26 degrés, et dans les plus grands froids il y a des gelées blanches qui disparaissent aux premiers rayons du soleil*. O calor, mesmo não ultrapassando os 26 graus, é grande para os padrões suíços, mas é compensado pelas geadas brancas em tempos de maior frio, como acontece na Suíça. Contudo, o gelo não é ameaçador, nem capaz de matar nem de destruir as plantações, pois desaparece aos primeiros raios de sol. E vai além afirmando que a temperatura *leur permettra de travailler à la terre toute l'année*, o que devia soar como um alívio para os trabalhadores acostumados a suspenderem suas atividades durante os rigorosos invernos dos Alpes.

Um outro elemento presente nas narrativas de viajantes estrangeiros e que Gachet utiliza diz respeito à abundância. Ao tratar dos tipos de terra, cada uma capaz de produzir determinados produtos, Gachet lista *Il y a de la terre de diverses couleurs, rouge, jaune, grise et noire (...) Il y a aussi de l'argile de diverses qualités, dont on fait des tuiles et des vases pour l'usage domestique*. Mas é em relação à fertilidade da terra, tema recorrente nas narrativas estrangeiras, que Gachet não mede palavras: *La terre est d'une fertilité étonnante, un rejeton de chou planté produit un chou, On peut faire deux récoltes de pommes de terre, de toutes ces productions celles qui donne la plus abondamment c'est le maïs, ou autrement le blé de Turquie, qui rend de 2 à 300 mesures pour une*. Fertilidade esta que não se restringe apenas aos potenciais vegetais, mas também aos animais, especialmente os porcos, cujo manejo é tradicional na Suíça: “As porcas fazem de 4 a 5 ninhadas de 6 a 10 crias ao longo de dois anos”.

A essa mobilização do imaginário relacionado ao Brasil se soma a familiaridade com os recursos usuais suíços. Ao final do texto, Gachet se preocupa em situar o potencial colono na nova terra. Faz por ele o exercício de compor estratégias através do recurso a um repertório já conhecido com o qual o colono possa contar para ser bem sucedido no destino. Essa tentativa fica clara quando, por exemplo, ele se refere ao potencial valor e

à utilidade das videiras, cultivo ancestral na Suíça<sup>38</sup>, e comuns, segundo o próprio Gachet, na região do cantão de Vaud, um dos que mais enviaram colonos para o Brasil.

Vemos, portanto, a utilização bem sucedida tanto de estratégias de ação familiares ao repertório suíço quanto de estímulos à criação de novas realidades a partir de um imaginário já existente relacionado ao Novo Mundo e especialmente ao Brasil. Ao acoplar em sua descrição sobre Nova Friburgo, atributos constituintes do imaginário suíço relacionados *a priori* com o Brasil, Gachet se aproxima do pensamento dos colonos já expostos tradicionalmente a essas imagens e consegue mobilizá-los, recomendando estratégias de ação também familiares ao repertório suíço.

As *Notices* de Gachet, finalmente, funcionam em duas vertentes: a geração de confiança e a geração de esperança. A primeira se dá ao aproximar colono e destino através do imaginário associado à abundância do Novo Mundo e, além disso, a algumas condições similares à própria Suíça. O resultado é a imagem de algo não totalmente exótico, mas que concentra os aspectos positivos do exotismo do destino ao mesmo tempo em que mantém familiaridade em alguns aspectos tradicionais da origem. A segunda, através da mobilização de um repertório de ações e condutas ao qual os colonos suíços estão acostumados. Nesse ponto, promove a esperança de construir do outro lado do Atlântico uma vida similar à vivida na Suíça.

---

<sup>38</sup> Pesquisas arqueológicas mostram o cultivo da uva e a produção de vinho na região do Ticino e no Alto Valais desde a Idade do Ferro (500 A.C. – 332 A.C.) (Flutsch/MI e Lüdi, 2014).

#### **4 Disposições Finais**

Considerando o exposto até aqui, podemos delinear alguns questionamentos para debate e sugerir futuros aprofundamentos de pesquisa relacionados ao tema das migrações internacionais de maneira geral e da iniciativa envolvendo Suíça e Brasil especificamente.

Atribuo ao documento feito circular por Gachet como forma de promoção da colonização suíça no Brasil um ponto de máxima importância não apenas para a operação coordenada por ele, mas como modelo de conduta, mesmo que incidental, das iniciativas migratórias futuras. Principal interessado no sucesso da operação, Gachet poderia ter levantado informações técnicas ou estatísticas, como o fariam os futuros agenciadores de mão de obra imigrante, que visassem informar racionalmente as possibilidades de sucesso dos interessados através de esclarecimentos sobre mercados produtores e produtos mais consumidos na região e na corte, rotas de escoamento de produção, preços de frete etc.

Na falta, talvez, desses dados devido à recência da Corte em território ultramarino, a opção por se apropriar do imaginário estabelecido sobre o Novo Mundo não foi de todo malsucedida e apresentou uma possibilidade real de construção de vida nova para uma população vergastada por dois anos de extrema carestia baseada em pouco exotismo e muitos elementos tradicionais da representação do Brasil na Europa. Além disso, a forma como mobiliza o repertório cultural ao sugerir estratégias de ação no destino baseadas em condutas familiares aos camponeses suíços, mostra a capacidade de Gachet de conhecer sobre a vida camponesa e oferecer condições de estímulo e confiança que embasariam as decisões em favor da emigração.

Se esta opção, por um lado, favoreceu o interesse dos camponeses suíços e elevou-lhes as expectativas, por outro, não se concretizando o paraíso prometido, contribuiu adicionando-se a outros fatores para a responsabilização de Gachet pelo insucesso da colônia, pelas adversidades experimentadas durante a travessia e, sobretudo, pelas mortes dos integrantes originais do grupo que partiu da Europa, relegando-o à obscuridade da história.

O estudo da origem das tratativas para o estabelecimento de Nova Friburgo nos mostra como ela se diferencia em relação às demais ocorridas, a partir da segunda metade



do 1800. Antes, as iniciativas foram conduzidas pela Coroa recrutando dentro de seus domínios ou em contato direto de particulares com a autoridade Imperial portuguesa. Gachet inaugura a entrada da iniciativa privada como mediadora entre governos na cadeia de produção migratória, acumulando tanto funções diplomáticas e comerciais quanto de recrutamento e operacionais durante o traslado. Funções estas que serão cumpridas por diferentes agentes durante o período da Grande Migração. Ainda, Nova Friburgo, desde sua concepção como possibilidade, já entretia a vocação de uma colônia agrícola permanente, diferente do objetivo que motivou a vinda dos açorianos (estabelecidos em centros urbanos estratégicos) e dos suecos e chineses (vinculados à transferência temporária da tecnologia siderúrgica e de cultivo de chá, respectivamente). Sendo assim, podemos dizer que o processo que o estabelecimento de Nova Friburgo colocou em prática foi o modelo que embasou as cadeias do processo migratório e a ação dos agentes nelas envolvidos no período que se seguiu.

A partir da análise da trajetória de Sebastián-Nicolas Gachet, podemos identificar o perfil dos empreendedores envolvidos nas campanhas migratórias europeias para o Brasil nos anos 1800. Tendo se inspirado neles ou não, é impossível não deixar de destacar a semelhança do projeto de Gachet com as iniciativas de emigração suíça para os Estados Unidos coordenadas por Ochs, Ritter, Greffenried e Purry – e até o caso do curioso Merveilleux – no século anterior.

A alteração do eixo de poder que se deu com a vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808 e a consequente abertura incondicional dos portos da então colônia foi o sinal para que comerciantes atentos ao desenho geopolítico pudessem vislumbrar oportunidades de negócio no Novo Mundo. Gachet foi o pioneiro a estruturar uma campanha de recrutamento de emigrantes para o Brasil, lançando mão de uma rede de contatos e de comunicação que, apoiados na credibilidade que construiu como comerciante e negociador bem-sucedido, lançaram as bases para a onda migratória que se seguiria na segunda metade daquele século e serviu de modelo para a estruturação do processo de imigração que se estabeleceu posteriormente, com o acúmulo de funções substituído pela fragmentação da cadeia e especialização dos agentes responsáveis por cada uma das fases.

Os desafios que tanto Gachet e os que ele representava quanto os membros do governo imperial português se depararam durante o processo serviram de aprendizado e sugeriram questionamentos que embasariam o debate sobre as políticas migratórias que

deveriam ser implementadas dali em diante. O consenso historiográfico quanto ao fracasso da operação migratória suíça como modelo, tanto pela notória desorganização e corrupção de seus idealizadores quanto pelo destino das famílias migradas que, em última instância deixaram as terras de Nova Friburgo em direção a outras regiões mais propensas à agricultura e ao comércio, não faz jus à importância que teve este processo na construção de aprendizado que viria a se materializar em leis, políticas e práticas nos anos seguintes, facilitando a vinda e a vida de alemães, italianos, árabes, japoneses e tantos outros que decidiram pelo Brasil como destino migratório posteriormente.

## 5 Bibliografia

- ALONSO, A. Repertório, Segundo Charles Tilly: História De Um Conceito. **Sociologia & Antropologia**, v. 2, n. 3, p. 21–41, 2012.
- Amerique. **Gazette de Lausanne**, p. 2, 20 jun. 1817.
- ANDRADE, R. N. DE. **A Defesa do Amazonas no Período Pombalino: uma visão arqueológica.** **Anais do Encontro estadual de história da UFRPE - história , cultura e sociedade**, 2006.
- Angleterre. **Gazette de Lausanne**, p. 1, 10 dez. 1816.
- ARANGO, J. Enfoques conceptuales y teóricos para explicar la migración. **Revista Internacional de Ciencias Sociales**, n. 165, p. 33–47, 2000.
- ARAUJO, A. L. **Romantismo tropical: um pintor francês no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2017.
- ATTERIDGE, A. H. **Joachim Murat - Marshal of France and King of Naples**. London: Methuen & Co. Ltd, 1911.
- BACZKO, B. **Los Imaginarios Sociales. Memorias y esperanzas colectivas**. 2. ed. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1999.
- BAGANHA, M. I. The Lusophone migratory system: Patterns and trends. **International Migration**, v. 47, n. 3, p. 5–20, 2009.
- BARREIRO, J. C. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- BARROS, A. T. M. P. Gilbert Durand, o montanhês que desafiou a margem esquerda do Sena. **Esferas**, v. 0, n. 4, p. 147–155, 2014.
- BELLUZZO, A. M. DE M. **O Brasil dos viajantes Vol. 2: um lugar no univeso**. São Paulo: Fundação Odebrecht, 1994.
- BERGER, P. **Bibliografia do Rio de Janeiro de viajantes e autores estrangeiros 1531-1900**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1964.
- BON, H. **Gachet**. Disponível em: <<http://www.diesbach.com/sghcf/g/gachet.html>>. Acesso em: 13 mar. 2020.
- BOWRING, J. **Report on the Commerce and Manufactures of Switzerland**. London: W. Clowes and sons, 1836.
- BRASIL. **Colecção das Leis do Brazil de 1808**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.
- BRAUDEL, F. **Civilização Material, Economia e Capitalismo Séculos XV-XVIII. Vol 3: O Tempo do Mundo**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BRÖNNIMANN, S.; KRÄMER, D. Tambora and the “Year Without a Summer” of 1816. **Geographica Bernensia G 90**, p. 48, 2016.
- BURROWS, S.; CURRAN, M. The French Book Trade in Enlightenment Europe Project and the STN Database. **Journal of Digital Humanities**, v. 1, n. 3, 2012a.
- \_\_\_\_\_. How Swiss was the Société Typographique de Neuchâtel? A Digital Case Study of French Book Trade Networks. **Journal of Digital Humanities**, v. 1, n. 3, 2012b.

- CABRAL, F. J. G. **Pernambuco de cabeça para baixo**. Disponível em: <<https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/?temas=1237>>.
- CARNEIRO, C. D. R.; FRANCO, L. M.; FREITAS, G. B. F. DE; GONÇALVES, P. W. Processos de mudança climática durante a “Pequena Idade do Gelo” sob o enfoque de ciência do sistema terra. **Terrae Didática**, v. 15, p. e019043, 2019.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- CAVALLO, G.; CHARTIER, R. **História da leitura no mundo ocidental**. São Paulo: Editora Ática, 2002.
- CHARTIER, R. **Do Leitor Ao Navegador**. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- COELHO, T. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: FAPESP / Editora Iluminuras, 1997.
- COLLETTA, P. **History of the Kingdom of Naples 1734-1825 V. II**. Edimburg: T. Constable and Co., 1858.
- CONUS, J. **História da emigração friburguense para o Brasil: 1819 a 1820**. Nova Friburgo: Ao Espelho Friburguense, 1936.
- COSTA, E. V. DA. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6. ed. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- COSTE, P. Les routes du colporteur Jean-Joseph Esmieu. **Provence Historique**, v. 50, n. 201, p. 281–287, 2000.
- CUNHA, J. L. **Os colonos alemães de Santa Cruz e a fumicultura (1849-1881)**. [s.l.] Universidade Federal do Paraná, 1988.
- DARNTON, R. What Is the History of Books? **Dedalus**, v. 111, n. 3, p. 65–83, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Boemia literária e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- DEBRET, J.-B. **Voyage Pittoresque Et Historique au Brésil V. 2**. Paris: Firmin Didot Frères, 1835.
- DEGRAFFENRIED, T. P. **History of the deGraffenried family from 1191 A.D. to 1925**. Binghamton and New York: The Vail-Ballou Press, 1925.
- DIMAGGIO, P. Culture and cognition. **Annual Review os Sociology**, v. 23, p. 263–287, 1997.
- DOMINGUES, Â. Dom João, príncipe esclarecido e pai dos povos e a fundação das colônias sueca de Sorocaba e suíça de Nova Friburgo. In: OLIVEIRA, L. V.; RICUPERO, R. (Eds.). **A Abertura dos Portos**. São Paulo: Ed. Senac, 2007. p. 122–147.
- DORTHE, L.; DUPUIS, S.; TREMP, K. U.; BLANCK, D. **La paix de Fribourg , 1516. Catalogue d'exposition**. Fribourg: Archives de l'Etat de Fribourg, 2016.
- DURAND, G. **As estruturas antropológicas do imaginário**. 4. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- EISENSTEIN, E. **The printing press as an agent of change: communications and cultural transformations in early modern Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- ELIOT, S.; ROSE, J. **A Companion to the History of the book**. 2. ed. Chichester, UK: Wiley Blackwell, 2020.
- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

- ESMIEU, J.-J. **La vie pénible et laborieuse du colporteur Esmieu**. Forcalquier: Alpes de lumière, 2002.
- ESPIG, M. J. O conceito de imaginário: reflexões acerca de sua utilização pela História. **Textura**, n. 9, 2004.
- FARIA, S. D. C. Ouro, porcos, escravos e café: as origens das fortunas oitocentistas em São Pedro de Cantagalo, Rio de Janeiro (últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 26, p. 1–23, 2018.
- FAUST, A. B. Swiss Emigration to the American Colonies in the Eighteenth Century. **The American Historical Review**, v. 22, n. 1, p. 21, 1916.
- \_\_\_\_\_. **Lists os Swiss Emigrants in the Eighteenth Century to the American colonies**. Washington, D.C.: The National Genealogical Society, 1920. v. 1
- FEBVRE, L.; MARTIN, H.-J. **The coming of the book: The impact of printing 1450-1800**. London: NBL, 1976.
- FERREIRA, M. DE M. **Histórias de família: casamentos, alianças e fortunas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- FINKELSTEIN, D.; MCCLEERY, A. **An Introduction to Book History**. New York and London: Routledge, 2005.
- FLUTSCH/MI, L.; LÜDI, H. **Viticulture**, 2014. (Nota técnica).
- FONTAINE, L. **History of the pedlars in Europe**. Oxford: Polity Press, 1996.
- FRANÇA, J. M. C. **A construção do Brasil na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII: antologia de textos (1591-1808)**. São Paulo: Unesp, 2012.
- FRAUCHES, C. DA C. **A saga de Jean Abram Frauche: de Ursins (VD), Suíça, a São Sebastião do Paraíba (RJ), Brasil**. 1. ed. Brasília: IEAL, 2016.
- FREYRE, G. **Novo mundo nos trópicos**. São Paulo: Global Editora, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Sobrados e Mucambos**. São Paulo: Global Editora, 2013a.
- \_\_\_\_\_. **Ordem e progresso**. São Paulo: Global Editora, 2013b.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- GALLOIS, L. **Histoire de Joachim Murat**. Paris: Schubart & Heideloff, 1828.
- GRAFF, H. J. Switzerland, the Low Countries, Sweden, and Iceland. In: **The Legacies of Literacy: Continuities and Contradictions in Western Culture and Society**. Bloomington: Indiana University Press, 1987. p. 301–302.
- HANNERZ, U. **Soulside: inquiries into ghetto culture and community**. New York: Columbia University Press, 1969.
- HEAD-KÖNIG, A.-L. **Emigration**, 2007. (Nota técnica).
- \_\_\_\_\_. Migration in the Swiss Alps and Swiss Jura from the Middle Ages to the mid-20th century: a brief review. **Revue de géographie alpine**, n. 99–1, p. 0–10, 2011.
- HERKENHOFF, P. **O Brasil e os holandeses: 1630-1654**. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999.
- HIGOUNET, C. **L'écriture, Que Sais-je**. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.

- HINKE, W. J. Report of the Journey of Francis Louis Michel from Berne, Switzerland, to Virginia, October 2, 1701-December 1, 1702. **The Virginia Magazine of History and Biography**, v. 24, n. 1, p. 1–43, 1916.
- HOEDER, D. **Cultures in contact. World migration in the second millennium**. London: Duke University Press, 2002.
- HOFSTETTER, R. La Suisse et l'enseignement aux XIX e -XX e siècles Le prototype d'une « fédération d'États enseignants » ? **Histoire de L'Éducation [En ligne]**, v. 134, 2012.
- HOLANDA, S. B. DE. **Visão Do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento de colonização do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense; Publifolha, 2000.
- \_\_\_\_\_. **O Brasil monárquico , v. 7 : do Império à República**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- IOTTI, L. H. A POLÍTICA IMIGRATÓRIA BRASILEIRA E SUA LEGISLAÇÃO - 1822-1914. **X Encontro Estadual de História - UFSM/UNIFRA**, p. 1–17, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Imigração e colonização. Legislação de 1747-1915**. Porto Alegre, Caxias do Sul: Assembleia Legislativa do Estado do RS, EDUCS, 2001.
- \_\_\_\_\_. Migração e colonização. **Revista Justiça & História**, v. 3, n. 5, 2003.
- JACCOUD, R. L. DE S. **Cadernos de Cultura da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, Ed. 4, Vol. 2**. Nova Friburgo: Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, 1987.
- JOYE, J. **Anotações sobre a viagem dos imigrantes suíços em 1819**. 2. ed. Nova Friburgo: Associação Fribourg - Nova Friburgo, 2005.
- KEW, G. D. **Vol IV. Shakespeare's Europe revisited : the unpublished "Itinerary" of Fynes Moryson (1566 - 1630). Vol IV**. [s.l.] The University of Birmingham, 1995.
- LAPLANTINE, F.; TRINDADE, L. **O que é imaginário**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.
- LIMA, O. **Dom João VI no Brasil (1808 - 1821), volume II**. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio. de Rodrigues & Co., 1908.
- LOUP, R. Les pèlerins de l'illusion ou Fribourg au Brésil (1817-1820). **Feuilleton de La Liberté**, p. 7, 17 dez. 1942.
- LUTERBACHER, J.; PFISTER, C. The year without a summer. **Nature Geoscience**, v. 8, n. 4, p. 246–248, 2015.
- LYRA, H. J. B. **COLONOS E COLÔNIAS — UMA avaliação das EXPERIÊNCIAS DE COLONIZAÇÃO**. [s.l.] Universidade Federal da Bahia, 1982.
- MACIRONE, F. **Interesting facts relating to the fall and death of Joachim Murat...** London: Ridgeways, 1817.
- MAGALHÃES, W. L. O Imaginário Social Como Um Campo De Disputas: Um Diálogo Entre Baczko E Bourdieu. **Albuquerque: Revista De História**, v. 8, n. 16, p. 92–110, 2017.
- MAIA, J. M. E. As ideias que fazem o estado andar: imaginação espacial, pensamento brasileiro e território no Brasil Central. **Dados**, v. 53, n. 3, p. 621–655, 2010.
- MARANHÃO-FILHO, P.; MARANHÃO, E. T.; ENGELHARDT, E. Vida e morte de Vladimir Mikhailovich Bekhterev. **Arquivos de Neuro-Psiquiatria**, v. 73, n. 11, p. 968–971, 2015.
- MARIANO, F. P. Os Açorianos No Espírito Santo: O Legado Português Na Formação Da Identidade Capixaba. **Anais do Colóquio Internacional de Mobilidade Humana e**

**Circularidade de Ideias**, v. 1, n. 1, 2016.

MARRETTO, R. M. **A Escravidão Velada: a Formação De Nova Friburgo Na Primeira Metade Do Século XIX**. [s.l.] UFF, 2014.

MARRO, C. I. G. F. 1878-. Chronique du canton de Fribourg. **Chronique du canton de Fribourg**, p. 113, 1878.

MARX, K. **Os Economistas: Karl Marx - O Capital. Crítica da economia política. Tomo 2**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MASKE, W. **Bíblia e arado. Os menonitas e a construção do Seu reino**. [s.l.] Universidade Federal do Paraná, 1999.

MASSEY, D. Why Does Immigration Occur? A Theoretical Synthesis. **The Handbook of International Migration: The American Experience**, v. 086, n. Sjaastad 1962, p. 34–52, 1999.

MASSEY, D. S.; ARANGO, J.; HUGO, G.; KOUAOUCCI, A.; PELLEGRINO, A.; TAYLOR, J. E. Theories of International A Review Migration : and Appraisal. **Population and Development Review**, v. 19, n. 3, p. 431–466, 1993.

MAUSS, M. **Ensaio Sobre a Dádiva**. Lisboa: edições 70, 2001.

MAZA, S. C. **Servants and masters in 18th century France: the uses os loyalty**. Princeton: Princeton University Press, 1983.

MORAES, A. L. Z. DE. **Crimigração: a relação entre política migratória e política criminal no Brasil**. [s.l.] Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2016.

MURAT, J. J. A. **Murat, lieutenant de l'empereur en Espagne, 1808, d'après sa correspondance inédite et des documents originaux**. Paris: E. Plon, Nourrit et Cie., 1897.

NICOULIN, M. **La Genèse de Nova Friburgo. Emigration et colonisation suisse eu Brésil 1817-1827**. Fribourg: Editions universitaires Fribourg, 1973.

NOLASCO, C. Migrações Internacionais: Conceitos, Tipologia E Teorias. **Oficina do CES - Centro de Estudos Sociais - Coimbra - Portugal**, n. 434, 2016.

Nouvelles diverses. **Gazette de Lausanne**, p. 2, 30 set. 1816.

\_\_\_\_. **Gazette de Lausanne**, p. 3, 20 fev. 1818.

OLIVEIRA, L. L. **O Brasil dos imigrantes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

OLIVEIRA, M. DE. O Tema da Imigração na Sociologia Clássica. **Dados**, v. 57, n. 1, p. 73–100, 2014.

PEIXOTO, J. As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas. **SOCIUS Working Papers**, 2004.

PIÑEIRO, E. DA S.; CALAZANS, M. E. DE. Estudos sobre fluxos migratórios e gênero nas publicações em periódicos de Qualis relevantes no Brasil. **Revista Colombiana de Sociología**, v. 43, n. 1, p. 24, 2020.

PORTES, A. Immigration theory for a new century: Some problems and opportunities. **Interdisciplinary Perspectives on the New Immigration: Theoretical Perspectives**, v. 1, n. 4, p. 225–251, 2014.

PORTES, A.; BÖRÖCZ, J. Contemporary Immigration : Theoretical Perspectives on Its Determinants and Modes of Incorporation Source : The International Migration Review , Vol . 23 , No . 3 , Special Silver Anniversary Issue : Published by : Center for Migration Studies of

- New York. **The International Migration Review**, v. 23, n. 3, p. 606–630, 1989.
- POUNDS, N. J. G. **An historical geography of Europe 1500-1840**. Cambridge: CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, 2009.
- PRADO, E. DA S. Immigration. *In*: NERY, F. J. DE S.-A. (Ed.). **Le Brèsil en 1889**. Paris: Librairie Charles Delagrave, 1889. .
- PRADO JR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2011.
- RADEFF, A. **Colportage** Dictionnaire Historique de la Suisse - DHS, , 2009. (Nota técnica).
- RAVENSTEIN, E. G. The Laws of Migration. **Journal of the Statistical Society of London**, v. 48, n. 2, p. 167–235, 1885.
- REICHLLEN, F. Première èmigration suisse au Brèsil 1819-1820. **Nouvelles Ètrennes Fribourgeoises**, p. 30–38, 1879.
- \_\_\_\_\_. Première èmigration suisse au Brèsil. V. Sebastien-Nicolas Gachet. **Nouvelles Ètrennes Fribourgeoises**, 1891.
- \_\_\_\_\_. Le consul Sébastien-Nicolas Gachet. **Revue historique vaudoise**, n. 5, p. 55–58, 1897.
- \_\_\_\_\_. Le Consul Nicolas-Sébastien Gachet de Gruyères. **Nouvelles Ètrennes Fribourgeoises**, p. 19–27, 1901.
- RIBEIRO, D. A Suíça e a Suicidade. **Carta**?, n. 4, p. 13–31, 1992.
- RIBEIRO, F. M. V. Nuances Da Sociologia Do Desvio Em Émile Durkheim. **Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, v. 1, n. 1, p. 7–25, 2012.
- RICHMOND, A. H. **Immigration and ethnic conflict**. New York: Palgrave Macmillan, 1988.
- RICOTTA, L. **Natureza, Ciência e Estética em Alexander von Humboldt**. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2003.
- SADLER, D. J. **Brazil Imagined - 1500 to present**. 1. ed. Austin: University of Texas Press, 2008. v. 7
- SAHLINS, M. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- SAHLINS, M. D. **Metáforas históricas e realidades míticas: estrutura nos primórdios do reino das ilhas Sandwich**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.
- SAID, E. W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SANGLARD, G. **NOVA FRIBURGO : entre o iluminismo português e a gênese bíblica**. [s.l.] Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro Rio, 2000.
- \_\_\_\_\_. De Nova Friburgo a Fribourg através das letras: a colonização suíça vista pelos próprios imigrantes. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v. 10, n. 1, p. 173–202, 2003.
- SANTOS, B. D. S. **Globalização: fatalidade ou utopia?** Porto: Edições Afrontamento, 2001.
- SANTOS, M. Repertorios culturales y estrategias de acción. Reflexiones desde la perspectiva de la “cultura en movimiento”. **Debates en Sociología**, n. 37, p. 155–168, 2012.
- SASAKI, E. M.; ASSIS, G. DE O. Teorias das Migrações Internacionais. **XII Encontro Nacional da ABEP**, p. 1–19, 2000.
- SASSEN, S. **Cities in a World Economy**. 2. ed. London: Pine Forge Press, 2000.
- SAYAD, A. **A imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.



- SCHRAMM CORREA, L. O resgate de um esquecimento - A colônia de Leopoldina. **GEOgraphia**, v. 7, n. 13, 2005.
- SCHWARCZ, L. M. **O sol do Brasil. Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- Schweizerische Eidgenossenschaft. **Der Erzähler de St. Gallen**, p. 3, 20 mar. 1818.
- \_\_\_\_\_. **Der Erzähler de St. Gallen**, p. 3, 19 maio 1820.
- SEYFERTH, G. Imigração e Colonização Alemã no Brasil: Uma Revisão da Bibliografia. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 25, p. 3–55, 1988.
- \_\_\_\_\_. A colonização alemã no Brasil. *In*: FAUSTO, B. (Ed.). . **Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina**. São Paulo: EDUSP, 1999. .
- \_\_\_\_\_. Colonização, Imigração E a Questão Racial No Brasil. **Revista USP**, v. 0, n. 53, p. 117–149, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político** Porto Seguro, Brasil, 2008.
- \_\_\_\_\_. The diverse understandings of foreign migration to the South of Brazil (1818-1950). **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 10, n. 2, p. 118–162, 2014.
- SHAW, R. History of the Dollar. **Financial Analysis Journal**, v. 14, n. 2, p. 77–79, 1958.
- SMITH, H. A. M. Purrysburgh. **The South Carolina Historical and Genealogical Magazine**, v. 10, n. 4, p. 187–219, 1909.
- SOUZA JR., E. J. DE; CIRINO, S. D. Revisitando a reflexologia soviética. **Mnemosine**, v. 5, n. 2, p. 131–161, 2009.
- STOMMEL, H. M.; STOMMEL, E. **Volcano Weather: The Story of 1816, the Year Without a Summer**. New- port, Rhode Island: Seven Seas Press ed., 1983.
- Suisse. **Gazette de Lausanne**, p. 3, 13 jun. 1817.
- \_\_\_\_\_. **Gazette de Lausanne**, p. 2, 6 nov. 1818.
- \_\_\_\_\_. **Gazette de Lausanne**, p. 3, 1 jun. 1819.
- \_\_\_\_\_. **Gazette de Lausanne**, p. 3, 6 jun. 1820a.
- \_\_\_\_\_. **Gazette de Lausanne**, p. 3, 6 out. 1820b.
- SÜSSEKIND, F. **O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SWIDLER, A. Culture in Action. **American Sociological Review**, v. 51, n. 2, p. 273–286, 1986.
- \_\_\_\_\_. Cultural power and social movements. *In*: JOHNSTON, H.; KLANDERMANS, B. (Eds.). . **Social Movements and culture. Vol. 4: Social movements, protest, and contention**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995. p. 281.
- \_\_\_\_\_. Repertoires. *In*: **Talk of love: How culture matters**. Chicago: Chicago University Press, 2003. p. 24–43.
- TAVARES, F. M. **História da Revolução de Pernambuco em 1817**. 3. ed. Recife: Imprensa Industrial, 1917.
- TEIXEIRA, M. B. **Conflitos religiosos em torno da instalação dos protestantes luteranos**

- em Nova Friburgo nas primeiras décadas do Século XIX.** [s.l.] Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2018.
- TERRA, R. Le Romanche, quatrième langue des Suisses. *Annales de Gèographie*, v. 102, n. 574, p. 596–610, 1993.
- THOMAS, J. **The Universal Dictionary of Biography and Mythology, Vol. I (in four volumes).** A-CLU. New York: Cosimo Classics, 2009.
- TILLY, C. Contentious Repertoires in Great Britain, 1758-1834. *In: TRAUGOTT, M. (Ed.). . Repertoires ans cycles of collective action1.* Durham and London: Duke University Press, 1995. p. 250.
- \_\_\_\_\_. **Regimes and repertoires.** Chicago: The University of Chicago Press, 2006.
- TILLY, C.; TARROW, S. **Contentious politics.** 2. ed. New York: Oxford University Press, 2015.
- Towards a Swiss American Colony. *Swiss American Historical Society Review*, v. 48, n. 2, p. Article 3, 2012.
- TRIGO, R. M.; VAQUERO, J. M.; ALCOFORADO, M.-J.; BARRIENDOS, M.; TABORDA, J.; GARCÍA-HERRERA, R.; LUTERBACHER, J. Iberia in 1816, the year without a summer. *International Journal of Climatology*, 2008.
- WALLE, F. VAN DE. Education and the Demographic Transition in Switzerland. *Population and Development Review*, v. 6, n. 3, p. 463–472, 1980.
- WALLERTSEIN, I. **World-systems analysis, an introduction.** Durham and London: Duke University Press, 2004.
- WEBER, M. A psicologia social das religiões mundiais. *In: GERTH, H.; MILLS, C. (Eds.). . Ensaios de Sociologia.* 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974. p. 309–346.
- \_\_\_\_\_. **Coleção Sociologia.** 7. ed. São Paulo: Editora Ática, 2003.
- WEGMANN, M.; BRÖNNIMANN, S.; BHEND, J.; FRANKE, J.; FOLINI, D.; WILD, M.; LUTERBACHER, J. Volcanic influence on European summer precipitation through monsoons: Possible Cause for “years without summer”. *Journal of Climate*, v. 27, n. 10, p. 3683–3691, 2014.
- WHITTAKER, G. B. **A New Biographical Dictionary, of 3000 Cotemporary Public Characters, British and Foreign, of All Ranks and Professions: Volume 1.** 2. ed. London: J. Reader, 1825.
- WOLFENBERGER, R.; GAILLARD, U. **Heimatlos**Dictionnaire Historique de la Suisse - DHS, , 2007. (Nota técnica).
- WOOD, G. D. **Tambora. The Eruption that changed the world.** Princeton: Princeton University Press, 2014.